

INTRODUÇÃO

Quando já estavam em casa, Jesus perguntou-lhes: “De que faláveis pelo caminho?”. Mas eles [os apóstolos] calaram-se; porque pelo caminho haviam discutido entre si qual deles seria o maior. (Bíblia Sagrada, Evangelho de São Marcos, 9 – 33,34, 1989).

A citação acima descreve uma interação entre Jesus e seus seguidores. Nota-se que os apóstolos se comportaram de uma das duas formas como as pessoas se comportariam frente a alguma adversidade na interação com outras: calar-se. A outra forma possível seria reformular (editar) o que se fala, seja para enfatizar ou defender o que se diz, seja para dizer outra coisa. Mesmo com a benevolência atribuída a Cristo, sua posição, neste exemplo, enquanto ouvinte se tornou, como o trecho das Escrituras Sagradas demonstra, estímulo potencial aversivo para o comportamento verbal prévio dos apóstolos; e isto tem relação com o tema desta investigação.

O interesse deste trabalho de pesquisa está situado no entendimento de dois pontos aos quais remetem esta citação evangélica: 1) as interações entre comportamentos verbais em episódios verbais gerais e 2) o controle das interações em episódios verbais específicos nos quais os falantes/ouvintes são religiosos. Tanto o controle verbal pelas contingências definidoras da função audiência quanto o controle verbal advindo das regras da religião são considerados nesta dissertação.

Na Análise do Comportamento, a interação entre membros de uma religião é explicada como se explica qualquer processo de interação social: pelas contingências sociais de reforçamento (históricas e atuais) das quais os comportamentos daqueles que interagem são

função. No caso da religião, essas contingências se caracterizam por um controle verbal sócio-histórico complexo, responsável por manter a crença dos fiéis na existência de fatos sobrenaturais que são explicados de forma diferente daquela que explica os fatos naturais. Parte deste controle é estendido de operantes anteriormente adquiridos, constituindo atos metafóricos, mandos supersticiosos e mandos mágicos (Skinner, 1957).

Nesta complexidade, a maneira como o comportamento verbal é modulado (e editado) em função da relação com regras, ouvintes e audiências específicas solidificou-se como a meta de compreensão neste estudo. Mais especificamente, o objetivo da pesquisa que deu origem a este texto foi verificar os efeitos de diferentes audiências e regras sobre o processo de auto-edição do comportamento verbal em episódios verbais em um debate religioso digital. Destaca-se que a religião foi escolhida apenas como um palco para exploração do processo verbal envolvido nas práticas sócio-verbais inter-grupos religiosos porque essas práticas são marcadas pelas nuances variadas que o discurso religioso traz em si (maiores considerações sobre o motivo da escolha pelo debate religioso serão expostas adiante, no Capítulo 5, na seção de justificativas deste trabalho).

Cabe ressaltar que o presente trabalho não pretendeu apresentar uma descrição aprofundada dos processos sócio-históricos pelos quais as práticas religiosas se estabelecem; somente tangencia este tema para exploração experimental do processo de auto-edição de uma parte verbal em momentos dessas práticas. Entretanto, o leitor interessado numa análise comportamental da parte verbal da cultura pode recorrer aos artigos de Glenn (1989), de Burton e Kagan (1994) e de Hayes, Niccolls, Masuda e Rye (2002), citando só alguns exemplos.

Glenn (1989) abordou a função da comunidade verbal no condicionamento da ideologia dos grupos sociais, segundo o modelo de seleção pelas conseqüências (Skinner, 1975) e o materialismo cultural (Harris, 1977, 1982). O materialismo cultural divide a cultura

em práticas infra-estruturais (ações grupais para alcançar produtos agregados diretamente conectados à subsistência), estruturais (família e governo, por exemplo, como formas de organização das práticas infra-estruturais) e superestruturais (a religião, por exemplo, como forma de organização das práticas estruturais). A análise de Glenn (1989) permite uma compreensão da função da comunidade verbal quando encoraja ou desencoraja movimentos sociais do tipo religiões. Segundo a autora, a comunidade verbal se origina a partir das contingências de seleção natural e de reforçamento no nível infra-estrutural e que, como ideologia no nível superestrutural (no caso, como religião), suas práticas (as crenças e regras escritas em livros sagrados) podem ser coerentes ou incoerentes com a infra-estrutura.

Outros dois autores que auxiliam a compreensão da função sócio-histórica da comunidade verbal religiosa na formação da subjetividade são Burton e Kagan (1994), que traduziram a base superestrutural da ideologia em seus efeitos psicológicos a partir da aprendizagem do tato da experiência privada. Segundo eles a ideologia religiosa está no nível superestrutural, mas a mesma comunidade verbal que a mantém se imiscui em todos os níveis da cultura, sendo um componente necessário e concomitante de quaisquer práticas em quaisquer dos três níveis.

A Análise do Comportamento considera a formação do preconceito religioso a partir das relações entre comunidades verbais ou grupos de pertença (*in-groups*) e de não-pertença (*out-groups*) dos fiéis, falantes e/ou ouvintes. A intolerância religiosa é um exemplo de conflito entre as contingências sociais mantidas por essas e entre essas comunidades verbais. De acordo com a análise comportamental que Hayes et al. (2002) fizeram da violência coletiva de base religiosa que define o terrorismo, as comunidades verbais de pertença são criadas para proteger as práticas culturais que elas mantêm, e isto é um processo quase universal. “Categorização e estereótipo ajudam a racionalizar e justificar a existência de um

in-group ao qual alguém pertence [...], bem como o tratamento do *in-group* dado àqueles do *out-group* [...]” (p. 298).

O foco deste trabalho, como já dito, não é a religião em si, nem os processos básicos da aprendizagem que definem conceitos como estereótipo, categorização social ou preconceito, conforme descritos por Hayes et.al. (2002) e por Borloti e Hübner (2009). Considerando a religião como elemento superestrutural, este trabalho realizou uma análise comportamental dos operantes verbais que podem constituir um episódio verbal num debate inter-grupos e intra-grupos religiosos.

Considerando a religião como elemento cultural que suscita avaliações negativas de pessoas que não pertencem ao grupo de pertença das pessoas que as avaliam (Hayes et. al., 2002), forjou-se um delineamento de pesquisa que incitou um controle pela audiência a partir de falantes de comunidades religiosas iguais e diferentes. Supôs-se que a interação entre falantes de comunidades diferentes, mesmo que cristãs, fosse constituir um cenário experimental que poderia suscitar polêmicas específicas. Este trabalho descreve o contexto dos conceitos teóricos que compôs a racional que ajudou a montar o cenário experimental apresentado nas páginas desta dissertação.

O Capítulo 1 descreve a definição funcional de comportamento verbal. Nisto, foram definidos os conceitos básicos da Análise Experimental do Comportamento para a compreensão da interação entre falante e ouvinte num episódio verbal. Destaca-se um desses conceitos básicos: a audiência. O Capítulo 2 apresenta os operantes verbais e os estudos sobre o condicionamento verbal do ouvinte no processo de auto-edição desses operantes. O Capítulo 3 discute o papel do controle pelas regras e como elas podem ser relacionadas ou não com o controle pela audiência e com a função seletiva do processo da auto-edição verbal. A participação da comunidade verbal religiosa na formulação de regras é discutida no Capítulo 4, dando o embasamento para que a relação entre comportamento verbal e a religião seja

apresentada. No caso específico da comunidade religiosa, foi considerada a função dela como contexto (1) que controla operantes do tipo audiência e, ao mesmo tempo, (2) que apresenta regras específicas (e reforça seu seguimento) para emissão de certos operantes verbais e não verbais considerados virtudes. No Capítulo 5 é apresentado o método delineado para responder ao problema da pesquisa e alcançar o seu objetivo. Por fim, estão descritos os resultados e a sua discussão (Capítulo 6), que é seguido pela conclusão e algumas considerações finais permitidas pelo processo e pelos resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 1

O comportamento verbal: o ouvinte e a audiência

Numa abordagem behaviorista radical, todo comportamento é conceituado como a relação entre o organismo e o ambiente (Skinner, 1953; Matos, 1995). Por um lado, há comportamentos (inatos ou aprendidos) que são eliciados numa relação funcional e unidirecional com estímulos antecedentes; a esses comportamentos dá-se o nome de respondentes (Catania, 1999). Por outro lado, há comportamentos emitidos que resultam das experiências de aprendizagem dos organismos a partir das suas conseqüências. Esses comportamentos são chamados de operantes e são um tipo de relação interativa definida pelo fato de o organismo modificar seu mundo e, ao mesmo tempo, ser modificado por ele (Skinner, 1957). O comportamento verbal é um tipo especial de comportamento social operante.

Ao trazer o comportamento verbal à tona da discussão do operante, Skinner (1957) afirma que a interação falante-ambiente (no caso, a cultura verbal) depende de um repertório conseqüenciador (Vargas, 1991) que pode ser de outro organismo (um ouvinte) ou do próprio falante (auto-ouvinte). A relação assim estabelecida é dita mediada, pois, da pertença do indivíduo aos grupos sociais, depende de alguém especialmente treinado por essa cultura específica para mediar o reforçamento do comportamento verbal do falante nas interações. Considerado o ouvinte como parte do ambiente cultural, o comportamento verbal “age sobre o ambiente e sofre as conseqüências da alteração que provoca nele” (Passos, 2004, p.150). Portanto, o efeito do comportamento verbal é indireto sobre o ambiente físico à medida que “seu primeiro efeito é sobre outros homens” (Skinner, 1957, p.1). E é esse efeito que o diferencia do comportamento não verbal, que produz efeito direto e mecânico sobre o ambiente físico. A emissão do chamado “Pare aí! Você esqueceu suas chaves” não teria

qualquer efeito físico direto sobre o comportamento de breçar do ouvinte se ele não entendesse o Português. É preciso que falante e ouvinte pertençam a uma mesma comunidade verbal para que o último responda adequadamente ao comportamento verbal do primeiro.

Nessa comunidade, a interação entre comportamentos do falante e do ouvinte caracteriza um episódio verbal (Skinner, 1957). Ao observar um episódio verbal, é possível interpretar, a cada momento, uma relação de controle de estímulos a partir da análise das funções inter-relacionadas que falante e ouvinte exercem, já que é a partir das conseqüências e dos estímulos discriminativos verbais e não verbais disponibilizados pelo ouvinte que o comportamento verbal do falante vai se modulando.

Vistos como funções, falante e ouvinte são operantes alternados em episódios verbais numa conversação. Como colocado por Simonassi e Cameschi (2003): “Tendo em vista as distinções nas funções como falante e ouvinte, o que podemos observar são as pessoas agindo de modos diferentes em função dos estímulos produzidos pelo comportamento verbal ou não-verbal das pessoas com quem interagem” (p. 107). Cada pessoa ao agir exerce estas duas funções. Como se trata de uma interação entre funções, falantes e ouvintes são vistos como *repertórios de comportamento*, ou seja, como classes de repostas funcionalmente distintas que passam a se relacionar tão intimamente e de forma intercambiável que parecem ser apenas um único repertório. Assim, uma única pessoa pode exercer, sob a mesma pele, a função de falante e de ouvinte, sendo sensível ao seu próprio comportamento verbal.

A análise do comportamento verbal, em geral, tem focalizado o falante por questões de praticidade e acessibilidade (Parrot, 1984), isto porque o objeto de estudo (quando este é o comportamento do falante) é comportamento publicamente observável. Tradicionalmente existe subjacente a caracterização do ouvinte como um “espectador passivo” na idéia do “receptor”, que teria menor importância ou complexidade no episódio verbal. Além disso, a atividade do ouvinte, tal como o próprio ouvir ou o compreender, é uma atividade de difícil

observação direta. Isto pode ter levado Skinner, pela própria definição do comportamento verbal, a priorizar o falante. Para Dahás, Goulart e Souza (2008), “a definição skinneriana de comportamento verbal não enfatizava suficientemente o comportamento do ouvinte, tendo-se em vista a sua importância para que ocorra um episódio verbal” (p.290).

Apesar desta crítica, Skinner (2003) no seu livro “*Questões recentes na análise do comportamento*” chamou a atenção dos leitores para o ouvinte ao dizer que “somos ouvintes antes de nos tornarmos falantes, e seguimos sendo muito mais ouvintes e leitores do que falantes e escritores” (p.68). Esta importância do ouvir e do compreender faz parte do processo de subjetivação, de acordo com o modelo da análise funcional. As pessoas adquirem um amplo repertório que pode ter duas grandes funções: aprendem a emitir respostas verbais (função falante) e a responder aos comportamentos verbais dos outros e/ou de si mesmas (função ouvinte ou audiência).

Este estudo se interessou pela participação do ouvinte no episódio verbal e, portanto, sua função foi considerada como apresentada no “*O Comportamento Verbal*” (Skinner, 1957). Nessa obra, o ouvinte atua no episódio verbal de maneiras distintas. Sua função primordial no episódio verbal é reforçar o comportamento do falante (Skinner, 1957), sendo este reforçamento específico (por exemplo, entregar um objeto pedido ou responder a uma pergunta feita pelo falante) ou generalizado (por exemplo, as formas que a atenção social pode adquirir, tal como a concordância). Ao reforçar o comportamento verbal do falante, o ouvinte pode emitir um comportamento não verbal ou verbal em consequências específicas ou generalizadas.

A descrição empírica do controle do comportamento verbal pelo ouvinte é antiga, anterior à descrição interpretativa de Skinner (1957), mas não foi discutida nos detalhes de suas funções. Alguns experimentos de meados do século XX estabeleceram a importância da função do ouvinte no comportamento do falante sem, entretanto, especificar o controle pela

audiência. Greenspoon (1955) e Verplanck (1955) elaboraram pesquisas sobre os efeitos do reforçamento mediado pelo ouvinte no condicionamento verbal do falante. No experimento do primeiro autor, de modo geral, reforçava-se com acenos de cabeça, sorrisos e verbalizações do tipo “Hummmm” padrões específicos de respostas verbais (palavras no plural), resultando uma alteração direta na frequência dos operantes verbais reforçados, mesmo que os sujeitos participantes não tivessem consciência desse processo de reforçamento.

No experimento de Verplank (1955), duas condições de reforçamento para verbalização do falante foram exploradas, especialmente levando em conta verbalizações específicas sobre algum ponto abordado em conversas de 30 minutos. Na primeira condição (grupo A) o reforço era fornecido pelo ouvinte através de afirmativas do tipo “*Concordo com você!*” e “*Você está certo!*”, o segundo grupo (grupo B) era reforçado por paráfrases das opiniões que os falantes expunham. Dentre as conclusões do autor, a que mais contribui para o presente trabalho é a de que nos grupos em que as verbalizações de opiniões foram reforçadas com afirmativas ou paráfrases, a frequência de emissão destas verbalizações aumentou, mesmo que os participantes não tivessem “consciência” de que foram reforçados em pontos específicos de suas falas.

Um ano antes, Cohen, Kalish, Thurston e Cohen (1954) mostraram que a valorização (pela verbalização “Bom”) da escolha de um pronome na formação de frases poderia ser o bastante para aumentar consideravelmente a frequência da utilização deste pronome em frases subseqüentes.

Seguindo este raciocínio, Spielberger e DeNike (1966) fizeram uma revisão dos estudos que indicavam que o comportamento do falante é determinado pelo prévio condicionamento das suas respostas a partir das conseqüências mediadas por um ouvinte. Deste modo, os procedimentos dos estudos por eles revisados verificaram que os participantes eram afetados pelos efeitos reforçadores do ouvinte como parte da contingência reforçadora.

Nesse caso, os autores defenderam a noção de que os participantes podiam estar “conscientes da contingência” em operação, ou seja, por passarem a discriminar verbalmente pontos sobre o condicionamento a que foram submetidos, isto indicaria a necessidade de discriminação de estímulos verbais (feita pelo próprio falante) para a efetividade do reforçamento em questão.

Rosenfeld e Baer (1970), insatisfeitos com as conclusões de Spielberger e DeNike (1966), conduziram um estudo em que o participante deveria “manter o interesse” de uma outra pessoa em uma entrevista. Ele era orientado a fazer isso através de emissão de operantes comuns como “sim, entendo perfeitamente” que atuariam como reforçador para o outro. A outra pessoa do experimento era de fato o próprio experimentador que passou a reforçar (com seu “interesse” nas perguntas) apenas um tipo de operante em detrimento dos outros. O resultado mostrou que o participante ficou sob controle das conseqüências fornecidas pelo ouvinte mesmo sem ser capaz de discriminar qualquer forma de conseqüência reforçadora ou aumento da freqüência de sua própria resposta verbal selecionada.

Experimentos como estes, em que participantes têm seu comportamento verbal condicionado de acordo com as conseqüências fornecidas pela presença de um ouvinte e pelo seu comportamento, foram também rearranjados em diferentes modelos e línguas e comprovaram a generalização de suas conclusões acerca da função do ouvinte no condicionamento verbal (Tomanari, Carvalho, Góes, Lira & Vianna, 2007).

Skinner (1957) vê como muito importante a função reforçadora específica do ouvinte sobre o comportamento verbal do falante. Tanto é que a resposta como ouvinte ao comportamento verbal alheio começa cedo. Os bebês aprendem a responder como ouvintes de um ambiente verbal muito antes de serem capazes de se comportar como falantes (Epting e Critchfield, 2006). Em alguns momentos o reforço específico é mais poderoso no controle do comportamento verbal do que o generalizado, mas, de todo modo, é a partir de ambas essas conseqüências que o ouvinte adquire função discriminativa. É por isto que o que o ouvinte faz

como consequência do comportamento verbal do falante constitui a primeira função do ouvinte. A segunda função – a discriminativa para o reforço generalizado – é básica nos falantes adultos, quando um ouvinte informado é uma consequência importante para o falante e foi posta da seguinte forma:

Muitas vezes, a ação que um ouvinte realiza em relação a uma resposta verbal é mais importante para o falante que o reforço generalizado. O comportamento do falante maduro, atento, usualmente se relaciona de perto com efeitos particulares. O reforço generalizado é mais óbvio e mais útil no condicionamento original do comportamento verbal. Em certa medida a comunidade verbal continua com tal reforço ao longo da vida adulta do falante, mas em qualquer ocasião particular o falante está mais interessado em ‘deixar que o ouvinte se informe de alguma coisa’, isto é, a força de seu comportamento é determinada principalmente pelo comportamento que o ouvinte exibirá em relação a um certo estado de coisas. (Skinner, 1957, p. 151).

Explorando a relação entre os repertórios de falante e ouvinte no episódio verbal, Horne e Lowe (1996) e seus colaboradores (Horne, Lowe & Randle, 2004; Horne, Lowe & Hughes, 2005; Horne, Hughes & Lowe, 2006) fizeram uma série de trabalhos mostrando a relação de controle dos repertórios de falante e ouvinte. Nestes estudos, era comparada por testes de discriminação de estímulos a função do reforçamento do *repertório de nomear* estímulos (falante) com a função do *repertório de ouvinte* sob controle do som do nome de um estímulo. Por exemplo, para um grupo de crianças era ensinada a resposta de nomear o estímulo, e então era solicitado (apenas depois de nomear) que a criança buscasse o mesmo (ela deveria falar “bola” e então buscar a bola); na outra condição, era solicitada a resposta de buscar o estímulo através de uma dica verbal (“aonde está a bola?”) e esperava-se que a criança ficasse sob controle do estímulo em questão mesmo que ela ainda não soubesse emitir a resposta verbal falada “bola”. Por fim, mostrou-se que o repertório de ouvinte pôde ser desenvolvido sem a necessidade da instalação do repertório falante vocalizado (as crianças aprendiam a discriminar uma contingência apenas por estimulação verbal). Porém, o repertório de ouvinte isolado não conduzia à discriminação e nomeação de estímulos; mostrou-se ser preciso também que o repertório de falante fosse treinado previamente (e que

para isso é preciso o desenvolvimento de discriminação de estímulos verbais constituído pelo repertório de ouvinte). Stemmer (2000) é um dos autores que comunga da idéia de que é imprescindível o desenvolvimento do repertório de ouvinte para o desenvolvimento do de falante em sua plenitude.

No treino da fala, quando a criança está aprendendo a emitir as primeiras respostas como falante, quase todo seu comportamento verbal é reforçado de modo generalizado (por atenção social), ao ponto de ela falar sozinha. Em seguida isso deixa de ocorrer, ou seja, não há mais necessidade dela emitir publicamente todas suas respostas verbais (pelo fato da comunidade não mais reforçar toda e qualquer resposta verbal emitida). Uma parte do seu repertório torna-se privada (pensamento verbal) e uma outra, pública.

As respostas reforçadas tornam-se públicas e as punidas, colocadas em extinção ou auto-reforçadas automaticamente continuam privadas, podendo tornar-se públicas após serem modificadas (auto-editadas). Este processo está melhor explicado no Capítulo 2. Vale adiantar que a punição não enfraquece diretamente as respostas que foram punidas, mas fortalece padrões alternativos de respostas (Skinner, 1953). Com isso, é possível verificar que os comportamentos verbais públicos punidos (como a tagarelice de uma criança, punida pela ordem “silêncio” ouvida numa Igreja) passam a ser emitidos apenas em instância privada (Simonassi & Cameschi, 2003; Lodhi & Greer, 1989). Essa forma de se comportar, primariamente determinada pela função discriminativa da audiência, ao mesmo tempo em que evita o contato com a punição, possibilita que novas formas de comportamento surjam (por exemplo, o pensar antes de agir ou a resolução de problemas).

O ouvinte, após ter adquirido a função de estímulo discriminativo a partir das conseqüências que ele mediou é, em outras situações de generalização, ocasião para que a resposta verbal do falante ocorra. Logo, o ouvinte faz parte do controle múltiplo que determina os efeitos de modulação do comportamento verbal do falante: na medida em que o

ouvinte apresenta as conseqüências reforçadoras contingentes ao repertório do falante (reforçamento específico ou generalizado), ele pode aumentar a probabilidade de emissão de respostas do falante no contexto em que este está inserido.

Tem-se como exemplo de demonstração empírica desse processo o experimento de Lodhi e Greer (1989). Nele, foram estudadas as respostas verbais de crianças em brincadeiras com brinquedos divididos em duas condições: antropomórfica, onde eram observadas as verbalizações das crianças frente a bonecos, animais de pelúcia e desenhos de pessoas; e não-antropomórfica, em que os brinquedos apresentavam formas que dificilmente seriam associadas a “seres falantes”, como jogos de quebra-cabeça, blocos de encaixe e livros de colorir. Os resultados mostraram que, frente à condição antropomórfica, as crianças emitiam mais operantes verbais gerais e, apenas sob essa condição, emitiam publicamente cadeias de conversação. Isto indicou uma propriedade específica do contexto de estímulo – audiência – que controla o repertório de falante e de ouvinte em uma mesma pessoa pelo arranjo dos operantes verbais; assim, é pelo controle da audiência (estando o repertório audiência no repertório do falante) que o sujeito se comporta apresentando os repertórios de falante e ouvinte.

Apesar de Skinner não especificar claramente a audiência como um operante verbal no livro “*O comportamento Verbal*”, Fonai e Sérgio (2007) afirmam que ela pode ser considerada um operante verbal específico. As autoras consideram que a seleção específica de classes de operantes no comportamento do falante em um determinado contexto do episódio verbal evoca o próprio operante verbal chamado audiência. Logo, o termo *audiência* refere-se a um agrupamento abrangente de respostas no repertório do falante, selecionado sob controle de um conjunto de características fornecidas pelo ouvinte. O grupo de resposta pode configurar um tópico específico a ser abordado e os recursos de um estilo lingüístico na maneira de abordá-lo dentro do episódio verbal. Nota-se que o controle de estímulos exercido por características

do ouvinte controla grupos específicos de respostas verbais no falante, ou seja, atua na seleção *do que* será abordado no episódio verbal e *do como* o falante abordará o que está sendo dito. Trata-se de uma complexa classe de respostas sob controle de aspectos do ouvinte, assim como das conseqüências fornecidas por ele na ocasião observada (Fonai & Sérgio, 2007).

Deste modo, fica formulado o que Skinner (1957) chamou de “controle pela audiência”. Para ser claro, Skinner tratou a audiência como mais uma relação verbal. Ela é a condição na qual o ouvinte afeta o comportamento do falante *antes* da emissão do comportamento por parte do falante. A eficácia do reforço, extinção ou punição é constituída pela conseqüência anterior que agora estabelece a ocasião para o falante emitir ou não determinada resposta. Por exemplo, se uma pessoa fala sobre os milagres de Cristo em vida (tópico) para outra que se diz cristã e sua fala é reforçada (função reforçadora), então, ela apresenta maior probabilidade de emitir respostas semelhantes a alguém que se descreva ou pareça como cristão, exibindo algum objeto que o identifique como tal, por exemplo, um livro religioso ou crucifixo (função discriminativa). Se esta pessoa é, por exemplo, um cristão mais experiente numa religião, a *forma* como o falante explicará os milagres será diferente do que seria se a explicação fosse dada para um cristão leigo. Neste exemplo, o conjunto de respostas sob controle dos estímulos que controlam a classe “falar dos milagres de Cristo” é designadamente o operante audiência.

Catania (1999) diz que o condicionamento verbal pela audiência mantém comportamentos diferentes frente a audiências diferentes, logo, é esperado que, de acordo com as experiências reforçadoras ou punitivas frente a um ouvinte, o comportamento do falante e a função da audiência sejam sistematicamente alterados. Pensando a audiência como uma relação funcional, o que foi chamado pelo autor de “audiências diferentes” são repertórios formados por grupos de respostas sob controle de classes de estímulos diferenciados advindos de ouvintes.

Como grupo de respostas verbais, a audiência é composta pelas demais relações verbais (mando, tato, intraverbal, textual, ecóico, transcritivo e autoclítico) e são as características ou propriedades do ouvinte que controlam esse grupo. Dependendo do tipo de característica ou propriedade, todas as relações verbais que compõem a relação verbal audiência podem ser alteradas a partir do processo denominado auto-edição. O Capítulo seguinte apresenta as definições de cada relação verbal e retoma a relação audiência para a definição da auto-edição.

CAPÍTULO 2

As relações verbais e o processo de auto-edição

A inter-relação entre as os repertórios de falante e de ouvinte no episódio verbal é compreendida quando se analisa como unidades funcionais os padrões de operantes verbais selecionados nesses episódios. Skinner (1957) descreveu as funções dos operantes verbais a partir do conjunto de estímulos antecedentes e conseqüentes que compõem as contingências verbais e interagem no processo de desenvolvimento e manutenção do comportamento verbal. Algumas dessas unidades, bem como o modo como são auto-editadas pelo falante, são fundamentais na realização da análise comportamental do discurso religioso obtido como o dado da pesquisa descrita nesta dissertação e serão, por isto, discutidas em detalhes neste Capítulo.

Segundo os analistas de comportamento, os conceitos de *mando*, *tato* (e suas extensões), *intraverbal*, *autoclíticos* e *audiência*, são essenciais como unidades de análise de “crenças” (Guerin, 1994), “conhecimentos socialmente construídos” (Guerin, 1992), “argumentação” (Terrel e Johnston, 1989) e “discurso” (Borloti; Iglesia; Dalvi, & Silva, 2008). Estes termos entre aspas, quando vistos através de conceitos analítico-funcionais, fazem referência a agrupamentos dessas unidades de análise operacionalmente delimitadas. Portanto, os operantes que formam os fenômenos que estes termos definem são função de operações estabelecedoras¹ e estímulos discriminativos que antecedem a emissão da resposta verbal na história das práticas verbais de uma dada comunidade; e são mantidos por

¹ Michael (2000) define as operações estabelecedoras como operações motivacionais que alteram a eficácia de um estímulo discriminativo, e se dão por condições de privação e saciedade ou por condições de aversividade.

reforçadores sociais específicos ou generalizados que sucedem à emissão da resposta verbal nessa respectiva comunidade² (Passos, 2004; Ribeiro, 2004).

O *mando* é uma resposta verbal que especifica um estímulo reforçador e é emitido sob condições estabelecedoras de privação ou de estimulação aversiva (Catania, 1998; Skinner 1957). É pelo mando que o falante comunica o que precisa, deseja, quer, etc. (Passos, 2003). Para a formação e manutenção de uma comunidade verbal, é necessário que seus falantes tenham a capacidade de emitir mandos adequadamente, caso contrário ficaria difícil sanar as necessidades de seus membros. Um exemplo empírico dessa dificuldade é discutido no estudo de Pellecchia e Hineline (2007) que mostra a dificuldade de autistas manterem uma relação de intercâmbio social devido a uma incapacidade de generalização da emissão de mandos pela falta de um treino direto. Por não apresentarem habilidades adequadas de mandos para obterem os reforçadores que necessitavam, os autistas do seu estudo emitiam respostas socialmente inadequadas, como agressividade e intolerância, em função da contingência de privação.

Conforme Wallace (2007) relata, as respostas de mando são emitidas nos mais variados contextos e suas especificidades residem na não correspondência com um estímulo discriminativo. A emissão do mando-súplica supersticioso (Skinner, 1957) “Meu Deus, me ajude” num contexto propício também demonstra o estado de privação e aversividade que colocou em voga a alta probabilidade de sua emissão por um fiel. Neste caso, a resposta é um mando por especificar diretamente o reforçador: a ajuda do ouvinte, Deus; contudo, nem sempre é assim que ocorre. Dizer, “Pôxa, estou tão cansado” em uma situação na qual o falante acaba de se mudar para uma casa nova, e os esforços do ouvinte (vizinho) estão sendo

² Não serão trabalhados os conceitos dos operantes básicos do tipo ecóico, transcrição, ditado e textual porque não serão analisados no discurso devido a sua limitação para esclarecer os determinantes do comportamento verbal complexo dos participantes. Algum controle textual inicial poderá ocorrer em função do delineamento descrito adiante, mas não será preponderante.

requisitados (ajudar na mudança) pode ser considerado um operante verbal impuro porque a função mando é exercida acoplada a outro operante (o tato, que é descrito adiante).

Estes exemplos mostram formas verbais com a função de mando. Segundo Skinner (1957), há duas sub-classes de mandos: os puros e os estendidos. Os mandos do tipo *puro* estão relacionados ao controle direto pelas condições do ambiente ao qual o sujeito se comporta, desta forma, o mando é *puro* se emitido sob controle de operações estabeledoras específicas e visar a obtenção de conseqüências reforçadoras específicas de um modo direto. Este tipo de mando pode ser apresentado de inúmeras formas: mando *questão*, o falante especifica uma resposta do ouvinte frente a aquilo que necessita “aonde você foi?”; mando *pedido* é aquele em que indica uma predisposição do ouvinte fazer aquilo que se pede; no mando *ordem*, o falante estabelece uma condição aversiva para o ouvinte se comportar “João, está de castigo, desça imediatamente!”; mando *súplica*, o falante altera a predisposição emocional do ouvinte para que seja atendido “*pelo amor de Deus*, me dê um copo de água”; mando *conselho*, o falante estabelece que se o ouvinte fizer o que explicitou, sua ação será seguida de reforço positivo; e mando *aviso*, neste caso, o ouvinte segue a orientação do falante por reforço negativo “está chovendo demais, não saia sem guarda-chuva”.

Mandos puros repetitivos ou muito diretos tendem a estabelecer uma condição aversiva para o ouvinte, desta forma, outro tipo especial de mando puro é o *mando disfarçado* ou *suavizado*, nele, o falante altera a topografia do mando puro na tentativa de suavizar a aversividade do operante. Ao invés de falar “João traga água”, o falante suaviza dizendo “Por favor, João, pode me trazer um copo de água?” (Skinner, 1957).

Os mandos *estendidos* são aqueles nos quais o controle da relação verbal de mando é estendido de aprendizagens anteriores: o falante emite o operante mando em várias condições diferentes sem que haja um ouvinte presente ou sem que o ouvinte tenha condições de mediar a resposta verbal. Em todo caso, essas condições se assemelham com aquelas nas quais

mandos foram reforçados no passado. Quando o falante emite um mando que foi (ou está sendo) selecionado por uma relação não mecânica com o ambiente físico, chama-se este operante de mando *supersticioso*. Nele, o falante estabelece uma resposta sob controle de operações estabelecidas e reforçadores específicos, entretanto, o ouvinte para tal resposta nem sempre é claro e nem sempre existe, o que deixa o reforço possível acidentalmente. Quando um fiel diz “Deus, me dê proteção!”, ele emite um mando sob controle de condições do ambiente, porém, não há fisicamente uma relação direta entre a proteção obtida e o mando que foi emitido, logo, a explicação da manutenção deste tipo de mando vem de uma história na qual tal operante foi reforçado em outras situações através de contigüidade nas relações ambientais. Outro tipo de mando estendido é o mando *mágico*: o falante parece emitir o operante simplesmente por generalização de outras condições nas quais mandos foram aprendidos.

Como o comportamento verbal é classificado aqui sob uma proposta funcional, verifica-se que o operante sempre será entendido de acordo com uma perspectiva contextual. Uma pessoa pode falar a sentença “Pôxa, estou tão cansado” (como exemplificado anteriormente como um operante impuro) e esta ser classificada como *tato* e/ou *mando*. Como *tato*, por exemplo, quem fala é uma pessoa que veio de uma jornada de 48 horas de trabalho. Já fica clara, novamente, a importância da função e não da topografia da resposta na sua classificação, principalmente se for considerado o controle múltiplo que sempre ocorre: mais de um estímulo controla uma resposta ou mais de uma resposta é controlada por um estímulo.

Logo, para que uma resposta verbal seja considerada um *tato*, ela deve estar sob controle de um estímulo discriminativo não-verbal presente no ambiente. “No *tato*, o comportamento verbal faz *contato* com eventos do ambiente” (Catania, 1998, p. 427). A resposta verbal pode estar sob controle de objetos ou eventos, ou propriedades dos mesmos. É pelo *tato* que a comunidade verbal pode entrar em contato direto ou indireto com os estímulos

discriminativos dos quais o comportamento do falante é função. O contato direto é com objetos ou acontecimentos públicos e o contato indireto é com objetos ou acontecimentos inacessíveis à comunidade (por exemplo, um estado corporal privado tateado como sentimento).

Enquanto o mando, por ser reforçado especificamente pela comunidade, favorece mais ao falante, o tato favorece mais aos ouvintes, ao permiti-los saber com o que o falante está fazendo contato. A comunidade reforça este contato com um reforço generalizado da emissão do tato adequado. Por isto, tatear é comportamento generalizadamente reforçado na infância, sendo evocado pelo estímulo ou por suas propriedades. Um exemplo é quando um garoto se depara pela primeira vez com um animal de aparência bem diferente de outro que aprendeu a nomear como “cachorro” (o animal, no caso, é uma vaca). Se a criança ainda assim ficar sob controle das propriedades que distinguem “cachorro” de “vaca”, a comunidade tende a punir o nomear inadequado e reforçar o adequado. O garoto cresce e o reforço generalizado automático permite que ele adulto saiba que tateia adequadamente.

Assim como na classificação do operante mando, o tato também apresenta variações. A descrição do operante acima se refere ao tato puro, entretanto, o operante tato pode também ser impuro (como no exemplo “Pôxa, estou tão cansado”) e estendido, dependendo das variações das condições do ambiente. Quando uma criança treinada a tatear a presença de um carro com a verbalização “carro”, diz-se que ela está tateando diretamente frente ao estímulo ao qual ela foi condicionada, contudo, quando ela diz “carro” frente a uma figura que só mostra os contornos da forma de um carro, diz-se que a criança está ampliando o controle do tato, ou seja, emitiu um tato estendido genérico por estar sob controle de algumas propriedades semelhantes do estímulo (e aceitas como “corretas” pela comunidade) que foi anteriormente tateadas. Quando este tato estendido é emitido em condições discriminativas muito diferentes, mas ainda assim serem “corretas” para a comunidade, este tato pode estar

atuando como um tato metafórico. Nele, o falante fica sob controle de propriedades distintas entre dois estímulos, um que fora tateado antes e um que está para ser tateado, e tateia o estímulo novo sob controle de propriedades do estímulo conhecido. O padre que ressalta a importância dos fiéis agirem como um rebanho de ovelhas seguidoras do Bom Pastor, está sob controle tanto das propriedades do comportamento das ovelhas e do comportamento dos fiéis quanto das propriedades do comportamento do pastor e do comportamento de Cristo, que guia e protege os seres que os seguem.

Em alguns casos, o controle é destoante daquele que define o tato. Uma professora de primário pode fazer a seguinte pergunta aos seus alunos: “qual o bichinho doméstico tem quatro patas, pêlos, adora correr atrás de bolas e enterrar ossinhos?”. Se, sem que haja o animal presente, a resposta das crianças for “cachorro”, deve-se considerá-la um *intraverbal*.

Skinner (1957) define intraverbal como respostas controladas por estímulos discriminativos verbais que não têm similaridade formal e nem correspondência de seus pontos com os pontos dos estímulos (a chamada “correspondência-ponto-a-ponto” que há, por exemplo, entre a resposta textual e o estímulo que a controla). A correspondência e, conseqüentemente, o controle, é pelo tema, determinado por convenções da comunidade verbal. Portanto, o “intraverbal é uma relação arbitrária entre uma resposta verbal e o estímulo verbal que a ocasiona” (Borloti, 2004, p. 225). No histórico de aprendizagem, não apenas a resposta específica é reforçada, mas sim toda uma cadeia contínua de respostas associada ao reforçamento. Quando perguntado qual a capital da Argentina, a emissão da resposta “Buenos Aires” será reforçada também em um padrão genérico de eventos privados de lembrar: Argentina – Buenos Aires – Churrasco – Tango – Crise econômica – Gripe suína, por exemplo.

Passos (2003) e Catania (1998) afirmam que boa parte do conteúdo científico produzido é comportamento intraverbal treinado que serve, então, como discriminativo para a

resolução de problemas da própria Ciência. Por outro lado, algumas cadeias intraverbais são menos solidificadas no sentido da variabilidade de controle, como no caso da associação livre, que pode ser explicada como uma cadeia intraverbal de controle tão difuso que um operante funciona como um discriminativo muito genérico para outro operante, deixando para as condições da história de vida do falante o papel de maior determinante sobre os conteúdos que ele associa.

Quando as pessoas se recordam de fatos passados quando conversam com outras, muitas vezes o operante evocado é o intraverbal. Um trabalho de Kritch e Bostow (1993) avaliou experimentalmente se as pessoas ao emitirem respostas verbais (lembrar de um evento em um episódio), referentes a eventos passados, estariam sob controle do tato de eventos privados específicos ou sob controle de cadeias intraverbais condicionadas. Com a utilização de um programa de computador, seu procedimento consistia, num primeiro momento, em fazer o participante identificar figuras geométricas (retângulo, losango, quadrado, etc.) sob fundos de tela coloridos (azul, verde, vermelho). Assim, para um grupo de participantes, era reforçada a verbalização de uma cadeia intraverbal arbitrariamente selecionada pelo pesquisador, por exemplo, quando aparecia a figura geométrica triângulo sobre um fundo azul, o participante deveria verbalizar a cadeia “triângulo → azul” para ter seu desempenho reforçado; quando, por exemplo, a figura era um círculo sobre um fundo verde, o participante deveria verbalizar a cadeia intraverbal “círculo → verde”. Para outro grupo de participantes reforçava-se apenas o comportamento de tatear os estímulos que estavam sendo vistos na tela do computador “vejo um triângulo”. Num segundo momento, os sujeitos tinham que relacionar os fundos coloridos às figuras que foram anteriormente apresentadas (eram apresentados os fundos coloridos e, só então, era solicitado que eles se “lembrassem” da figura associada). Os resultados indicaram que reforçar a cadeia intraverbal favoreceu os sujeitos a lembrar da figura quando esta tarefa era requisitada. O grupo que não foi submetido

a treinos de cadeias intraverbais teve mais dificuldade de lembrar da relação entre os estímulos. Deste modo, os autores defenderam que o lembrar de eventos pode ser entendido, nos termos da pesquisa, como uma cadeia intraverbal condicionada.

Mandos, tatos e intraverbais são respostas verbais primárias ou de ordem elementar. Nas emissões dos comportamentos verbais primários, as repostas são acompanhadas por padrões de respostas de ordem superior que mostram a interação do falante com as respostas primárias a partir dos seus determinantes, inclusive com a presença do ouvinte. Trata-se do processo *autoclítico*, um processo mais complexo pelo qual o comportamento verbal é organizado, selecionado, avaliado e produzido de uma ou outra forma (Bortoli, 2004; Skinner, 1957), em geral por sentenças, mas não necessariamente (por exemplo, no tom da fala, uma das propriedades do comportamento verbal que pode sugerir a ironia comum ou o sarcasmo).

Segundo Place (1998) uma sentença “é um estímulo discriminativo que tem a função de orientar o comportamento do ouvinte diante de uma possível instanciação em algum momento presente de uma contingência particular ou relação antecedente-comportamento-conseqüência” (p. 131). Sentença tem relação com proposição, no sentido em que esta última “é um comportamento verbal complexo que contém tatos ou intraverbais [e mandos] modificados por autoclíticos particulares” (Terrel & Johnston, 1989, p. 36). Discurso é um padrão verbal contínuo ou descontínuo composto de várias sentenças funcionalmente unificadas (Borloti et al., 2008) que podem conter mandos e tatos, além de intraverbais.

A emissão de uma sentença é feita por meio da conexão entre dois ou mais operantes verbais elementares e pelo seu arranjo autoclítico. Logo, autoclíticos são unidades de comportamento verbal que dependem de outro comportamento verbal elementar para ter algum sentido na sentença. Um exemplo é a sentença “O *barco* entrou no *mar*”, onde os trechos sublinhados, além de estarem sendo determinados pelos trechos em itálico, não teriam nenhuma função se fossem apresentados sozinhos. Passos (2004) afirma que: “O autoclítico é o comportamento

verbal que comenta ou qualifica outras porções de comportamento verbal, inclusive outros autoclíticos, ao descrever sua força, apontar suas circunstâncias controladoras, negar afirmações que vêm em seguida [...]” (p.196).

Conjunções, preposições, pronomes, ordem e agrupamentos dos operantes verbais são correspondentes topográficos comuns das respostas autoclíticas. Contudo, Catania (1980) lembra que em alguns momentos o comportamento verbal pode parecer não ter qualquer característica específica que não a própria entonação da fala ou até mesmo a velocidade da sua emissão. A entonação de “A casa está pegando fogo!” altera completamente as condições de respostas do ouvinte quando comparada com a entonação de “A casa está pegando fogo?”. Independente das formas, portanto, Skinner (1957) categorizou os autoclíticos em seis funções diferentes: *descritivos*, *qualificadores*, *quantificadores*, *manipulativos*, *relacionais* e de *composição*³. Cada uma dessas classificações demonstra um aspecto específico de controle funcional sobre as respostas analisadas. Nem sempre é possível uma elucidação destes tipos de autoclíticos através de topografias gramaticais pré-selecionadas; o conceito de autoclítico em si exige a análise de uma relação funcional; não estrutural e pré-delimitada.

A função primordial do processo autoclítico em um episódio verbal é modificar a eficácia e o efeito dos operantes de primeira ordem sobre o ouvinte, por esta razão ele é bastante focalizado na análise comportamental do discurso, já que ocorrem para “lapidar” os efeitos dos operantes básicos. É pela análise do controle das condições que afetam o comportamento verbal do falante que se pode classificar os autoclíticos. Existem dois grupos principais de autoclíticos: os “de mando” – sob controle de operações estabeledoras que afetam o comportamento do falante e visam o reforçamento específico advindo do ouvinte; e os “de tato” – sob controle de reforçadores generalizados e de estimulação discriminativa não

³ Para facilitar a compreensão dos processos autoclíticos e suas inter-relações, Bortoloti (2004) elaborou um artigo didático em que discrimina pormenorizadamente os tipos de autoclíticos descritos por Skinner (1957).

verbal, eles indicam as condições pelas quais o falante emite a resposta, e as condições da própria resposta emitida.

Os autoclíticos “de tato” podem ser descritivos, quantificadores e relacionais. O *descritivo* fornece ao ouvinte condições mais apuradas e especificadas do controle discriminativo que *controlou o comportamento verbal do falante*, desde a condição pela qual o operante é emitido até a sua relação com outros operantes. Foi por esta razão que Borloti (2004) afirmou que o descritivo informa ou discrimina as condições do comportamento verbal do falante (“*Vejo* que devo explicar-lhe melhor...”). O *quantificador* elucida as condições quantitativas que controlaram a resposta verbal (“Não tenho tido *muita* fé nas coisas...”). Por fim, os *relacionais* indicam as relações entre os operantes verbais que o falante emitiu, ou seja, uma relação entre objetos e/ou eventos (“Estou *perto* de desistir.”).

Os autoclíticos “de mando”, aqueles sob controle de operações estabeledoras relacionadas tanto ao falante quanto ao ouvinte, também são classificados de um modo contextual: os *qualificadores* estão referidos aos autoclíticos que têm como função alterar o efeito de um operante primário sobre o ouvinte; logo, alteram a eficácia do operante primário a partir da propriedade qualidade que afetou o comportamento verbal do falante (“Está claro, *é* um milagre!”)⁴. *Manipulativos* são aqueles que têm como função fazer com que o ouvinte reaja ao operante verbal sob controle das operações estabeledoras advindas do ouvinte e que afetam o comportamento do falante. Atua como uma forma abreviada de mandos sobre o comportamento do ouvinte (“Eu até entendo seu ponto de vista, *mas* não há como negar a intercessão de Maria”)⁵. Por fim, os autoclíticos de *composição* “instruem o ouvinte a compor um comportamento verbal com propriedades específicas a partir dos operantes básicos elementares” (Borloti, 2004, p. 234) e, desta forma, fazem com que o ouvinte execute uma

⁴ Quando um qualificador se mescla a um relacional, tem-se um *predicativo*, como no exemplo dado.

⁵ A forma não abreviada neste exemplo é *mais*, que carrega a função de mando na ordem “some seu ponto de vista ao fato inegável da intercessão de Maria”.

recombinação verbal de interesse do falante (“As pesquisas têm sugerido que Cristo teve um irmão, *por outro lado* os dados não têm muito crédito; nem no meio acadêmico”).

A avaliação funcional de cada um destes tipos de autoclíticos é importante na medida em que fornece ao analista do comportamento (pesquisador) dicas claras sobre as nuances de controle que atuam nas funções do operante verbal que está sendo analisado. Isso se faz presente principalmente quando o pesquisador quer verificar se há ou não, por exemplo, controle aversivo por parte do ouvinte sobre o comportamento verbal do falante. O controle aversivo por parte do ouvinte implicará diretamente no processo da auto-edição verbal, que envolve unidades autoclíticas e é, em si, autoclítico.

Na análise da emissão de autoclíticos em situações cotidianas verifica-se amplamente sua função como repertório de fuga-esquiva. É comum, nos casos de sentenças que outrora foram punidas, a utilização de autoclíticos como “*Perdoe-me o que tenho a dizer*” ou “*Você há de convir.*”. Se o falante percebe que há dois barcos entrando no mar logo após dizer “*O barco entrou no mar*”, ele pode dizer *mintto* antes de redizer “*Os barcos entraram no mar*”. Para Skinner (1957), a utilização de autoclíticos como estes é um dado óbvio de como o comportamento verbal do falante é sensível à probabilidade de conseqüências aversivas advindos do ouvinte. Esse processo de organização verbal ocorre também quando o falante emite respostas verbais e atua como seu ouvinte, na medida em que sofre os efeitos de sua própria audiência (ou auto-audiência), como quando um falante pensa “*Venhamos e convenhamos, não é bem assim como estou pensando*”.

Este processo autoclítico complexo de adequação das respostas diante de um histórico de aprendizagem discriminativa é chamado de auto-edição (Skinner, 1957). É possível descrevê-lo como um artifício de “lapidação” encoberta do comportamento verbal antes da sua emissão pública. Skinner (1957) descreve o processo da seguinte maneira:

Primeiro vem a produção de um comportamento verbal bruto.[...] Ocorrem então respostas autoclíticas ou atividade. O comportamento resultante pode não atingir de imediato o ouvinte definitivo. Por causa da punição de outros comportamentos, ele é suspenso, para ser revisto pelo falante ou pelo escritor. No ato da revisão, ocorrem mudanças que levam à rejeição, à emissão de forma qualificada ou a uma emissão madura. Em geral, o processo só estará completo quando o falante recorrer a outras atividades para produzir formas alternativas de respostas (p. 457).

A auto-edição é, deste modo, um trabalho de adequação do comportamento ao ambiente verbal no qual está inserido, na tentativa de maximizar possibilidades de apresentação do reforço e minimizar a da punição (Epting & Critchfield, 2006). Segundo Hyten (1986):

Para que a auto-edição ocorra, o falante deve produzir alguma resposta verbal, e então reagir a ela de maneira semelhante a qual faria um ouvinte. [...] Então, a seqüência da auto-edição consiste na produção do comportamento verbal, revisão, rejeição ou modificação da resposta verbal, e na liberação da forma editada para que o ouvinte a conseqüencie (p. 5).

Pertinente lembrar que tal adequação é diretamente ligada ao condicionamento prévio que o falante sofreu em sua ontogênese, derivado do controle de estímulos contextuais discriminativos e conseqüentes da audiência e auto-audiência, que formaram ocasião para emissão de algumas respostas e não de outras.

A ênfase que os estudos têm dado ao comportamento do falante foi criticada por Hayes e Hayes (1989) e Skinner (2003), que apontaram à necessidade de uma análise bem elaborada da influência do comportamento do ouvinte para que se entenda o processo de edição. A elaboração da análise desta influência deve considerar a causalidade múltipla do comportamento verbal quando as funções de falante e ouvinte são intercambiáveis numa conversação; ou seja, as múltiplas variáveis sob as quais os comportamentos do falante/ouvinte: (1) se combinam nas sentenças emitidas pelo falante, de acordo com suas funções em uma ocasião específica (audiência, tato, intraverbal, mando, autoclítico); (2) são determinados pelo controle exercido pela audiência intercambiável como um padrão de

estimulação discriminativa (Hübner, Miguel & Michael, 2005) do episódio verbal nessa ocasião específica. É este controle múltiplo do comportamento que determina o padrão autoclítico de auto-edição.

Na consideração dessa causalidade múltipla, deve-se lembrar do papel complexo da auto-audiência sobre a auto-edição, pois esta “requer que o falante também responda ao seu próprio comportamento enquanto ouvinte” (Epting & Critchfield, 2006, p. 213). Um exemplo disto poderia ser uma antecipação de uma fala do ouvinte que poderia ser ouvida pelo falante, já que os efeitos do comportamento verbal do falante sobre o ouvinte podem não ser os esperados pelo primeiro. Em contextos onde o falante não tem uma história de contatos com uma determinada classe de estímulos a qual pertence seu ouvinte, a probabilidade de emissão de respostas que sejam porventura punidas é mais alta se comparada a uma comunidade mais familiar.

Como dito, o ouvinte refere uma relação de controle de estímulos discriminativos adicional para um conjunto de operantes verbais. A audiência é então um operante verbal específico sob controle de uma série de condições discriminativas do ouvinte. A classe de respostas audiência é o grupo ou sub-grupo de operantes sensível aos reforçadores disponibilizados pela presença do ouvinte a partir deste condicionamento prévio. Tem-se então uma relação funcional em que o operante audiência (aquela classe de respostas funcionalmente relacionada) é controlada por estimulação discriminativa não verbal e por relações de controle de estímulos (em especial a relação intraverbal) ligado a essa história de reforçamento passada. Fonai e Sérgio (2007) afirmam que a audiência atua como controle suplementar sobre a classe verbal no episódio verbal (alterando a utilização de mandos, tatos, etc).

Portanto, audiência é uma relação de controle discriminativo, o que justifica tratar este fenômeno aqui nesta dissertação como um operante verbal específico já que seu texto aborda

tópicos religiosos sobre controle de ouvintes. O artigo de Hayes et al. (2002) ilustrou como o controle aversivo opera os processos psicossociais típicos do preconceito ao analisar as relações derivadas envolvidas no comportamento verbal de terroristas. Não é o objetivo deste trabalho discutir o preconceito religioso, entretanto, vale prever que a auto-edição de tópicos religiosos estaria funcionalmente atrelada ao papel aversivo da audiência; mesmo quando esse processo culmina em poucas alterações do comportamento verbal ou quando não há um antagonismo acirrado entre falante e ouvinte que possa caracterizar um conflito intergrupo ou entre comunidades verbais religiosas. É o caso em que, por falta de contato prévio do falante com uma determinada comunidade verbal, ele não é capaz de apresentar repertório verbal de ouvinte coerente com o desta comunidade, tendo maiores dificuldades de editar eficazmente o que vai falar.

Portanto, o processo de auto-edição é parte do processo contínuo e dinâmico de produção de discurso no qual cada resposta é alterada de acordo com sua efetividade momentânea sobre a audiência (Skinner, 1957). E não se deve perder de vista o fato de que “o reforçamento generalizado é a chave para o sucesso” de qualquer discurso frente ao ouvinte, inclusive do discurso religioso (Skinner, 1957, p.147). Portanto, é a comunidade verbal de pertença que reforça o encadeamento de operantes em argumentos e este reforçamento generalizado continua de forma automática ao ponto de o falante acreditar no que diz, tendo a certeza absoluta de ter dito o que é certo dizer.

Em acordo com a afirmação acima, o estudo experimental de Leigland (1996) é ilustrativo do amplo papel da audiência no condicionamento verbal do falante em relação à possibilidade discriminativa de ser ou não reforçado. Seu método consistia em pedir para um voluntário conversar com alguém que supostamente estaria situado em uma sala adjacente escutando e concordando com o que era dito apenas acionando um “beep” (estímulo sonoro). Na primeira condição, um tópico da fala do participante era selecionado pelo pesquisador e,

então, reforçado com beeps no intuito de aumentar a frequência de emissão do tópico. No segundo momento, os beeps eram randomicamente acionados de forma automática, apenas por uma relação de contigüidade. Por fim, a condição de reforço voltava na terceira fase, porém, para ser reforçado pelo beep o comportamento do voluntário deveria mostrar-se sensível à mudança de tópico (que era alterado e, então, o reforço era liberado). Os participantes, então, deveriam descrever quais eram os tópicos “corretos” de cada condição. Os resultados positivos sobre o condicionamento do falante no episódio verbal mostraram o papel preponderante da audiência, não apenas na determinação do conteúdo em si (o tópico passou a ficar sob controle do “ouvinte”), mas também da relação recíproca e contínua entre falante e ouvinte alterando o curso (e o discurso) do comportamento verbal do falante. Após algum tempo em que o reforçamento acidental se estabeleceu, os participantes emitiram comportamento verbal supersticioso. Um tópico foi selecionado acidentalmente, segundo o experimentador, a partir do controle verbal da formulação de regras. A intervenção da audiência com os beeps foi capaz de modular e condicionar o discurso, que foi sendo editado de acordo com as conseqüências dispostas no contínuo dos episódios verbais.

Em contextos acadêmicos, científicos e profissionais, os importantes cuidados com o que é dito ou escrito ilustram um cenário em que a auto-edição tem seu destaque. Não há melhor exemplo do que a elaboração do presente texto, sistematicamente organizado e reorganizado (auto-editado) pelo mestrando após a conseqüenciação do comportamento do orientador.

Num primeiro momento as correções do orientador funcionam como reforço para a escrita científica adequada e como punição (mesmo que amena) de partes confusas, inadequadas e/ou fora de lugar. As alterações textuais do orientador alteram a probabilidade futura do autor *auto-editar* o que escreve em função dos estímulos discriminativos advindos das conseqüências anteriores em que sua escrita foi função da audiência condicionada por

leitores (ouvintes). Num segundo momento, mesmo que o comportamento auto-editivo ocorra apenas privadamente, está sob controle múltiplo de variáveis discriminativas condicionadas pela experiência passado dos repertórios de falante e ouvinte. Nesse momento, o autor escreve o texto e posteriormente vira seu o próprio ouvinte/leitor. Os efeitos do comportamento verbal do autor são respaldados pelo seu “auto-ouvinte” na direção de um comportamento verbal escrito nesta dissertação que tem maior probabilidade de ser emitido publicamente a uma banca examinadora. Todo o treino de escrita científica visa gerar a autonomia do pesquisador, traduzida, em parte, como a auto-audiência sob controle de ouvintes da comunidade verbal científica.

Assim, um dos efeitos da punição sobre o comportamento verbal é evocar uma recessão ao nível encoberto, ou seja, após uma história de punição sobre o comportamento público em diversos contextos específicos, o falante passa a emití-lo, primeiramente, em instância privada para fazer um auto-teste antes de torná-lo acessível ao ouvinte. É por isso que “As crianças geralmente falam alto, até serem punidas por isso” (Skinner, 1957, p.376); depois, falam primeiro em nível privado. Isto progride até um nível simbólico da “linguagem disfarçada”. Segundo Skinner (1957), o disfarce se deve ao fato de que “em geral, o comportamento [verbal] simbólico amortece as propriedades puníveis de seu equivalente não simbólico, mas conserva aquelas propriedades que são positivamente reforçadoras” (p. 377). De qualquer forma, o comportamento verbal disfarçado é comportamento que no passado pode ter tido a emissão de sua forma direta punida e que no presente retém suas propriedades reforçadoras burlando a possibilidade de ser novamente colocado em situação aversiva. A auto-edição, então, atua não apenas no controle da emissão ou não dos comportamentos verbais, mas também no processo de alteração autoclítica das combinações dos operantes que formam o discurso.

Em contraste, em alguns ambientes, o controle pela da audiência pode ser tão sutil que há menos vigilância por parte do falante na emissão de seu discurso. Este é o caso quando se fala com um melhor amigo que, como ouvinte, submeteu o comportamento verbal de quem lhe fala a um condicionamento específico em que foi raramente punido, independentemente do conteúdo ou de erros. Outro caso é quando um cliente fala a um terapeuta que funciona como audiência não punitiva para os comportamentos verbais do primeiro, permitindo o aparecimento de todo o “conteúdo latente” outrora escondido. Quando pessoas escrevem em seus diários para um único ouvinte (ela mesma), e supõem que o conteúdo jamais será lido por outrem, esta vigilância por parte desses escritores praticamente não existe, se restringindo apenas ao escrever *certo* e não *o certo*. Em todos estes exemplos, a função da audiência sobre a auto-edição está clara.

Seja como for, em um contínuo que vai da presença total à presença sutil do ouvinte, todos estes pontos estão relacionados à condição aversiva da estimulação discriminativa do ouvinte para a relação verbal audiência. Entretanto, a clareza do controle pela audiência não é o único motivo pelo qual um comportamento verbal privado poderá não se tornar público. De acordo com Skinner (1957), os motivos são: (1) o comportamento verbal foi pobremente condicionado, (2) sofreu algum procedimento de extinção (3), o falante está cansado ou fisicamente doente, (4) a situação de controle, incluindo a audiência, não está clara ou (5) a situação de controle da audiência está suficientemente clara tornando-a um estímulo pré-aversivo.

Por outro lado, existem outros motivos não discutidos por Skinner ou embutidos nos motivos que ele elencou. Condições do organismo do falante, além de doença física ou fadiga, podem dificultar o condicionamento verbal e afetar a auto-edição. Smith (1970) confirmou isto num estudo comparando a capacidade de comunicação verbal entre doze participantes “normais” e doze esquizofrênicos. Na pesquisa havia dois arranjos experimentais. No

primeiro, os participantes tinham que relacionar, entre 26 pares de palavras sinônimas, aquelas que estavam relacionadas à palavra apresentada sublinhada. Se a palavra sublinhada fosse a palavra *assaltante*, então a palavra selecionada dentre as opções para combinar com a primeira deveria ser *ladrão*. No segundo arranjo, os participantes tinham que selecionar dentre duas palavras aquela que tinha mais ligação com uma terceira. Deste modo, se por exemplo a palavra fosse *cabelo*, eles tinham que escolher entre as opções *cabeça* e *pescoço* a melhor que se encaixava e explicar o motivo da escolha. Por fim, os participantes eram requisitados a editar frases com as palavras expostas pelo experimentador e eram verificadas as correlações com as tarefas exercitadas. Os resultados mostraram que na condição específica de inabilidades do falante (como na esquizofrenia) também foi observada uma falta de capacidade de edição e adequação do repertório verbal.

Em contraste, este dado parece estar contradito no estudo de Britto, Rodrigues, Santos e Ribeiro (2006), que obtiveram êxito no procedimento de reforçamento diferencial de padrões de verbalizações socialmente adequados (e extinção de inadequados) em um caso de um esquizofrênico crônico. Através de sessões de reforçamento com duração de 45 minutos, duas vezes por semana, todos os comportamentos considerados como “esquizofrênicos” (inclusive delírios e alucinações) eram colocados em extinção, ao passo que comportamentos mais adequados a uma relação de contingência obtinham reforço. Os resultados mostraram que, depois de 30 sessões de procedimento de reforço diferencial, o participante da pesquisa passou a emitir mais respostas adequadas frente à presença dos pesquisadores (controle pela audiência), o que indica o controle adequado até mesmo na auto-edição do comportamento do participante portador de doença mental grave frente a audiências condicionadas.

Epting e Critchfield (2006) citam uma outra condição na qual a auto-edição parece não ser possível: quando há muito pouco tempo para elaboração da resposta. Quando não há tempo hábil para a realização do “teste” privado das respostas verbais, verifica-se maior

índice de erros no discurso, como gagueira, erro na leitura e esquecimento do que seria falado (Dell & Repka, 1992). Isto corrobora as afirmações de Skinner (1957) de que discursos com uma alta latência têm mais edição (e, por extensão, os que teriam mais auto-edição privada).

CAPÍTULO 3

A auto-edição e o comportamento controlado por regras

Uma condição especial que parece determinar se o comportamento verbal é ou não sensível ao controle pela audiência é o controle por *regras*⁶. Este controle é comum em comunidades verbais religiosas e justifica apresentá-lo neste Capítulo para que se possa discutir adiante como ele atua nos fiéis. Como a literatura sobre regras é muito extensa (Baum, 1995; Hayes & Hayes, 1989) e optou-se por destacar aqui estudos que indicam a relação entre a formulação de regras pelo falante e a sua conseqüente insensibilidade ao controle pela contingência em operação (conseqüentemente ao controle pela audiência) por uma história de reforçamento do seguimento de regras.

Há duas maneiras pelas quais o comportamento operante é emitido: ou ele é modelado por uma contingência ou é controlado por uma regra (um estímulo verbal específico que estipula uma relação de contingência). O controle do comportamento verbal modelado diretamente relaciona-se a um controle pelas contingências que controlam os operantes verbais somado, inicialmente, à presença de um ouvinte, ou seja, a uma experiência direta com os antecedentes situacionais (incluindo a presença do ouvinte) e as conseqüências providas pelo ouvinte (depois, como visto nos Capítulos anteriores, o ouvinte passa a ser o próprio falante). Essa experiência modela o repertório do falante, refinando a adequação da função audiência ao contexto do qual o ouvinte faz ou fez parte, mesmo que ele não esteja mais presente e o reforçamento generalizado seja automático.

No controle do comportamento verbal por regras, um estímulo discriminativo verbal (regra) pode controlar respostas verbais tornando o falante menos sensível às conseqüências

⁶ Catania (1999) utiliza o termo “comportamento verbalmente governado”, e há o termo “controle instrucional”, porém, optou-se pela classificação comumente mais utilizada.

diretas de suas respostas no ambiente; conseqüentemente, tais respostas apresentam menos plasticidade às mudanças ambientais (Skinner, 1975, Catania, 1999).

Skinner (1975) afirma que, algumas vezes, a formulação de regras emerge como conseqüência natural do comportamento em contato direto com as contingências. Em termos da evolução do ambiente verbal da cultura, descrever passo a passo os caminhos pelo qual um comportamento obteve reforço mostrou-se especialmente vantajoso para a comunidade verbal, pois reduziu o tempo gasto para que os outros membros da comunidade entrassem em contato com todas as contingências e respondessem adequadamente a elas. O conhecimento científico e religioso são citados como exemplo: o comportamento de quem o segue é constantemente reforçado pelo conjunto de descrições que o compõe. Se as orientações adequadas de um médico são seguidas, melhora-se rapidamente e isto aumenta a probabilidade de segui-las em uma nova situação. Se as orientações de um líder religioso são seguidas, o comportamento virtuoso aumenta a probabilidade do Reino de Deus (Skinner, 1953).

Matos (2001) define as regras como os estímulos discriminativos verbais que especificam relações de contingências, no caso, relações entre antecedentes, respostas e conseqüências. Para exemplificar, pode-se citar uma das possibilidades no estabelecimento da regra referente a importância de rezar: *quando* estou precisando de um emprego, *se* eu me esforço, rezo e peço a Deus com muita fé, *então* me Deus provê oportunidades. Num comportamento supersticioso como tal, o comportamento específico de rezar não tem relação causal de contingência com o aparecimento de novas oportunidades. O fiel poderia elaborar a regra de orar para conseguir o emprego sem necessariamente discriminar um aumento também da freqüência e variação de comportamentos que melhoram as chances de sucesso na procura por trabalho. Nos mais diversos contextos, uma regra pode ser prejudicial para o sujeito se o comportamento passar a ficar sob controle da regra e, então, deixar de ter

sensibilidade às contingências naturais, gerando aquilo que os cientistas sociais chamam de “alienação”.

Catania, Matthews e Shimoff (1982) demonstraram isto experimentalmente. Os participantes do seu estudo tinham de apertar, em um painel, dois botões (um à esquerda e outro à direita) os quais se apresentavam em duas condições: o botão da direita estava ligado a uma contingência de reforçamento de razão variável, enquanto que o da esquerda a um esquema de intervalo variável. Quando os participantes executavam uma determinada seqüência nas respostas de pressão aos botões (cada botão era ligado a uma das condições), o painel acendia luzes azuis acima dos botões indicando quando houve um acerto. Cada luz que era acesa equivalia a um ponto que seria posteriormente trocado por uma quantia irrisória de dinheiro. Nos intervalos entre as condições, era fornecida ao participante uma frase em que ele deveria completar com um palpite: “*A maneira de se ganhar pontos no botão da esquerda é.....*”. A mesma pergunta era realizada sobre o botão da direita. Com isso, o experimentador realizava modelagens de desempenhos acendendo a luz sobre cada acerto do participante da forma que julgava mais interessante, sempre mudando a condição de reforço para o aperto em cada botão, em cada etapa. De fato, nesses intervalos os participantes formulavam regras sobre como ganhar pontos em cada condição, entretanto, o experimentador mudava a condição experimental e o participante parecia não estar mais sensível à contingência, mas sim à auto-regra formulada no intervalo em que a frase devia ser completa. Este dado demonstrou empiricamente como as regras podem gerar insensibilidade às contingências naturais sob as quais o comportamento é função. A simples tarefa de elaborar uma descrição verbal sobre uma contingência ainda “confusa” fazia com que os participantes alterassem sua sensibilidade às conseqüências de seu responder posterior. Deste modo, mesmo com a alteração do padrão de reforçamento na contingência, o controle por regras

mantinha-se presente (o que fazia com que os participantes deixassem de ganhar pontos e dinheiro).

Uma pessoa que passa a elaborar regras pouco precisas sobre conduta com as outras, pode também deixar de ser sensível aos resultados de suas interações com o outro. Catania, Matthews e Shimoff (1990) falaram da importância que o comportamento controlado por regras tem sobre a sensibilidade do sujeito aos efeitos do comportamento verbal do outro e dele mesmo. Para ser mais claro, os autores defendem que o comportamento controlado por regras exige que uma pessoa seja ouvinte dela mesma, ou seja, ouvinte da regra especificada por ele como falante. Dessa forma, haveria um controle discriminativo verbal que concorreria com o controle discriminativo da presença do outro, o que explicaria a insensibilidade ao ouvinte e o controle ampliado da auto-regra.

Galízio (1979) também já havia atentado os pesquisadores para o controle pelas regras como uma variável importante sobre a sensibilidade do comportamento operante às contingências (incluindo a presença do outro como parte da contingência), até mesmo como um fator que diminui a efetividade de esquemas de reforçamento sobre uma classe de respostas. Defendeu seus argumentos citando alguns estudos sobre condições de discriminações verbais controlando comportamento independente dos esquemas de reforçamento em operação.

Algumas condições específicas podem também alterar a efetividade das regras. Pouthas, Droit, Jacquet e Wearden (1990) fizeram um procedimento em que crianças na faixa etária de 4, 7 e 11 anos de idade deveriam apertar e segurar por um determinado período de tempo um botão vermelho. A condição de treino especificava que deveriam segurar o botão por um tempo próximo a 5 segundos que então uma luz se acendia ou se apagava ao fim do tempo pré-selecionado. Após os treinos, as crianças foram divididas em dois grupos. No primeiro, havia apenas uma entrevista posterior a todo o teste perguntando “O que você fez

para ir ‘muito bem’?; Como você jogou? O jogo era fácil?”. O outro grupo estava numa condição em que era entrevistado durante o teste com perguntas “O que você fez para ir ‘muito bem?’”. Na comparação entre os dois grupos, houve melhora significativa de desempenho das crianças de 11 anos na condição em que ela formulava uma regra explícita sobre o jogo a partir das perguntas durante o jogo. Por outro lado, as crianças das outras faixas etárias incluídas no estudo não demonstraram diferenças significativas após o treino sobre regras, mesmo sendo capazes de elaborá-las. Estes dados sugerem que é necessário certo grau de maturidade do organismo para que haja maior controle por estimulação verbal, visto que as crianças mais novas ficavam mais sob controle da contingência em operação. Também sugerem que a história de reforçamento sob o controle por regras vai tornando o adulto mais insensível a contingência em operação. Seguindo este raciocínio, Bentall, Lowe e Beasty (1985), sugeriram que, com o desenvolvimento da capacidade de controle verbal da criança, sua performance operante geral é radicalmente alterada. Isto é relevante nesta pesquisa, uma vez que seus participantes são adultos e o controle aqui utilizado parte de um controle verbal sobre o comportamento deles.

Para entender melhor as formas do controle por regra na fase adulta, Braga, Albuquerque e Paracampo (2005) fizeram uma pesquisa em que comparavam os efeitos de controle verbal de perguntas com os efeitos de controle verbal de instruções atuando como regras sobre o comportamento não verbal em universitários na execução de escolha de peças de acordo com um modelo (por exemplo, era apresentado um modelo com um objeto na cor verde e o participante deveria escolher nas peças de comparação aquela que mais apresentava propriedades comuns ao modelo). Foram dois procedimentos diferentes usados na pesquisa: no primeiro, os participantes deveriam responder ao estímulo-modelo, sendo orientados por instruções diretas (“Quando eu mostrar estes objetos para você, você deve fazer o seguinte: você deve apontar primeiro para a mesma cor, depois para a mesma espessura e em seguida

para a mesma forma”); no segundo procedimento, ao invés das instruções diretas, eram apresentadas perguntas sobre o procedimento a ser realizado pelo participante (“Quando eu mostrar estes objetos para você, o que você deve fazer? Você deve apontar primeiro para a mesma cor, depois para a mesma espessura e em seguida para a mesma forma?”). Os resultados indicaram que a despeito da topografia da estimulação verbal (perguntas ou instruções) os participantes passaram a formular regras de como deveriam responder à contingência, mesmo que as regras estivessem em desacordo com ela. O estudo apresentou também a conclusão de que perguntas (assim como instruções) são formas de estabelecimento de regras para o comportamento do outro.

Em muitos casos, perguntas são utilizadas como um controle mais difuso do comportamento do ouvinte. Na verdade, opiniões são conjuntos de regras formuladas diante de uma comunidade verbal específica (como é o caso das religiões), portanto, tal posicionamento pode estar sendo controlado por regras suscitadas por perguntas e por reforçamentos generalizados que mantêm respostas e posicionamentos específicos perante elas (Guerin, 1994), em respostas do tipo “politicamente corretas”: “Não seria melhor evitar o pecado?”.

É neste contexto que vale trazer a religião para a discussão sobre os determinantes da auto-edição do comportamento verbal. A falta de consenso sobre variados temas envolvidos à polêmica religiosa mostra a importância do controle verbal sobre o comportamento dos fiéis, via regras definidoras de grupos religiosos. Entender o processo de elaboração da auto-edição verbal em um debate religioso mostra-se um alvo de interesse empírico. O Capítulo seguinte discute os controles verbais pelos grupos religiosos, de modo a contextualizar a compreensão desta dissertação.

CAPÍTULO 4

O comportamento verbal e a religião: uma visão analítico-funcional

As práticas religiosas na história da humanidade e a dialética da relação homem x religião são temas continuamente estudados em inúmeras áreas das ciências humanas (Fernandes, Sanchis, Velho & Mariz, 1998). Possivelmente devido a isto, há várias formas de definir o que é religião. Para os propósitos deste estudo, que tangencia o tema religião para exploração empírico-experimental do processo de auto-edição do comportamento verbal de pessoas que fazem parte dela, as definições de religião encontradas em dicionários da língua portuguesa são suficientes.

Ao tratarem deste assunto tão delicado e polêmico, tanto o dicionário Aurélio (Ferreira, 1986) quanto o Michaelis (Michaelis, 1998) apresentam cerca de vinte definições para a palavra, mostrando a variabilidade de significados da religião no senso comum. Apesar desta aparente polissemia, os dicionários comungam a especulação de que a religião seja um movimento do homem na compreensão do desconhecido; movimento esse composto por um conjunto de crenças intrincadas em um sistema de dogmas⁷. Esse conjunto seria uma tentativa de explicar o que aparentemente estaria além de qualquer capacidade humana de explicação.

Para Rodrigues e Dittrich (2007):

Religião e homem não podem ser entendidos separadamente, pois a religiosidade acompanha a evolução cultural humana, inclusive todas as suas idiossincrasias. Homem e religião, portanto, estabelecem entre si uma relação de reciprocidade: a religião incita o homem a se comportar de uma determinada maneira e o homem, por sua vez, molda a religião conforme suas características na forma de ser e agir. (p.525)

Esta presença da religião na cultura fez com que analistas do comportamento vislumbrassem a influência da religião sobre o comportamento de seus praticantes (Guerin,

⁷ Dogmas são conjuntos de regras imutáveis que regem os rituais doutrinários de cada religião. Essas regras são postuladas a todos os fiéis.

1998; Banaco, 1996; Sidman, 1989; Skinner, 1953). Dentre todos os processos de interação atribuídos ao que se chama de comportamento religioso, o processo verbal talvez seja o fundamental, tanto por lidar com acontecimentos remotos que vão, inclusive, além da morte, quanto por descrever contingências importantes para o grupo como a cooperação, a paz e a fraternidade. Portanto, argumenta-se aqui que estudar o processo verbal que embasa as polêmicas religiosas é estudar a raiz da religião; é estudar o comportamento verbal diante das coisas, objetos, acontecimentos, incluindo comportamentos verbais e seus produtos (por exemplo, a Bíblia, o Alcorão e outros livros sagrados).

Guerin (1998) defende que, como outros comportamentos determinados por um contexto social, o comportamento religioso é controlado por regras que aumentam a probabilidade de que fiel que as segue mantenha-se afastado do contato com contingências diretas que poderiam desviá-lo da prática religiosa importante para o seu grupo. Teoricamente, um fiel que pratica a castidade pode mais facilmente burlar esta regra se ficar a sós com sua noiva após um evento em que exagerou na bebida alcoólica. Portanto, o comportamento que inicia a classe de respostas “cair em tentação” já é suprimido por um controle direto por regras desde a não permissão da embriaguez até a não permissão do sexo. Ainda assim, o autor argumenta que o comportamento religioso é mantido mais pelos benefícios em participar de grupos sociais do que pelas conseqüências imediatas dos comportamentos religiosos.

A despeito disto, os religiosos defendem, em geral, que a crença religiosa é incondicional, não atrelada às conseqüências do mundo real, especialmente às sociais da participação (dizer que se está na Igreja para encontrar uma esposa é pouco aceitável). Entretanto, concordando com Guerin (1998), Sidman (1989) defende que outros fatores mantêm descrições verbais sobre o mundo como crenças religiosas. Um exemplo que é dado pelo autor é de um fiel que busca o caminho de Lourdes ano após ano sem obter a cura de sua

enfermidade; provavelmente recebe atenção não usual e outras conseqüências mais quando efetua tal caminhada.

Para controlar os fiéis na garantia desses benefícios da participação, ao mesmo tempo em que o controle religioso é dado por regras específicas de controle positivo, o comportamento dos fiéis que as seguem é mantido também por reforçamento negativo, algumas vezes em maior freqüência do que o positivo. De qualquer modo, o homem é religioso quando aprende tal forma de agir culturalmente; não existe uma religiosidade como essência humana (Skinner, 1953). A utilização do controle por regras aversivas mostrou-se fundamental para a manutenção do comportamento “virtuoso” dos seguidores da Igreja. Para que o número de fiéis “não diminuísse à medida que os sacrifícios exigidos aumentavam em número e dificuldade, as igrejas adotaram leis que traziam conseqüências penosas aos desobedientes” (Rodrigues & Dittrich, 2007, p.529).

Portanto, a religião é a organização de um conjunto de práticas de uma dada cultura e forma uma agência de controle do comportamento dos fiéis (Skinner, 1953). Ao experimentarem o alívio por confessar seus pecados a um padre, existe um reforçamento intermitente direto e coerente com as regras da libertação do inferno, cujas conseqüências simbólicas coincidem com as conseqüências de um controle aversivo generalizado (perdas e castigos) sentido e vivenciado na vida pelos fiéis. Sob efeito do controle intermitente e generalizado, essa coerência entre a descrição de contingências últimas e as sensações e vivências das contingências experimentadas aumenta o sucesso do controle por regras pela religião.

Como um conjunto de práticas culturais, as instituições religiosas não sobrevivem apenas da coerção. Como o uso desse tipo de controle pelas Igrejas é freqüente, é relevante analisá-lo nos problemas que causam e nas alternativas possíveis para evitá-lo ou minimizá-lo (Almeida, 1999). Seja como for, Skinner (1953) avalia que, em última instância, o poder das

Igrejas sobre o comportamento dos fiéis está intrincado ao condicionamento de respostas verbais: “depende de quão eficiente certos reforçadores verbais são condicionados – particularmente a promessa do Céu e a ameaça do Inferno” (p.385). Esses reforçadores verbais chegam aos fiéis via regras que, propositalmente ou não, podem tornar os fiéis menos sensíveis às contingências poderosas que definem a tentação para o “pecado” presente nas contingências naturais de reforçamento.

De acordo com o exposto no Capítulo anterior, as regras religiosas podem, então, determinar uma menor sensibilidade dos fiéis de uma dada religião às contingências de reforçamento em que eles, como falantes, estão inseridos, especialmente se esses fiéis fizerem parte da liderança da religião tendo a função de reforçar o seguimento das regras que definem a doutrinação dos demais fiéis e garantir o reforçamento generalizado e automático da auto-audiência. Ao se falar de uma menor sensibilidade dos fiéis às contingências de reforçamento, inevitavelmente, se fala de um controle forte da regra religiosa: o fiel “aceita” a regra. Quando a contingência for percebida e negada, a força da crença começa a se instalar; quando a contingência deixar de ser contatada, a crença estará fortalecida na plenitude chegando ao extremo do fundamentalismo, como ocorre no terrorismo (Hayes et. al. 2002). A partir do controle do ouvinte, a audiência se modela pelas regras religiosas. Assim, é possível afirmar que a regra religiosa atua diretamente na auto-edição do comportamento verbal do fiel, via autoclítico e (auto-)audiência, mantidos por reforço generalizado automático.

Regras religiosas são fortemente repassadas no contexto verbal dos membros de uma mesma Igreja, com isso, após um tempo elas podem ser expressas pelos seus membros como opiniões na forma de atos e intraverbais. Guerin (1994) faz uma reflexão interessante ao sugerir que, quase sempre, a expressão de uma preferência (opinar), satisfaz as contingências da comunidade verbal descritas pelo relato, ou seja, sempre há, em certa medida, o controle pela audiência até mesmo incidindo sobre o que a pessoa relata como suas opiniões pessoais.

Contextos sociais tornam propensos os relatos de opiniões, porém, audiências específicas tendem a ouvir e responder a opiniões específicas (um cantor de *heavy-metal* ateu demonstra pequena probabilidade de estar interessado em ouvir opiniões de um padre, a não ser em condições especiais em que sua opinião sobre temáticas religiosas seja confrontada). As audiências funcionam, então, como estímulo discriminativo para o relato de opiniões específicas, e isto significa que é provável a audiência ser influente no relato de preferências.

Ao avaliar as opiniões reforçadas pelas religiões sobre assuntos diversos (por exemplo, aborto, sexo antes do casamento, etc.) verifica-se a função intraverbal. Pode-se dizer que grande parte das conversas entre fiéis consiste em unidades verbais funcionais aprendidas previamente em episódios verbais. Isto quer dizer que várias opiniões emitidas aparecem devido a uma história de encadeamento de elos intraverbais reforçados no passado e apresentados com topografia de tato para parecer que se fala *a Verdade* (Guerin, 1994). Por exemplo, um padre que defende toda uma argumentação lógica e sequencial sobre uma interpretação específica da bíblia muito provavelmente está sob controle deste encadeamento de respostas sistematicamente reforçado no seminário.

A partir das considerações propostas pelos artigos empíricos e teóricos citados até o momento, o cenário colocado – a religião – é revelado como propício a novas investigações que combinem as características ambíguas dos discursos religiosos e o padrão de elaboração autoclítica da edição das respostas verbais frente a audiências religiosas específicas.

CAPÍTULO 5

Método

5.1 Justificativa, Problema e Objetivo da Pesquisa

O livro *O Comportamento Verbal* (Skinner, 1957) foi publicado para subsidiar interpretações do fenômeno que delimitou e para outros fins. De fato, o trabalho de Skinner, embora seja teórico e/ou interpretativo, abriu caminho para inúmeras investigações empíricas. Comparando as muitas possibilidades de estudos que o livro enumera com o que se tem estudado até hoje, é possível afirmar que os analistas do comportamento têm dedicado pouca energia ao estudo empírico dessas possibilidades; pelo menos de algumas delas (Oah & Dickinson, 1989; Rose, 1994; Critchfield, Burskist & Saville, 2000; Moroz & Rubano, 2001; Epting & Critchfield, 2006).

Segundo Michael (1984), é possível que a escassez de estudos empíricos (particularmente, experimentais, segundo Dymond, O'Hora, Whelan & O'Donovan, 2006) possa ser explicada pela complexidade de se trabalhar experimentalmente o comportamento verbal e criar metodologias adequadas à análise de seus processos, especialmente os privados relacionados a esse tipo de comportamento (Anderson, Hawkins & Scotti, 1997; Malerbi & Matos, 1992). Portanto, não é de se espantar que parem sobre o tema trabalhos de bojo estritamente teóricos ou conceituais.

Conforme a revisão bibliográfica supracitada, em meio aos trabalhos sobre comportamento verbal, grande parcela dedicou atenção ao falante. O papel da audiência ficou secundário. Spradlin (1985) afirma que isto se deveu à obviedade de alguns processos descritos por Skinner (1957), ou seja, as descrições dos processos de controle pela audiência foram aparentemente tão evidentes que chegam a dar a impressão de não necessitar de

confirmação experimental. Contudo, Spradlin (1985), ao fazer menção às variações metodológicas no estudo da audiência, mostra a importância da compreensão aprofundada dos papéis do condicionamento da audiência para o entendimento complexo das variáveis que incidem sobre o repertório verbal do falante, pois alguns processos não são óbvios e algumas de suas partes, inclusive, só podem ser acessadas por quem se comporta. Portanto, restam ainda várias lacunas a serem preenchidas com dados empíricos a respeito das afirmações teóricas plausíveis contidas no *O Comportamento Verbal*.

Uma dessas lacunas diz respeito ao papel da audiência sobre o processo de auto-edição do comportamento verbal. Para Skinner (1957), em dois dos capítulos de seu livro, a descrição do controle sobre a auto-edição pela audiência teoricamente explicaria o processo pelo qual o comportamento do falante sofre alterações e se mantém para maximizar os seus efeitos sobre o ouvinte. Apesar desta afirmação, em trabalho de revisão bibliográfica sobre estudos especificamente voltados para o processo de auto-edição, Epting e Critchfield (2006) encontraram apenas uma investigação analítico-comportamental empírica (Hyten, 1991) que abordava a auto-edição de textos frente a manipulações de audiências, definidas por seus leitores. Assim, a escassez de trabalhos sobre o processo, por si só, justifica uma investigação experimental do mesmo. Hyten (1986) chamou a atenção para o fato de que a natureza privada deste fenômeno é muito provavelmente a maior dificuldade para analisá-lo experimentalmente. Por isso, o uso do procedimento descrito adiante para a coleta de dados verbais em debates, ainda que lide com respostas públicas, amplia algumas possibilidades de análise experimental da auto-edição do comportamento verbal escrito.

Nos capítulos de *O Comportamento Verbal* destinados a auto-edição, Skinner (1957) relata que o comportamento verbal escrito é uma instância posterior de edição do comportamento e que, portanto, pode ser estudada mais facilmente. Entretanto, quando publicou o livro, foi categórico ao afirmar que a Análise do Comportamento estava longe de

ser capaz de verificar o processo em sua completude, visto que a sua parte privada é sua característica fundamental. Atualmente ainda se lida com esta mesma limitação, mas os analistas do comportamento (por exemplo, Hyten & Chase, 1991; Hyten, 1986) se aproximaram mais do que seria esta plenitude.

Portanto, a relevância científica desta pesquisa se situa na possibilidade de ampliação do conhecimento e desenvolvimento da pesquisa empírica sobre o comportamento verbal. Mais especificamente, esclarece o papel do controle de certos aspectos de regras contrastantes (ou convergente) religiosas e de audiências sobre o comportamento verbal e a auto-edição relacionada a esses contextos. Pode-se dizer que a relevância científica do mesmo estrutura-se no desenvolvimento da Ciência do Comportamento, principalmente ao abrir novas possibilidades de investigação na linha de pesquisa do condicionamento verbal.

Objetivando também a compreensão de processos verbais envolvidos em posicionamentos religiosos dos sujeitos, o trabalho também amplia o conhecimento de processos sociais envolvendo crenças e opiniões. O estudo de insensibilidade às contingências devido à regras (neste caso, regras advindas da religião) pode auxiliar a explicação das causas que mantêm comportamentos de intolerância religiosas entre grupos. Deste modo, o entendimento dos processos de desenvolvimento de argumentos religiosos auxilia na demanda por compreensão do estabelecimento e manutenção de crenças. Contudo, diante da natureza metodológica do estudo (tamanho da amostra, delineamento), é em certa medida prematuro extrapolar seus resultados para explicar todos os processos comportamentais básicos da linguagem que permeia a vida nos grupos sociais.

Muito se poderia perguntar a partir da afirmação genérica de Skinner (1957) de que o processo básico da aprendizagem da auto-edição é a punição. Com o intuito de esclarecer melhor os elementos destes eventos, a presente pesquisa estrutura-se sobre o prisma de alguns desses questionamentos. Clarificando o problema da pesquisa, é possível anunciá-lo de um

modo experimental desta forma: “Qual o efeito de audiências convergentes e divergentes e de regras sobre a auto-edição de um episódio verbal entre religiosos?”

Na definição dos termos deste problema, *convergentes* e *divergentes* dizem respeito ao tipo de controle discriminativo prévio da audiência sobre o comportamento verbal do falante. Uma audiência convergente é caracterizada quando um ouvinte exerce um controle discriminativo da alta probabilidade de apresentação de conseqüências reforçadoras generalizadas frente à emissão de um determinado discurso. Por outro lado, entende-se por audiência divergente, ou “negativa” como Skinner (1957) chamava, todo ouvinte que exercer efeito discriminativo pré-aversivo generalizado sobre o discurso. Conforme dito antes, discurso é definido em relação às definições comportamentais de sentença e proposição (Borloti et al., 2008).

A justificativa para escolha do debate religioso cristão como palco para coleta dos dados reside no fato de que, ao contrário de outros temas igualmente polêmicos, o Cristianismo mantém um controle instrucional explícito do comportamento dos seus adeptos, a despeito das variadas interpretações da Bíblia e, em especial, do Novo Testamento.

Tendo isto em mente, o presente trabalho procurou isolar alguns temas explicitamente cercados de variações e polêmicas nas religiões cristãs abordadas e que, necessariamente, geram um *não-consenso* entre membros e não membros. Como dito, as características do conjunto de regras explícitas que envolve o Cristianismo destaca esse contexto dentre as inúmeras outras polêmicas sociais que poderiam igualmente apresentar um *não-consenso* em sua base (por exemplo a discussão pela utilização de células tronco). As práticas verbais religiosas apresentam-se como mais adequadas a um estudo experimental, mesmo se levando em conta todo o ambiente aparentemente contrastante que marca as vertentes religiosas organizadas das sociedades atuais (questões polêmicas já foram utilizadas em outros trabalhos para suscitar dados verbais mais ricos, vide Borloti, 2004),

Tal escolha reside no fato de que as religiões, invariavelmente, se caracterizam por exercerem um controle por regras sobre o comportamento “virtuoso” e “pecaminoso” dos seus fiéis. O controle por regras especifica a descrição das relações entre certos eventos antecedentes e conseqüentes a esses dois tipos de comportamentos inter-relacionados. Os Dez Mandamentos ilustram esse controle ao instruírem explicitamente comportamentos a serem emitidos e, implicitamente, as conseqüências do seguimento dessas instruções. Cada mandamento pode ser entendido como uma *regra* que assume uma moldura autoclítica do tipo “quando-se-então”, sendo o “se” um “pecado” ou uma “virtude” (“cobiçar a mulher do próximo” ou “amar a Deus sobre todas as coisas”, respectivamente).

As religiões cristãs apresentam conjuntos de regras pré-estabelecidas e sólidas para instruir comportamentos “virtuosos” ou “pecaminosos” comuns que, por isto, facilitam posteriores moldes comparativos do seu controle por regras. Como a proposta metodológica criada para este estudo visa entender o papel da audiência sobre o processo de auto-edição verbal, a escolha de religiões com um forte conjunto de regras diferentes para o controle de comportamentos semelhantes por regras mostra-se estimulante para verificação de resultados empíricos. Deste modo, era esperado que os participantes do estudo apresentassem um mínimo de coerência entre o que diziam sob o controle dessas regras, mesmo que a audiência fosse especificamente discordante do comportamento verbal emitido (por exemplo, um Padre Católico, ao defender a capacidade de intercessão da Virgem Maria está coerente com uma regra do Catolicismo que é vista de modo não compatível por um Pastor Batista).

Como todo pensamento empirista opera no sentido de descobrir se impressões acerca da realidade se confirmam com a pesquisa de dados advindos dela, este trabalho também apresenta suas impressões prévias sobre o processo da auto-edição, a partir dos pressupostos teóricos skinnerianos. Como, hipoteticamente, a auto-edição ocorre fundamentalmente em função da possibilidade de punição do ouvinte ou da especificidade das regras que o sujeito

comunga, espera-se que, diante de audiências que apresentem controle discriminativo por regras divergentes (1) o comportamento verbal escrito do falante apresente mais elementos do processo de edição (caracteres utilizados, formas e estilos de escrita); (2) a duração das respostas pode apresentar aumento no tempo de elaboração nas instâncias ou episódios verbais de maior edição; (3) o discurso como um todo pode apresentar mudanças funcionais nas emissões dos operantes verbais (especialmente mandos e intraverbais com topografia de tatos) e de processos autoclíticos sob controle de contingências aversivas.

Por outro lado, na condição na qual a audiência comunga das regras religiosas do falante, é esperado que (1) o comportamento verbal escrito seja autorizado (publicado) para o outro participante sem grandes alterações; (2) o tempo médio para elaboração das respostas tenha um valor diminuído; (3) o discurso apresente melhor fluência pela utilização de tatos e intraverbais e pela não composição demasiada de autoclíticos “de mando”.

Tais pressuposições foram especuladas a partir dos escritos de Skinner e pelos dados elucidados nos trabalhos em que as características do ouvinte exerceram controle sobre as respostas dos seus participantes (controle pela audiência), como descritos nos Capítulos 1, 2 e 3.

Portanto, o arranjo de condições experimentais convergentes e divergentes pressupõe que o comportamento verbal, como operante, fique sob controle dos efeitos das interações assim definidas (Spradlin, 1985; Lodhi & Greer, 1989; Passos, 2003). Um discurso muito reforçado por ouvintes genéricos apresenta alta probabilidade de emissão quando em contato com ouvintes específicos, como estímulo discriminativo, o que evocaria audiências específicas. Sabe-se que a condição convergente pode se equiparar a uma condição definida em outros estudos como de similaridade, que controla altas taxas de respostas e conversações mais longas (Rosenberg, Spradlin & Mabel, 1961; Spradlin & Rosenberg, 1964). Entretanto,

não se sabe como o repertório verbal será controlado na condição de um debate divergente, em especial a auto-edição.

Visando coerência com as pressuposições explicitadas, este trabalho tem por objetivo geral: descrever o processo público de auto-edição do comportamento verbal em ambiente experimental frente à manipulação de variáveis relacionadas à audiência e regras. Pertence ao grupo dos objetivos específicos obter e analisar (1) a frequência, a forma e a função de edições escritas nos episódios verbais, em respostas tornadas públicas; (2) a duração e tempo médio necessário para elaboração das respostas nas duas condições experimentais; (3) a coerência entre as respostas verbais e as regras postuladas pelas denominações cristãs selecionadas; (4) os operantes primários e secundários essenciais ao discurso religioso em cada condição experimental. O cumprimento deste último objetivo específico implica realizar uma análise comportamental do discurso religioso, conforme instruída por Borloti et al. (2008).

5.2 Delineamento da pesquisa

Segundo as diversas classificações de delineamentos de pesquisa, pode-se enquadrar o presente estudo como um estudo de delineamento experimental (Meltzoff, 2001), pois promoverá condições específicas em um ambiente controlado (laboratório), buscando-se a manipulação de alguns fatores do ambiente no intuito de coletar dados dos efeitos dessa manipulação sobre as variáveis de interesse ao problema da pesquisa. Por essa manipulação ocorrer em ambiente controlado, trata-se de um estudo de laboratório. Como existe a tentativa empírica de estudo de componentes verbais que ocorrem na situação cotidiana visualizada no laboratório, o estudo é considerado de simulação por analogia. Contudo, pelo fato de o

delineamento prever alterações dos padrões de respostas manipuladas pelas condições expostas pelo pesquisador, trata-se de um estudo prospectivo.

A variável dependente é o comportamento verbal, tendo a sentença-argumento como unidade de análise a partir dos seus operantes constitutivos. A variável independente é o ouvinte, manipulado nas condições experimentais. Na seqüência é detalhado o delineamento experimental, distinto pela função da audiência em duas condições experimentais: (1) debate, de tópicos⁸ pré-determinados pelo pesquisador, entre dois membros de uma mesma denominação Cristã; (2) debate, desses mesmos tópicos, entre dois membros de denominações diferentes e divergentes em algumas regras no contexto do Cristianismo. Serão, então, obtidos e analisados dados quantitativos e qualitativos. Os primeiros serão frequências e tempo médio para emissão de repostas especificamente definidas; os segundos serão proposições⁹ – também definidas em termos comportamentais – sob controle das audiências que especificam cada condição experimental.

5.2.1. participantes.

Para atingir os objetivos da pesquisa, foram selecionados quatro homens que exerciam cargos de liderança em uma comunidade religiosa. Os quatro participantes eram de vertentes religiosas cristãs, porém, divididos em dois grupos: uma dupla de evangélicos Batistas e outra de Católicos. Apesar de ambas as duplas serem cristãs (*in-group*), ambas são divergentes em algumas regras que permeiam o contexto do cristianismo (*out-group*).

⁸ Neste estudo será sempre empregada a palavra *tópico* para se referir a um estímulo verbal que estabelecerá um controle direto com o que será tratado nos episódios verbais do debate entre os participantes.

⁹ Neste estudo sentença e proposição são conceitos equivalentes. Quando se o texto se refere a frase, especifica o produto de uma sentença ou proposição. Como se verá adiante, argumentos estão contidos em proposições que estão contidas no discurso. Argumentos, proposições e discursos são conjuntos de operantes funcionalmente unificados (Borloti, et. al, 2008; Terrell e Johnson, 1989).

Neste caso, foram selecionados dois Padres da Igreja Católica Apostólica Romana e dois Pastores da Igreja Batista. Tal escolha fundamentou-se na exigência da formação sistemática dos líderes de ambas as instituições selecionadas: mesmo com todas as diferenças entre seus preceitos, em ambas é exigido o estudo em curso superior de Teologia para formação de seus líderes (padres ou pastores). Supostamente, uma formação sistemática indica mais claramente tanto um conjunto sólido de regras quanto o modo de ensiná-lo. Em geral esses conjuntos de regras são transmitidos por gerações de fiéis em cerimônias litúrgicas, tais como missas, cultos, catequeses e outros.

Conseqüentemente, excluiu-se as vertentes protestantes neopetencostais, pois não foi observado neste contexto a mesma exigência de formação pormenorizada de seus líderes, o que poderia acarretar em controle por regras mais difuso. As cerimônias são mais flexíveis, os conteúdos ministrados nas celebrações são fugazes e seu caminhar é ditado principalmente pela intervenção do Espírito de Deus ou Espírito Santo (Almeida, 1999). Assim, o critério de inclusão de participantes Católicos e Batistas é coerente com o problema da pesquisa: optou-se por participantes de duas religiões cristãs pelo fato de concordarem na base da doutrina cristã e, ao mesmo tempo, verbalizarem a cisão de interpretações da Bíblia.

Todos os quatro participantes, no momento da coleta, estavam atuando em suas Igrejas, em níveis de liderança equiparáveis. Na ocasião da coleta, os padres tinham 32 e 38 anos de idade e os pastores apresentavam 33 e 45 anos de idade respectivamente. Considerando que o dado verbal obtido era a escrita direta dos participantes, buscou-se uma formação intelectual nivelada, ou seja, participantes com nível superior ao menos em andamento. Ao abordar os candidatos à participantes, era questionado para os mesmo se tinham alguma familiaridade em manusear algum programa de computador de editoração de textos (tal como o Microsoft Word) e de mensagens instantâneas (só poderiam participar da coleta aqueles que se diziam habitualmente usuários de programas de mensagens instantânea).

Esta exigência, além de minimizar constrangimentos do sujeito com o manusear do programa, visava aumentar a probabilidade de obter dados verbais digitalizados com recursos estilísticos mais sofisticados, elaborados em arranjos autoclíticos especiais, tais como aqueles em parábolas, sátiras e ironias (Skinner, 1957).

É possível categorizar esses participantes como sendo de oportunidade e de rede de relações (Meltzoff, 2001), pois foram recrutados por indicação de colegas do pesquisador ou do orientador. Cabe aqui ressaltar a grande dificuldade de obtenção de participantes para a pesquisa. No total, foram contatados vinte e dois sujeitos (doze padres e dez pastores) para que se chegasse ao número de quatro participantes que, por fim, aceitaram participar da coleta.

Todos os participantes convidados consentiram com o procedimento (eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Anexo 1) além da conveniência de acesso (ao dia, horário e local da coleta). Tendo preenchido o contingente de quatro participantes, foram então subdivididos nos dois grupos definidos anteriormente (dois padres e dois pastores). Os participantes não eram íntimos entre si (os da mesma religião apenas sabiam quem era o outro “de vista”), o que garantiu que um histórico prévio de condicionamento verbal discriminativo específico com aquele determinado ouvinte não interferisse diretamente nas respostas que foram apresentadas. Vale lembrar que uma audiência não conhecida previamente garante em certo grau a característica genérica do reforçamento verbal. Segundo Skinner (1957) esse reforçamento genérico é um ponto chave na elaboração de um discurso.

2.2.2. instrumentos

Para averiguar os objetivos de pesquisa propostos, foi desenvolvido um programa de computador que permitisse interações verbais on-line: o software “Self-editing 1.0”, que foi empregado concomitantemente num estudo analítico-comportamental do preconceito (Borloti & Hübner, 2009). Os quatro participantes religiosos tiveram a oportunidade de conversar através de uma rede de computadores, subdivididos em duas duplas de conversa, sendo que cada resposta digitada por um primeiro participante era instantaneamente transmitida ao computador de um segundo participante assim que o primeiro autorizava a emissão pública da resposta (clcando a tecla “enter” ou clicando o botão “enviar”, Ver figura 01).

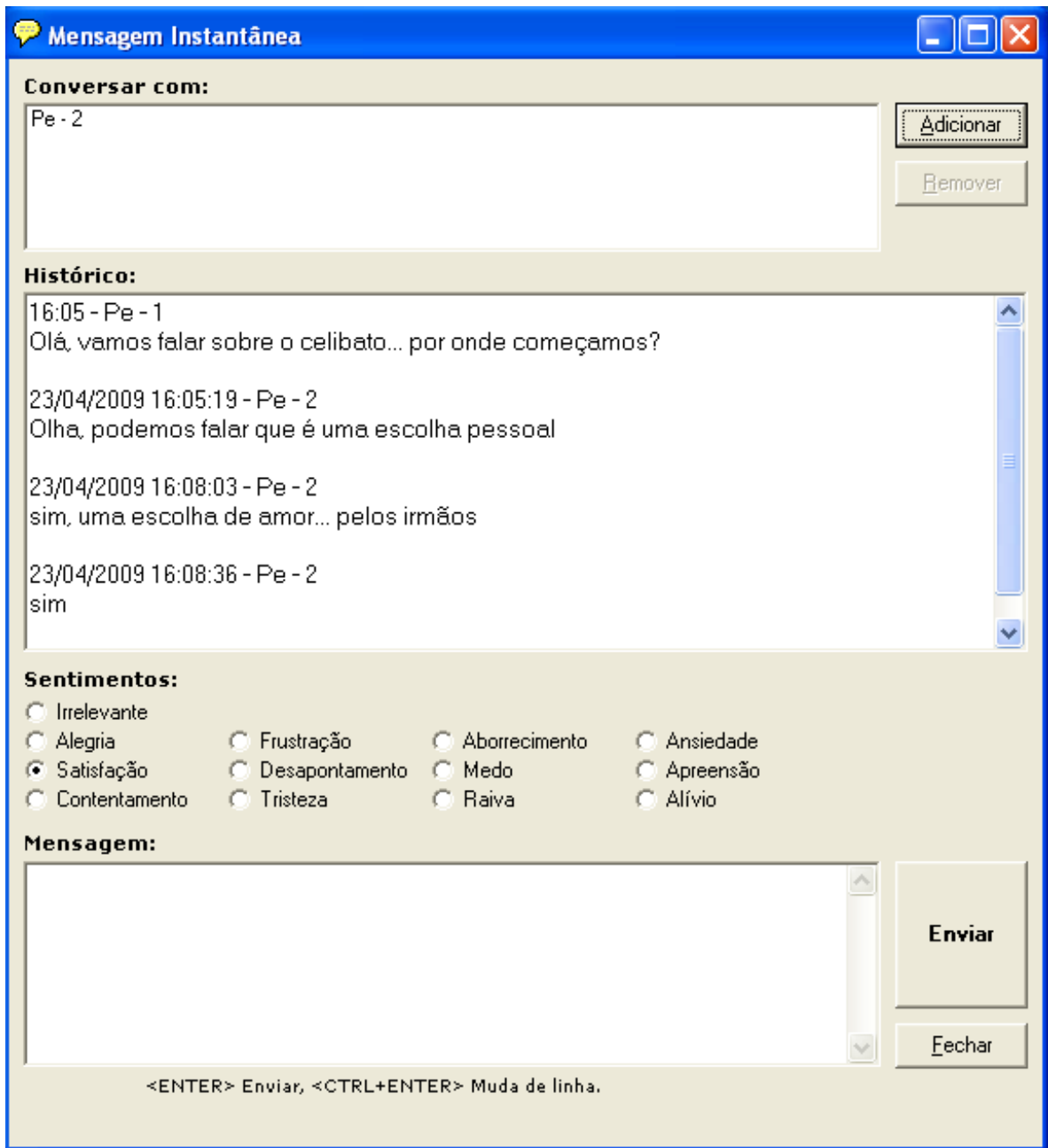


Figura 01 - Layout do programa *Self-editing 1.0*

O diferencial deste programa é o fato de salvar todos os caracteres digitados pelos participantes, mesmo aqueles que eram apagados no momento da composição das frases e/ou sentenças, ou seja, tudo o que o participante escrevia, mesmo que não fosse o conteúdo final autorizado para publicação, era afixado na memória do programa para ser disponibilizado para análise posterior. Este delineamento trouxe vantagens para a coleta de respostas verbais

escritas ao vivo em interações verbais. Dados obtidos de textos produzidos de outra maneira teriam menor valia para os objetivos pretendidos, já que, como descrito por Passos (2003):

A análise funcional do comportamento verbal é sempre o estudo do comportamento verbal do falante e ouvinte concretos, individuais, num ambiente específico e conhecido, já que a utilização de textos separados das situações concretas em que foram produzidos obscurece as relações funcionais relevantes para a explicação do comportamento verbal. (p. 197)

Além disso, o desenvolvimento deste software permite uma investigação empírica de dados em que o sujeito emite respostas de edição do comportamento verbal antes mesmo deste ter tido contato com qualquer outro tipo de ouvinte, que não o auto-ouvinte, que pudesse punir ou reforçar a resposta em questão. Pode-se afirmar que este programa coleta dados de edição do comportamento verbal de um falante prioritariamente em função de sua própria audiência.

Outro dado que o programa coleta é a duração do tempo de elaboração das respostas escritas nas diferentes etapas do procedimento (conforme descrito adiante). Esta duração pode ser considerada como análoga a um dado de latência. A latência é o tempo transcorrido entre a apresentação de um estímulo (a escrita de um participante) e a emissão de uma resposta (a escrita de um outro participante), independentemente de essa ser ou não uma resposta autorizada.

O programa, primeiramente, expôs um parágrafo introdutório explicativo sobre as tarefas exigidas dos participantes e elucidou os tópicos que seriam abordados no debate. Depois sua tarefa foi apresentar tópicos durante o debate (por exemplo, aparecia na tela o tópico *celibato* de modo a controlar o debate). A apresentação de um estímulo verbal único visou evitar controles ambíguos sobre o comportamento explicitado. Qualquer estímulo verbal acrescido poderia controlar alguma resposta de preferência. Para ilustrar, se o programa expusesse o mando “discutam a necessidade do celibato”, poderia estar implícito que existiria *necessidade* do celibato é ela precisa ser *discutida*.

Após a coleta dos dados, o software compilava um texto completo que mostrava as respostas autorizadas na cor preta e as respostas não autorizadas na cor vermelha. Os caracteres acrescentados após o início da elaboração das frases eram expostos pelo programa na cor azul¹⁰. As respostas dos participantes do debate eram mostradas no texto completo, diferenciadas pela fonte. Para cada participante o software emitia um relatório contendo as seguintes informações: forma e frequência das respostas, o tempo utilizado para elaboração das sentenças e número de caracteres escritos e editados.

Para evitar qualquer sugestão de preferência por uma ou outra vertente cristã o programa se iniciava simplesmente apresentando o seguinte parágrafo: “*o objetivo deste estudo é entender o que acontece durante um ‘bate-papo’ virtual*”. Após 6 minutos, em média, aparecia um tópico novo na tela. De fato o tópico é um tipo de mando implícito do tipo “converse sobre x”¹¹.

Para a execução do programa, foram utilizados quatro computadores portáteis (Notebooks) com as seguintes especificações mínimas: processador de 1.6 Ghz, 512 Mb Ram, disco rígido de 40 Gb, monitor colorido de 14.1” polegadas, mouse e caixas acústicas. A utilização dos quatro computadores ao mesmo tempo visava minimizar os transtornos causados pelo tempo de espera caso o procedimento só registrasse o debate entre uma dupla de participantes por vez. Os quatro computadores ficaram interligados por um roteador wireless de rede (sem cabos de conexão). Para maior segurança sobre a interferência de variáveis estranhas, o programa foi executado em salas climatizadas e sem possibilidade de interferências externas. Cada computador ficava disposto em uma sala diferente, para que os participantes não interagissem por outra via que não fosse a digital escrita, permitida pelo

¹⁰ No presente trabalho impresso, os caracteres editados de cor vermelha foram apresentados na forma sublinhada, enquanto que os caracteres de edição azuis foram apresentados no formato sublinhado e itálico.

¹¹ Em alguns casos, a necessidade dos dados para análise como operação estabelecadora atuando sobre o comportamento do pesquisador, foi discriminada por dois participantes, que falaram de sua função como ouvintes na consequenciação deste mando.

programa. Estavam disponíveis também em cada sala cartões contendo instruções escritas sobre como operar o programa.

5.2.3. Procedimento de coleta de dados

Inicialmente, realizou-se um contato inicial para a seleção dos participantes, onde foram recrutados os voluntários para a participação da pesquisa após aprovação do projeto pela banca do exame de qualificação e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (Número de registro no Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo: 139/08).

Anterior a coleta o experimentador esclareceu o objetivo da pesquisa, solicitando a assinatura do termo de livre consentimento. Coletou-se dados de identificação (idade, escolaridade, estado civil, familiaridade com programas de troca de mensagens on-line e tempo de experiência como líder religioso) e foi explicado o que eles deveriam fazer para manusear o software.

No momento da instrução, o experimentador usou termos do cotidiano da informática e das interações on-line, tais como “sala de bate-papo”, “messenger”, “teclar”, etc. e enfatizou a importância do seguimento da instrução de mudança de tópico durante o “bate-papo” virtual. Não se utilizou de termos que poderiam ser qualificados como positivos ou negativos, tais como “debater”, “discutir” ou “conversar”. O experimentador usou o verbo teclar: *“Você teclará com outra pessoa que estará na sala ao lado sobre tópicos especificados pelo programa. Quando surgir um tópico novo, ambos passam a teclar sobre esta nova temática”*.

Para aumentar a analogia do presente estudo com situações do cotidiano, onde as pessoas conversam com desconhecidos sob controle de estímulos não verbais e verbais tais

como sexo, vestuário, idade ou profissão, os participantes foram apresentados entre si pelo experimentador no dia da coleta. Como estímulos verbais para evocar também um controle pela audiência, foram informados o nome, a profissão e o cargo dos outros participantes. Entretanto, pode-se afirmar que todos ficaram em certa medida também sob controle de estímulos não verbais (sexo, idade e do vestuário dos demais participantes).

Após essa apresentação, a primeira etapa da coleta foi iniciada, estando os quatro participantes finalmente divididos em duplas de debate divergente, cada um em uma sala contendo um dos computadores. Todos aguardaram o experimentador para começar o debate. Cabe ressaltar que, para evocar um forte controle de estímulos pela audiência nos participantes, neste momento o experimentador falava: *“Neste primeiro momento você teclará com o Padre (quando este era um pastor e vice-versa) que está agora na sala ao lado”*. Na segunda etapa, havia outro controle discriminativo na contingência: *“Agora você teclará com o outro pastor (quando este era um pastor e vice-versa) que está na sala ao lado”*.

O experimentador, então, foi a cada sala com um questionário fechado (Anexo 2) para registro de dados gerais que poderiam contribuir para algum viés posterior comparativo. Após os participantes responderem o questionário, o experimentador sanava quaisquer tipos de dúvidas individuais a respeito do funcionamento do programa.

Na primeira etapa – debate divergente – as duplas de participantes debatiam sobre cinco tópicos com outro participante de outra doutrina. Na segunda etapa – debate convergente – o mesmo processo ocorria, entretanto, os participantes debatiam com participantes da mesma igreja a que pertenciam.

Não se pode perder de vista que comportamento verbal é comportamento operante e que sofre os mesmos efeitos que o não verbal em sua interação. Um discurso muito reforçado por ouvintes específicos ou generalizados apresenta alta probabilidade de emissão quando em contato com tais controles de estimulação discriminativa (o ouvinte). Portanto, o cruzamento

dos sujeitos em condições convergente visou produzir discursos mais homogêneos e menos editados.

Foram apresentados os seguintes tópicos escritos no próprio layout do programa: 1) *celibato*, 2) *purgatório*, 3) *intercessão dos Santos*, 4) *Virgem Maria* e 5) *ofertas*. Estes tópicos foram apresentados em uma tela *pop-up* que surgia sobrepondo o layout do programa. Deste modo, para que o participante pudesse continuar, ele precisava clicar na tecla “OK” logo embaixo do tópico especificado.

O motivo de escolha dos quatro primeiros tópicos está respaldado na possibilidade de divergência acerca dos mesmos na doutrina Católica e Batista. Foram definidos a partir dos preceitos de cada uma das duas religiões, contidos no Catecismo da Igreja Católica (2006) e na Declaração Doutrinária Batista (1980). Esses documentos permitiram a descrição específica das regras que possivelmente controlam, em alguma medida, o comportamento dos participantes na fórmula *quando-se-então*. A Tabela 01, abaixo, retrata algumas das regras referentes a cada tópico de acordo com cada vertente:

Religião Tópico	Católica	Batista
Celibato	É o estado de se manter solteiro, que pode ou não ter relação com a abstinência total do prazer sexual (estado de castidade).	
	Quando na condição de Padre, se você se mantiver solteiro e casto, então poderá dedicar-se integralmente à Igreja e ter o “coração indiviso”.	Quando na condição de Pastor, se você se mantiver casto para relações sexuais ilegítimas, então você preservará seu casamento e família sob os olhos de Deus.
Purgatório	É um estágio intermediário de expurgação dos pecados para aqueles que morreram na graça de Deus, porém, imperfeitamente purificados.	

	Quando não perfeitamente purificado e ainda assim na graça de Deus, se passo pelo purgatório, então estarei purificado de meus pecados para ir de encontro a Deus.	Quando no juízo final, se fui digno da graça de Deus, então tenho o direito a adentrar ao Reino dos Céus.
Intercessão dos Santos	É a capacidade de pessoas que morreram em comunhão com as obras de Deus e que foram consideradas santas, intercederem nas aflições dos fiéis devido às obras que realizaram em sua passagem pela terra.	
	Quando aflito com fatos da vida, se rogo pela intercessão dos santos para meus problemas, então obterei ajuda devido seu estado da Graça.	Quando aflito com fatos da vida, devo pedir auxílio somente a Jesus, visto que apenas Ele pode interceder por mim, então obterei ajuda devido seu estado da Graça.
Virgem Maria	Mulher que gerou Jesus Cristo. Seu papel dentro das vertentes cristãs gera muita controvérsia. Para a Igreja Católica ela é considerada assunta aos Céus e exerce um papel fundamental dentro de toda a liturgia. É a maior intercessora dos homens junto a Deus e recebe glórias sobre sua bondade eterna. Para a Igreja Batista ela é considerada Santa por ter sido a progenitora de Cristo. Porém, sua participação póstuma sobre a vida religiosa cristã limita-se ao bom exemplo que deu em vida.	
	Quando desamparado, se rogo pela Virgem Maria, então recebo a Graça por sua intercessão bondosa.	Quando desamparado, se sigo o exemplo da Virgem Maria, então melhora minha relação com Deus para obter suas Graças.
Ofertas	Formas de auxílio à Igreja que está atrelada a bondade e esperança de prosperar em vida. Um discurso bem reforçado e valorizado por quem o pratica.	
	Quando a igreja precisa de mim, se eu lhe oferto o que me convém, então estarei de acordo com os mandamentos de Deus.	

Tabela 01. Regras em relação aos tópicos dos episódios verbais.

De acordo com as regras acima, pôde-se observar que as Igrejas comparadas divergem mais claramente sobre as interpretações ligadas aos quatro primeiros tópicos, sendo o último tópico (*ofertas*) o que possivelmente apresenta menos divergências entre estas duas organizações religiosas cristãs (não está aqui defendida a noção de que o significado deste tópico é equivalente para as duas Igrejas). Neste contraste, *ofertas* se caracteriza como um tópico-controle. Ele permitiu avaliar o quanto os processos auto-editivos estão intrincados à característica da audiência ou à regra ou conjunto de regras do tópico. Por isto, foi o último a ser apresentado.

A duração das conversas sobre cada tópico foi de 6 (seis) minutos, tempo máximo de duração pré-determinado pelo programa e considerado satisfatório (de acordo com a revisão do programa após a realização do piloto) para coleta de um bom volume de dados no repertório verbal de cada participante. Levando em conta que cada participante participou de duas condições experimentais entrecruzadas, o tempo máximo que foi exigido dos participantes para a coleta de dados foi uma hora (duas sessões de meia hora), pois finalizando a primeira condição, iniciava a segunda.

Para aumentar a riqueza de dados sobre as variáveis de controle que incidiam no comportamento verbal, o programa disponibilizou para os participantes a possibilidade de escolher no layout da página de troca de mensagens um *sentimento* que o participante tateasse no momento da interação (vide figura 01 – Pág. 66). Para cobrir os nomes básicos para sentimentos eliciados nas quatro contingências (reforçamento positivo e negativo e punição positiva e negativa) usou-se os nomes definidos no texto de Cunha e Borloti (2005). Ao final do procedimento, cada participante recebeu como gratificação pela participação voluntária uma caixa de bombons.

5.2.4. Processamento e análise de dados.

Pela meticulosidade da coleta de dados é pertinente dizer que o cerne de sua descrição e compreensão é a análise funcional do comportamento. Sendo assim, o trabalho de elaboração da análise é proporcional aos métodos de coleta dos dados analisados, tendo cautela e cuidados adicionais para cada instância do fenômeno verbal considerado. A metodologia de alguns trabalhos empíricos funciona como norte para a elaboração de um processo de análise teórico e empiricamente respaldado (Borloti, 2003; Simonassi, Tourinho & Silva, 2001; Palmer, 1998; Lodhi & Greer, 1989; Rosenfeld & Baher, 1970).

O objeto da análise é o comportamento verbal emitido em episódios verbais digitados pelos participantes no debate. Os dados foram comportamentos verbais compondo proposições, contínuas ou não, do falante e/ou do ouvinte nesses episódios. Para facilitar o tratamento dos dados, o software confeccionou ao final do procedimento quatro relatórios do debate: dois na condição divergente e dois na condição convergente, ambos com respostas de duplas de participantes durante o procedimento da coleta (primeira e segunda condição experimental).

Além dos relatórios dos episódios verbais nas condições convergente e divergente (relatórios dos debates), o programa também disponibilizou um relatório completo do desempenho de cada participante, o que visava o enriquecimento na possibilidade de verificação de nuances. Nesses relatórios foram explicitadas todas as respostas emitidas por falante e ouvinte, as sentenças que foram diretamente autorizadas e as que foram reeditadas antes de autorizadas, o número médio de caracteres escritos em cada sentença, a média de tempo para elaboração e emissão das respostas escritas e as respostas verbais mais frequentes em cada condição experimental.

Com os dados discriminados nos relatórios, foi então possível a realização de uma classificação dos tipos de operantes verbais primários (intraverbais, tatos e mandos) e secundários (autoclíticos) mais comumente autorizados ou não autorizados nos episódios verbais. A análise funcional do arranjo desses operantes verbais e as condições pelas quais caracterizam os discursos foram sistematicamente trabalhadas através do método de Análise Comportamental do Discurso (ACD) (Borloti et al., 2008).

Primordialmente, a análise do discurso buscou verificar a emissão de argumentos frente às condições experimentais relacionadas aos tópicos propostos. Terrel e Johnston (1989) – baseados em Skinner (1957) – definem o argumento como a elaboração de uma sentença verbal baseada em tatos e intraverbais cerceada de autoclíticos¹². Esta sentença é considerada efetiva se produzir conseqüências de reforçamento pelo fato do ouvinte concordar com ela. Para aumentar a probabilidade de sucesso deste tipo de conjunto de operantes verbais, ele acaba sendo acompanhado de premissas¹³, assim, “a argumentação verbal envolve a alteração da probabilidade de que conclusões serão aceitas ou emitidas pela emissão e manipulação de premissas” (Terrell & Johnston, 1989, p 43). A unidade de análise do objeto deste estudo é definida como *sentença-argumento*, que teve a função dada pela unificação da função de seus intraverbais, mandos ou tatos modificados por autoclíticos.

A análise funcional da elaboração de argumentos nas duas condições experimentais priorizou a incidência de momentos em que os participantes ficaram sob controle aversivo do comportamento do outro e elaboraram seus argumentos mais importantes de maneira mais incisiva. Esses momentos na interação foram chamados neste estudo de momentos de *clímax*. Deste modo, quando os participantes emitiam argumentos mais incisivos acerca das regras

¹² Tendo esta definição posta e sabendo, como já dito, que as definições funcionais de sentença e proposição se sobrepõem, a partir da sessão de análise e discussão dos dados, sentença-argumento é indicada apenas por argumento (central ou adicional).

¹³ Premissas aqui são consideradas regras verbais genéricas que comumente são aceitas pela comunidade verbal do falante (e possivelmente do ouvinte). Os dogmas são exemplos de premissas dentro de cada comunidade verbal religiosa.

que controlavam suas verbalizações, o pesquisador dedicava a este processo uma atenção maior na análise funcional.

Momentos da interação que foram selecionados para análise foram discriminados no repertório verbal do pesquisador a partir da propriedade de maior divergência no debate, presente no modo como os argumentos emitidos operaram o controle do comportamento verbal dos participantes e do pesquisador, como leitor-ouvinte dos dados coletados. De acordo com Place (1998), cada sentença salva pelo software é um estímulo discriminativo que tem a função de orientar o comportamento do pesquisador diante de uma relação de contingência envolvendo o comportamento dos participantes em interação. As discriminações do experimentador foram corroboradas pelo orientador da pesquisa.

Nesses momentos de clímax, esse controle foi evidenciado por sentenças-argumento centrais e adicionais dos debates que foram preponderantes no controle das respostas da elaboração verbal de cada tópico pelos participantes. Considerou-se a retórica verbal como estando sob controle das regras de cada religião (Tabela 01, página 71), apresentadas a partir dos argumentos. Argumento central refere-se àquele conjunto de operantes verbais do qual se infere o controle por regra que é fundamental para o posicionamento verbal do participante acerca do tópico, ou seja, é o cerne da argumentação elaborado por um encadeamento intraverbal acompanhado de autoclíticos. Os argumentos adicionais são emissões de operantes verbais com a função de reforçar o posicionamento verbal sob controle do argumento central.

Os argumentos adicionais têm a mesma função geral dos centrais como sentenças: orientar o comportamento do ouvinte na mesma direção (Place, 1998). Entretanto, eles têm uma topografia diferente, compreendendo outros operantes verbais. Esta variabilidade na composição de argumentos centrais e adicionais mostraram as nuances do controle da audiência na elaboração e na auto-edição do discurso. Isto ficou evidente nos debates de tópicos divergentes quando houve momentos contrastantes bem ilustrativos.

No procedimento de análise de dados, para analisar o processo de elaboração dos argumentos, verificou-se a utilização das regras supracitadas na Tabela 01 como premissas básicas para sua elaboração na tentativa do falante se fazer entender pelo ouvinte, ou seja, na tentativa de obtenção de reforço generalizado sob a forma de compreensão no episódio verbal. Lembrando que os autoclíticos fazem parte da definição e elaboração de uma argumentação, a verificação de seus arranjos é fundamental para a identificação de sentenças consideradas como posicionamentos argumentativos, ou seja, como operantes estrategicamente arranjados e que, por isto, se inter-relacionam funcionalmente para exercer algum efeito discriminativo sobre o ouvinte.

A análise de dados pode ser descrita de acordo com os objetivos de investigação da pesquisa. O passo mais importante é a realização da análise funcional do discurso, respaldada no método da ACD. Com isso, o processo ocorreu em ações: (a) descrever as sentença-argumento escritas que foram editadas ou apagadas antes de serem emitidas (autorizadas) para o acesso do ouvinte; (b) descrever as sentença-argumento escritas que foram diretamente autorizadas; (c) comparar as sentenças-argumento autorizadas e não autorizadas; (d) avaliar a elaboração do processo autoclítico, considerando a manipulação da apresentação dos tópicos polêmicos às audiências convergentes e divergentes; e por fim, (e) levantar a relevância dos dados quantitativos frente a análise qualitativa realizada. O método funcional da ACD utilizado neste trabalho implicou: (1) ler várias vezes o debate verbal escrito buscando ocorrências de sentenças-argumento e dos eventos antecedentes que parecem estar funcionalmente relacionados a elas; (2) rever os dados para encontrar exemplos de sentenças-argumento que confirmem a regularidade dessas relações funcionais; (3) refinar as discriminações feitas e agrupar as sentenças-argumento em classes que compartilham funções comuns; (4) descrever o analisar do experimentador: quais sentenças-argumento do discurso foram selecionadas e porquê (Dougher, 1993, p. 216-217).

Com tudo isto feito, pôde-se, então, verificar a relação de incidência da audiência e das regras sobre o comportamento auto-editivo do falante, ao menos no que permite o método aqui delineado.

5.3. Aspectos éticos (riscos e benefícios)

Os participantes foram informados da possibilidade de abandonar livremente a pesquisa durante a realização do procedimento de coleta de dados, o que não lhes acarretaria em nenhuma forma de represália ou constrangimento. Para garantir a não identificação dos participantes durante todo o trabalho, eles foram tratados com a legenda *Pe1* e *Pe2* para padres e *Pr1* e *Pr2* para pastores.

As justificativas para a escolha dos participantes já foram explicitadas anteriormente. A pesquisa não teve em seu bojo qualquer preferência por uma ou outra vertente cristã. Apesar de lidar de maneira direta com opiniões pessoais de padres e pastores sobre temas polêmicos religiosos, não é seu objetivo lançar qualquer tipo de julgamento ético/moral sobre elas.

Durante todo o percurso da coleta e discussão de dados, a identidade dos participantes foi preservada; não há vazão dos dados registrados para além do âmbito acadêmico-científico. Todos os dados coletados estarão à disposição na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo mantendo, ainda assim, o anonimato dos participantes.

Os objetivos da pesquisa foram clarificados aos participantes ao fim do procedimento (bem como outros aspectos, tal como o título) visto que, logicamente, os dados sobre a auto-edição devem ser omitidos para não enviesar a participação. Isto está respaldado pela

Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 1996). Como o procedimento buscará recriar analogicamente o contexto de uma conversa on-line, as emoções eliciadas assim, bem como a contra-argumentação emitida em função de oposições aos argumentos emitidos, não se caracterizam como risco.

CAPÍTULO 6

Análise e discussão dos dados

Este Capítulo tem como objetivo fornecer uma análise funcional dos comportamentos verbais coletados pelo software *Self-editing* 1.0. Para que fique clara a maneira como o discurso foi qualitativamente analisado pelo método da ACD, inicialmente, é apresentada uma análise funcional detalhada do discurso de dois participantes na condição divergente debatendo sobre o tópico *purgatório*. Em seguida, é apresentada a análise do debate deste mesmo tópico na condição convergente. A partir daí, são apresentadas análises funcionais gerais dos comportamentos verbais dos participantes sob controle de cada um dos demais tópicos em ambas as condições experimentais.

Esta forma de apresentação dos dados se justifica no fato de o trabalho de análise funcional do discurso ter seu foco voltado para o processo de elaboração verbal dos participantes, que foi mais ilustrativo nos momentos de clímax do debate na condição experimental divergente. Na condição convergente, o mesmo processo é analisado, entretanto, como momentos de clímax não estiveram presentes, enfocou-se o contexto interacional verbal geral¹⁴.

Particularmente, o tópico *purgatório* controlou as propriedades divergência e convergência da relação falante-ouvinte nos debates. Em um momento da coleta, o programa lançou o estímulo discriminativo verbal *purgatório* na tela que, então, controlou respostas verbais intraverbalmente ligadas à temática, e sob controle da regra religiosa específica a este tópico. Portanto, este tópico configurou-se como protótipo do debate divergente e convergente e foi, por isto, funcionalmente analisado em detalhes.

¹⁴ Além do interesse pela riqueza do debate sobre o purgatório, a análise extensa dos demais tópicos descreveria processos básicos que, como mostrados adiante, são generalizáveis entre os tópicos, a depender da condição experimental.

Assim, este Capítulo está estruturado desta maneira: primeiro é apresentada a análise funcional dos discursos sobre o tópico *purgatório* em uma condição. Nesta apresentação são inseridos trechos excertados do debate e inserido o episódio verbal contendo o argumento central para visualização do leitor. Segundo, é demonstrada uma avaliação geral do comportamento dos participantes ainda neste tópico. Por fim, é apresentada a análise global do comportamento dos participantes em interação nos demais tópicos.

Os dados quantitativos referentes aos caracteres editados, velocidade de digitação, número de emissão de sentenças estão apresentados diluídos na análise qualitativa. Tal posicionamento no texto se justifica pela dinâmica verbal contida nos dados qualitativos. A análise quantitativa atua neste contexto apenas com função de corroborar a análise qualitativa. Vale ressaltar que em uma ACD, os dados quantitativos exercem função corroborativa da análise qualitativa devido ao amplo número de variáveis analisadas sob controle múltiplo do comportamento verbal. Como será possível observar na exposição adiante, os dados quantitativos não se mostraram suficientemente claros para que, sozinhos, pudessem exercer função explicativa.

A seguir está a análise funcional completa de toda a interação verbal sob controle do tópico *purgatório* na condição divergente entre os participantes Pe2 e Pr2. Esta interação foi escolhida por apresentar maior riqueza de detalhes verbais que são base para a presente discussão. Um importante ponto observado é a corrente incidência de emissão de argumentos, apontando a argumentação como um processo interativo, em que posições são mediadas por tais argumentos, podendo ser também inferidas em todo o discurso (Vieira, 2002). Numa linguagem comportamental, a argumentação pode ser entendida como o arranjo de operantes que apresentam em comum a alteração do efeito global da exposição destes operantes sobre um ouvinte em um dado episódio verbal (Terrell & Johnston, 1989). Neste sentido, os argumentos aqui destacados são aqueles em que existem duas opiniões diferentes para um

mesmo assunto, desta forma, argumentos foram circunscritos de acordo com sua importância na elaboração explícita (ou implícita) da cadeia intraverbal exposta por cada participante em cada tópico.

6.1 Análise comportamental dos discursos sob controle do tópico *purgatório*

Condição divergente Pe2 x Pr2

1. Pr2 [*O purgatório não é necessário*¹⁵,...] Qual a necessidade do purgatório?

Nesta primeira emissão verbal, o ouvinte (Pe2), com função discriminativa (Sd), evoca a audiência, formada pelo conjunto de operantes verbais que definem o tópico no repertório verbal de Pr2, sob controle do argumento central “O purgatório não é necessário, pois a fé no sacrifício de Cristo é suficiente para a salvação”. Pr2 inicia a interação e, sob controle da condição (aversiva) divergente, emite um mando-questão que tem a função de especificar uma ação verbal do Pe2 diante do argumento. Segundo Skinner (1957), a entonação, como uma propriedade formal deste mando-questão, pode sugerir um tipo de variável controladora adicional ao mando, dada, possivelmente, pela propriedade supostamente desafiadora da questão. A questão tem função discriminativa e é um estímulo verbal aversivo que controla o comportamento do Pe2. Este argumento é central por resumir toda a função unificada dos operantes emitidos por Pr2 com função de confirmar o argumento central e refutar as verbalizações do Pe2, além de estabelecer claramente o ponto de cisão entre as duas vertentes cristãs.

2. Pe2 bombom... é uma cateboia pertugunta... rs

¹⁵ Em trechos entre colchetes a frase explicitada é uma inferência de argumentos avaliada pelos pesquisadores.

O ouvinte (Pr2) evoca a audiência formada pelo conjunto de operantes verbais que definem o tópico no repertório verbal de Pe2 sob controle do argumento central a ser emitido apenas adiante, na verbalização 14: “O purgatório é uma categoria explicativa do necessário processo de purificação para a vida plena com Deus”. O comportamento verbal de Pe2, sob controle da condição (aversiva) divergente, é acompanhado por um riso, aparentemente desconfortável. Pr2 começa a emitir o argumento central e, imediatamente, o auto-edita, produzindo riso. Segundo Skinner (1957), Pe2 discrimina, no mando-questão emitido por Pr2, que a resposta verbal que seria emitida é dependente do seu argumento central e poderia ser “suavemente punida – porque, por exemplo, ela é ligeiramente imprecisa ou inapropriada” para a comunidade verbal de Pr2. O riso apresentado é, portanto, um autoclítico (Skinner, 1957) e indica que Pe2 discriminou a aversividade da interação, mas responderá ao Pr2 apesar dela. Vale ressaltar que o trabalho de Albuquerque e Paracampo (2005) demonstrou que mandos do tipo questão podem ser utilizados para o desenvolvimento de regras no repertório do ouvinte.

3. Pe2 pensemos...

4. Pr2 [*No livro de Hebreus está escrito que se morre e, depois, se é julgado*] Hebreus diz que aos homens está ordenado morrer uma só vez, vindo depois disso o juízo

O Pr2 emite um membro da audiência evocada pelo ouvinte. Trata-se de um argumento adicional ao argumento central, que contém elos intraverbais importantes para a defesa do argumento central: *purgatório-Hebreus-morrer-juízo*. Pr2 inicia a emissão da verbalização indicando-a como uma auto-afirmação e, depois a auto-edita a partir do controle do elo intraverbal. O processo autoclítico descritivo da auto-edição “tateia” a origem bíblica do comportamento verbal do Pr2 e tem a função de indicar que o que está sendo dito é (ou deve ser) aceito pelo ouvinte, já que está nas escrituras. Reservadas as proporções da fé no

interlocutor, o autoclítico *Hebreus diz* têm a mesma função de *Como minha avó dizia* ou *Como Jesus disse*. Possivelmente, os elos intraverbais são emitidos como se fossem tatos (Guerin, 1992) para o convencimento do outro acerca do conhecimento socialmente construído em torno do argumento central, e isto é evidenciado no autoclítico do tempo presente em *diz*.

- | | |
|---|--|
| <p>5. Pe2 [<i>A pessoa que vive retamente</i>
<i>ainda assim não é perfeita para a</i>
<i>comunhão plena com Deus</i>] uma
pessoa que buscou viver retamente,</p> | <p><u>sc...</u> mas não foi perfeita, como nin<u>u</u>guém,
acredito no seguimento de /<u>c/c</u>Cristo...
6. Pe2 para sua comunhão <u>total</u>plena com
<u>/de</u>Deus</p> |
|---|--|

Neste excerto do debate divergente, Pe2 parece não estar sensível ao argumento emitido por Pr2; parece estar sensível à auto-audiência sob controle da regra do catolicismo. Inicia (ainda na verbalização 3) com o mando disfarçado *pensemos*, que retira a aversividade de um mando direto, na forma gramatical imperativa (*pense*). Pode-se inferir que é um mando-pedido, pois Pe2, apesar de não estar sob controle do argumento de Pr2, parece estar discriminando uma predisposição do ouvinte a ouvir (e aceitar) o argumento adicional ao argumento central: “*A pessoa que vive retamente não é perfeita para a comunhão plena com Deus*”. Há dois autoclíticos importantes acompanhando a emissão do argumento adicional: *Como ninguém* e *Eu acredito*. O primeiro parece antecipar o comportamento do ouvinte e o segundo, informar diretamente ao ouvinte que os operantes básicos que ele acompanha (*seguimento-Cristo-comunhão-Deus*) são tatos. Mas, de fato, como possível parte do estilo retórico de Pe2, condicionado nas práticas de formação em seminários, são intraverbais apresentados como se tivessem função de tato.

7. Pr2 [...*pois a fé no sacrifício de Cristo é suficiente para a salvação*] da mesma forma a Salvação do homem pela fé no sacrifício de Cristo deve ser suficiente para "purgar" os pecados

Nesta sentença-argumento, o Pr2 verbaliza o restante do argumento central. Parece não estar sensível ao argumento adicional emitido por Pe2 na verbalização 5; ao contrário, parece estar sensível à auto-audiência, pois completa a sentença com um autoclítico de composição (*da mesma forma*). Este autoclítico está sob controle de propriedades de combinação entre os operantes dos elos intraverbais do argumento adicional emitido na verbalização 4 (*Hebreus-morrer-juízo*) e os do argumento central emitidos agora (*Salvação-fé-sacrifício-Cristo-suficiente-purgar-pecados*). Ou seja, é como se Pr2 dissesse “o que está dito em Hebreus é *da mesma forma* que o que eu estou prestes a dizer”. A função autoclítica instrui o Pe2 a compor um comportamento verbal em prol do argumento central com as propriedades específicas dadas pelos elos intraverbais.

- | | |
|--|---|
| <p>8. Pe2 [<i>Não é possível levar os pecados para a plenitude</i>] não é possível que leve consigo seus pecados</p> | <p>9. Pe2 <u>pq pecamos</u> o que são feito dos pecados cometidos depois do nosso batismo/?</p> |
|--|---|

Neste extrato, aparentemente, a emissão do argumento central de Pr2 atuou como operação estabelecadora para uma emissão verbal mais contundente por parte de Pe2. Após emissão dos mandos disfarçados anteriormente, aqui Pe2, finalmente, expõe um argumento adicional sobre seu posicionamento através de uma afirmação. Aqui, parece que a presença de Pr2 como ouvinte evocou uma elaboração verbal autoclítica qualificadora de negação *não*, o que tem por função desqualificar os operantes verbais de Pr2 e diminuir a probabilidade de sua emissão futura. Em seguida, a emissão intraverbal é apresentada com função de mando-questão, acompanhada de autoclíticos manipulativos de entonação. A entonação pode estar

sugerindo o autoclítico *mas* que, somado à formulação do mando-questão tem por função levar o ouvinte a compor um comportamento verbal contendo a noção de que deve haver uma purificação dos pecados cometidos após o batismo. Há também auto-edição do começo da frase, possivelmente sob controle do efeito que tal verbalização evocaria no ouvinte.

10. Pr2 *sim*, [*entretanto*] a morte de cristo na cruz é suficiente para isso, o maior exemplo está no diálogo com o ladrão

Nesta proposição, o autoclítico *sim* tem por função qualificar o que foi dito antes por Pe2 de modo a suavizar a contrapartida apresentada por Pr2 no restante da frase. A função manipulativa pode ser inferida da entonação que sugere o autoclítico *entretanto* que, sob controle da aversividade da direção do comportamento do Pe2, tem como função instruir o Pe2 a arranjar e relacionar suas reações ao argumento central do Pr2 do modo julgado apropriado pelo pastor. Em seguida, Pr2 emite o autoclítico predicativo *é* que qualifica os operantes *morte de Cristo na cruz* relacionando-os com *suficiente, exemplo e ladrão*. As propriedades das relações entre estes operantes no discurso do Pr2 estabelecem a cadeia intraverbal *morte-Cristo-suficiente-purificação-pecados*. Ou seja, ao mesmo tempo em que qualifica e relaciona os operantes, este efeito combinado aumenta a força da contra-argumentação exposta. A emissão do operante *ladrão*, como parte da cadeia intraverbal, visa evocar no ouvinte a mesma cadeia intraverbal (bíblica) que legitima seu argumento, parecendo evocar a concordância do ouvinte.

11. Pe2 po purgar que é igual a purificar
acontece na hora da morte
12. Pe2 não é um espaço nem tempo
13. Pr2 hoje mesmo estarás comigo no
paraíso

14. Pe2 O *purgatório* é uma categoria explicativa
do necessário processo de purificação para a
vida plena com Deus] é apenas uma categoria
para se explicar o processo de purificação par
a a participação plena nas coisas divinas, já qu

epe particiapamenos ainda de modo

impefrfeito

Nestas proposições, pós a emissão de respostas que descrevem e definem a noção de *purgatório*, Pe2, então, enuncia o seu argumento central referente ao tópico: *o purgatório é uma categoria explicativa do necessário processo de purificação para a vida plena com Deus*. Em sua enunciação, emite autoclíticos que reduzem a probabilidade de um confronto mais direto com o ouvinte divergente. Nota-se que é emitido, primeiramente, o autoclítico predicativo *é* que combina a asserção (que qualifica os operantes da noção de *purgatório* no repertório do Pe2) com o relacional (que relaciona *purgatório* e *categoria*). Em seguida, o quantificador *apenas* enumera a quantidade de coisas que podem ser o *purgatório*; reforça a função da predicação de forma direta e diminui, de forma sutil, os possíveis efeitos aversivos que a afirmativa poderia evocar no ouvinte (*é apenas uma categoria, não é algo como tempo ou lugar*). Aqui, claramente, aparece o produto da emissão da cadeia intraverbal *purgatório-processo-purificação-vida-plena-Deus*. No fim de sua afirmativa, emite o autoclítico descritivo *já que* para introduzir um argumento adicional que fortalece a necessidade do argumento central; sua função é levar o ouvinte a compor um argumento com a função do argumento central, sendo assim, é como se Pe2 dissesse: *“Já que participamos de modo imperfeito das coisas divinas, então devemos passar por alguma forma de purificação”*.

15. Pe2 claro...diz são Paulo

16. Pr2 mas no sentido de purgatório
comumente aceito é um tempo para
remissão de pecados após a morte ou
estou equivocado?

17. Pe2 andamos às apaupadelas

18. Pe2 pela visão da fé...

19. Pr2 Paulo fala da jsuustificação pela fé em
cristo

Como resposta ao argumento central exposto por Pe2, Pr2, então, estabelece um mando-questão que teria por função colocar o falante em contradição ou, minimamente, levar Pe2 a lhe esclarecer melhor algo que carece de sentido. De imediato é emitido o autoclítico manipulativo *mas* juntamente com a predicação *é para*, então, levantar o questionamento sobre a validade do que está sendo exposto por Pe2. O manipulativo está sob controle direto das propriedades aversivas da direção do argumento do Pe2 emitido antes, incitando-o a questionar suas reações ao que dissera; a predicação desqualifica os operantes *sentido de purgatório* ao mesmo tempo em que os relaciona com os operantes *tempo para remissão de pecados após a morte*. As funções destes autoclíticos demonstram o controle pela audiência na formulação e exposição das frases elaboradas. Para rechaçar o argumento de Pe2, Pr2 levanta a seguinte cadeia intraverbal supostamente ensinada por meio da noção católica de purgatório: *purgatório-tempo de remissão de pecados*. O desfecho *ou estou equivocado?* permite inferir ironia no repertório do Pr2.

Segundo Skinner (1957, p.232, 281), a ironia está sob controle múltiplo e, neste trecho do debate, está sob controle do ouvinte Pe2, da auto-audiência e de autoclíticos “de tato”. A auto-audiência reforça o contrário do que foi dito: *Eu não estou equivocado*; ao mesmo tempo, os operantes emitidos têm por função reduzir a probabilidade de o Pr2 ser responsabilizado diretamente por um posicionamento desfavorável do ouvinte. É como se dissesse *“Posso até estar errado, mas o purgatório, para os Católicos, não é um tempo de remissão de pecados?”*. No fim, Pr2 emite o autoclítico descritivo *Paulo fala* que tem por função levar o ouvinte à concordância sobre o argumento legitimado pela cadeia intraverbal que se opõe à noção de purgatório. Este descritivo está sob controle das relações entre os operantes básicos do repertório do Pe2 e as conseqüências intencionais que pretende produzir no repertório do Pe2 ao indicar que o que está sendo dito como o argumento central foi dito por um apóstolo de Cristo com quem Pe2 teria que concordar.

20. Pe2 a plenitude vem com a morte, que nos abre todas as portas da existência para Deus
21. Pe2 A fMas mesmo crendo, não pecamos?
22. Pr2 aliás é o tema da justificação que mais incute a reforma de Lutero
23. Pe2 ou a salvação é predestinação?

No momento acima, Pe2 não parece ficar sensível aos argumentos expostos por Pr2 para rechaçar o argumento que defende a existência do purgatório (seu argumento central). Inicialmente, mantém os intraverbais com topografia de tato (*plenitude-morte-portas-Deus*) e depois, a partir do argumento tornado mais preciso com o descritivo *Paulo fala*, exposto por Pr2, Pe2 edita o que vinha escrevendo e então emite mais uma vez um operante mando-questão acompanhado por um manipulativo *mas*, que está sob controle direto das propriedades aversivas da tendência do comportamento do pastor na direção contrária ao argumento central do Pe2 acerca do purgatório. O *mas* instrui o Pr2 a se comportar na mesma direção do argumento. Esta formulação verbal demonstra o controle aversivo que as verbalizações de Pr2 têm evocado sobre as respostas de Pe2. Além disso, o autoclítico *ou* que acompanha a emissão do mando-questão “*ou a salvação é predestinação?*” deixa o ouvinte sem muitas opções de respostas, a não ser aquelas previamente estabelecidas pelo próprio falante (Pe2). O *ou* está antecipando o que Pr2 poderia emitir de resposta. Pode-se inferir, aqui, ironia, pois os argumentos de Pe2 significam o contrário do que ele disse.

Skinner (1957) abordou algumas nuances sobre as formas possíveis em que uma afirmativa poderia se emitida sob controle de um ouvinte, explorando tais nuances de acordo com a sua funcionalidade na alteração da *força* de tais posicionamentos no episódio verbal. Ele abordou algumas das classificações para estes artifícios que podem servir à análise funcional do debate divergente entre o Pe2 e o Pr2:

Além de promover a ‘compreensão’, o falante parece estar interessado em alterar a força do comportamento do ouvinte por outras razões. Pode até mesmo ser importante enfraquecer

sua resposta, ou produzi-la em seu lugar, antes que esteja pronto. O falante é mais eficaz ao simular as características verbais do tão acuradamente quanto possível, no processo retórico chamado ‘schesis’ (p. 334-335).

Na frase 23, o Pe2 simula o argumento a ser enunciado pelo Pr2 e antecipa objeções ao seu próprio argumento por parte do Pr2. Isso teve função de reduzir a aversividade do argumento contrário, ou seja, reduzir a probabilidade de que o Pr2 venha a emitir um argumento contrário, conseqüentemente, aversivo.

24. Pe2 Calvino tb faz parte da refReforma
e acreditava na predestinação. da
salvação

25. Pr2 ora, se o sacrificio universal de cristo
cobre tempo e espaço, o pecar ontem hoje ou
amanhã está coberto por esse sacrificio

A ausência de relação entre as sentenças acima mostra que o comportamento do Pr2 ficou sob controle do último mando-questão de Pe2 (“*ou a salvação é predestinação?*”) e não do argumento adicional com o operante *Calvino*. Os autoclítico *ora* parece ter a função de suavizar o mando emitido por Pe2. O manipulativo *se* está sob controle direto das propriedades aversivas da descrença do Pe2 no argumento central. Significando “*dado que*”, aponta a suposta verdade dos operantes presentes em *o sacrificio universal de Cristo cobre tempo e espaço*. A função manipulativa induz o Pe2 a compor um argumento da mesma forma que o Pr2 o faz. A forma autoclítica do argumento tem função de esquiva da punição por parte do ouvinte, uma vez que uma afirmativa mais direta seria mais provável de controlar verbalizações que pudessem rechaçá-la. Por exemplo, se o Pr2 dissesse “Os pecados de ontem, hoje e amanhã estão cobertos pelo sacrificio universal de Cristo”, este comportamento diminuiria a probabilidade do ouvinte a ficar sob controle da mesma cadeia intraverbal que controla seu próprio comportamento, imbutida na regra da cadeia intraverbal [*se o*] *sacrificio de Cristo-cobre tempo-espaço*–[*então os*] *pecados* [*estão*] *cobertos* .

26. Pe2 se todos somos salvos por Cristo,
ele não nos deixará entregue ao
pecado e a...

27. Pe2 e a RESPONSABILIDADE DO
PECADO COMETIDO?

As afirmativas explicitadas pelo Pr2 parecem funcionar como operação estabelecadora aversiva para estas respostas verbais subseqüentes de Pe2. Sob controle da propriedade aversiva da direção do comportamento verbal do Pr2, o pe2 emite o autoclítico manipulativo *se* para iniciar sua contra-argumentação ao que fora exposto pelo Pr2. Como uma afirmação do tipo “dado que”, Pe2 parecer ter intencionado instruir o Pr2 a rearranjar suas reações aos operantes básicos intraverbalmente conectados com *pecado* do modo julgado apropriado pelo Pe2. O argumento adicional assume a forma de um mando-questão cuja função é especificar uma ação verbal do Pr2 diante do que o falante o pede. O ponto que chama a atenção neste trecho foi que o produto verbal do Pe2 é em letras maiúsculas, um recurso para aumentar o controle sobre o comportamento do ouvinte. O autoclítico nesta verbalização não é uma parte específica da frase, mas sim, a forma como ela toda foi emitida. Skinner (1957) sugeriu que esta propriedade formal da entonação pode sugerir o tipo de variável controladora do comportamento verbal do Pe2, certamente presente no controle aversivo da audiência negativa do Pr2.

Cabe ressaltar que em chats e bate-papos na internet convencionou-se digitar o texto em maiúsculo quando se quer passar a impressão de que se está gritando ou falando alto e esta prática pode corroborar a presente análise funcional. Assim, o Pe2 elabora uma questão explícita para o Pr2 sob topografia mais incisiva, provavelmente sob controle das conseqüências que esse tipo de comportamento verbal obteve no passado. A pergunta tem por função levar o ouvinte a responder à questão proposta sobre a responsabilidade que o pecador tem por seus pecados. Ele deixa explícito seu posicionamento mesmo sem emitir uma

afirmativa, assim, fica estabelecido para o Pr2 que há a necessidade de se responsabilizar quem pecou pelo que fez.

28. Pr2 críticas à parte calvino é o menos calvinista da história

29. Pr2 qual foi a responsabilidade do ladrão?

30. Pr2 a salvação é graça, ou seja favor imerecido

A despeito da propriedade incisiva do comportamento verbal do Pe2 sobre a responsabilidade do pecado para quem o cometeu, Pr2 continua a emitir sentenças de contra-argumentação com autoclíticos que diminuem a probabilidade de um contato com os aversivos providos pelo comportamento verbal do Pe2. Inicialmente, ele emite uma sentença sob controle da verbalização 25, que parece estar pouco intrincada ao que era discutido. Entretanto, ao ficar sob controle da última resposta de Pe2¹⁶ (verbalização 28), ele já emite outras verbalizações com argumentos contrários à ela (a sentença contém o autoclítico predicativo *é* que qualifica o operante *Calvino* ao mesmo tempo em que o relaciona com *calvinista*; e também um autoclítico quantificador *menos* que, sob controle da propriedade relativa à quantidade do operante *calvinista*, indica esta propriedade ao Pe2 e, conseqüentemente, o equívoco da proposição emitida por ele e que controlara a propriedade). Emitindo também operantes de mando do tipo questão, Pr2 posiciona-se contrário à cadeia intraverbal emitida pelo Pe2, especificando a ação verbal sob controle do argumento adicional que pretende no repertório do Pe2. A questão é acompanhada do autoclítico predicativo *é* e do composicional *ou seja*. O primeiro qualifica o operante básico *salvação* como parte do argumento e relaciona-o com *graça*; o segundo é um descritivo sob controle das relações entre estes operantes básicos, o comportamento verbal do Pr2 (o argumento central) a as

¹⁶ Em algumas situações, enquanto um participante digitava, o outro podia mandar mais de uma mensagem, com isso, em alguns momentos um participante só via a mensagem do outro depois de terminar de escrever uma mensagem que estava digitando.

conseqüências que ele intenciona produzir no repertório do Pe2. *Ou seja* indica ao Pe2 que o que está para ser dito deverá produzir o mesmo efeito que acabou de ser dito. Os autoclíticos têm a função conjugada de aumentar o efeito da afirmativa sobre o ouvinte. E todos os operantes básicos nas proposições predicativas são intraverbais, mas a função autoclítica conectada ao objetivo de gerar convencimento faz parecer que são tatos (Guerin, 1992, 1994; Terrell & Johnson, 1998).

31. Pe2 cometo o mal e E do outro? O aue
quq ?C/cCristo disse?

32. Pe2 Não há dúvida... que sa salvação é graça!

Ao entrar em contato com as verbalizações do Pr2, Pe2 continua a emitir mandos na topografia de perguntas com função de levar o Pr2 a responder da maneira que julga mais adequada de acordo com seus preceitos religiosos. Quando elabora a segunda questão na verbalização 32, Pe2 espera que seja evocado no Pr2 alguma verbalização de Cristo que confirme a argumentação que vem defendendo. Na frase subsequente, ele então se coloca favorável à verbalização anterior do Pr2 no que tange à salvação por Cristo. Ao emitir o qualificador não referindo-se à possibilidade do ouvinte achar que ele pensa diferente sobre o fato de a salvação ser ou não ser uma graça, ele rerepresenta os intraverbais (acompanhados da predicação) como se fossem tatos. De novo, a entonação indicada na propriedade formal da exclamação sugere o tipo de variável controladora aversiva atuando sobre o comportamento verbal do Pe2: ele parece estar tateando que o Pr2 pensa que ele discorda que “salvação é graça”.

33. Pr2 falar em responsabilidade é atrelar
a salvação a patrticipação deo fiel

34. Pe2 Ah... só pra finalizar... a salvação não se
realiza sem o acolha resposta livre do ser
humano em acolher ou não.

Pr2 coloca-se mais uma vez firme em relação ao seu contra-argumento. Esta firmeza aparece na função intraverbal apresentada como tato a partir do autoclítico predicativo, que qualifica o operante *responsabilidade* ao mesmo tempo em que informa a que ele estaria relacionado. Emite *falar* no infinitivo como uma forma mais sutil de informar a contingência que opera o comportamento do Pe2: “se você fala em responsabilidade então está atrelando a salvação à participação do fiel”.

Logo após a última emissão pública do Pr2, o programa já havia lançado na tela o novo tópico que os dois participantes deveriam abordar (*Virgem Maria*). Antes de começar a abordagem, Pe2 emite mais uma sentença (35) que aumenta o controle de seu comportamento verbal sobre o comportamento do ouvinte ao emitir o maior número de conhecimentos disponíveis. Ele inicia emitindo o autoclítico descritivo *só pra finalizar* que tem a função de descrever ao padre as relações entre o operante básico componente do argumento central (*salvação*) e outros operantes do próprio falante e também do Pe2, relacionadas ao livre-arbítrio. O argumento adicional é emitido com autoclíticos qualificadores de negação *não* e *sem*, que qualificam o operante *salvação* de acordo com o argumento central.

A propriedade de maior divergência do debate aparece tateada nas respostas Pe2 acompanhadas de autoclíticos descritivos da força da resposta (propriedade formal em letras maiúsculas) e mandos-questões com variáveis adicionais controlando a entonação (formalmente indicado nas interrogações). Pr2 parece não ser sensível aos recursos autoclíticos e sua argumentação permanece inabalável em elos intraverbais e autoclíticos, de predicação (*é*, que combina a asserção com relacional que informa as relações entre *salvação* e *graça*) e de composição (*ou seja*, que instrui o Pe2 a combinar *salvação* com *favor merecido*).

Na penúltima interação pode-se observar também a incidência de um evento que ocorre em toda a interação registrada nesta pesquisa: a edição e correção de caracteres editados e reeditados. O exemplo da frase 31 mostra a correção de uma fala de Pe1 no meio da discussão com Pr2, em que aparentemente ele erra na digitação e edita componentes desnecessários na sentença. Apesar da expectativa em coletar dados diretos de edição de palavras e frases inteiras nas condições experimentais, a coleta como um todo mostrou que a maior parte das edições observadas serviu basicamente para corrigir erros de digitação. De todo modo, pode-se notar que as maiores partes dos erros cometidos por sentença na interação ocorreram nas interações da condição divergente como mostra o gráfico da Figura 02:

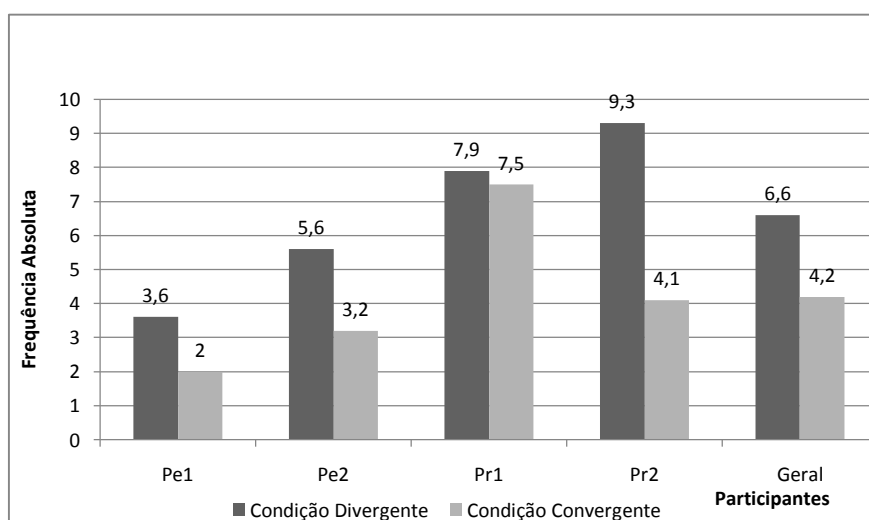


Figura 02 – Número médio de caracteres editados por sentença em toda a coleta

A figura acima não indica por si só o fenômeno de auto-edição do comportamento verbal. Entretanto, ela corrobora a análise qualitativa posta até este ponto da discussão e as premissas de Skinner (1957) sobre a influência que uma audiência negativa exerce sobre o processo de edição e elaboração de operantes verbais. Devido ao fato da auto-edição ser um

fenômeno privado de difícil controle experimental, os dados quantitativos isolados não permitem conclusões sobre o fenômeno. Entretanto, eles indicam a diferença entre os controles pelas audiências nas condições experimentais como variáveis importantes sobre a auto-edição. A diferença percentual do número de caracteres editados por sentença entre as condições divergente e convergente reafirma as premissas de Skinner, como ilustrado na figura 03:

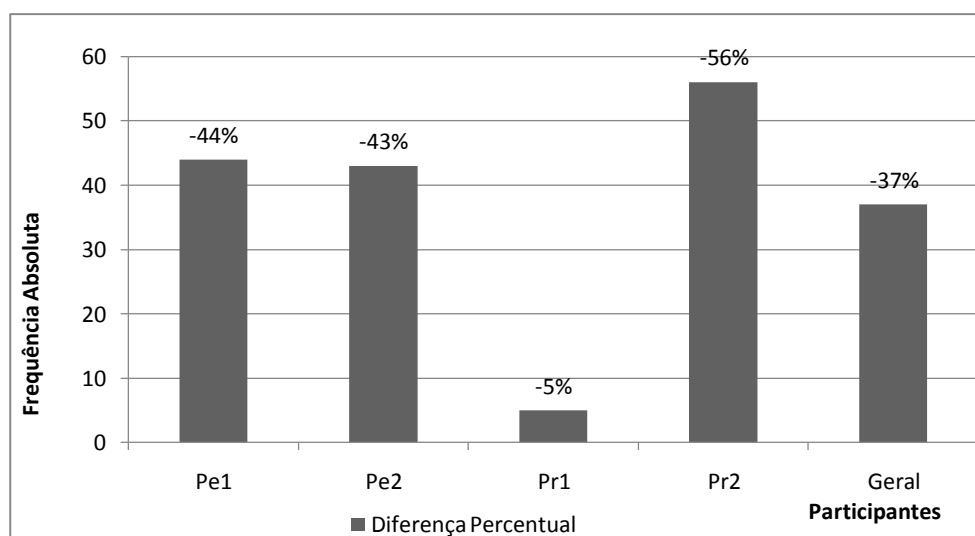


Figura 03 – Diferença no percentual de caracteres editados por sentença entre as condições divergente e convergente

Além da análise detalhada do episódio verbal por trechos, e da análise global de alguns dados quantitativos, é importante também a análise qualitativa global do discurso. Chamou a atenção o fato de o comportamento verbal dos participantes, após ficar sob controle do tópico, ficou amplamente sob controle de regras das religiões e dos elos intraverbais delas derivados. Os argumentos de um foram elaborados em contraposição às argumentações oferecidas pelo outro. Na maior parte das vezes, elas tinham por finalidade o maior convencimento para o argumento central e, por isto, foram emitidas acompanhadas de predicções que pareciam dar propriedade de tato aos intraverbais.

Skinner (1957) já chamava a atenção sobre as possibilidades de uma análise empírica na elucidação da relação funcional entre operantes numa interação com controle recíproco entre falante e ouvinte. No caso da análise do debate entre Pe2 e Pr2 sobre o *purgatório*, fica evidente que ambos estão sob controle de suas regras advindas da religião, entretanto, parece que a presença de um outro participante que apresenta alta probabilidade de discordar sobre o que é falado evoca uma classe de operantes articulados para manipular e contradizer o que esse outro fala. Esse outro (ouvinte) atua como estímulo discriminativo evocativo da audiência, caracterizada pelos operantes intraverbais constituintes das regras de cada religião e, conseqüentemente, dos argumentos centrais e adicionais que as defendem como *a Verdade*. Como foi possível observar, em um dado momento de clímax, há maior ênfase nesses argumentos e o discurso tem propriedades de conflito, como demonstrado na figura 04:

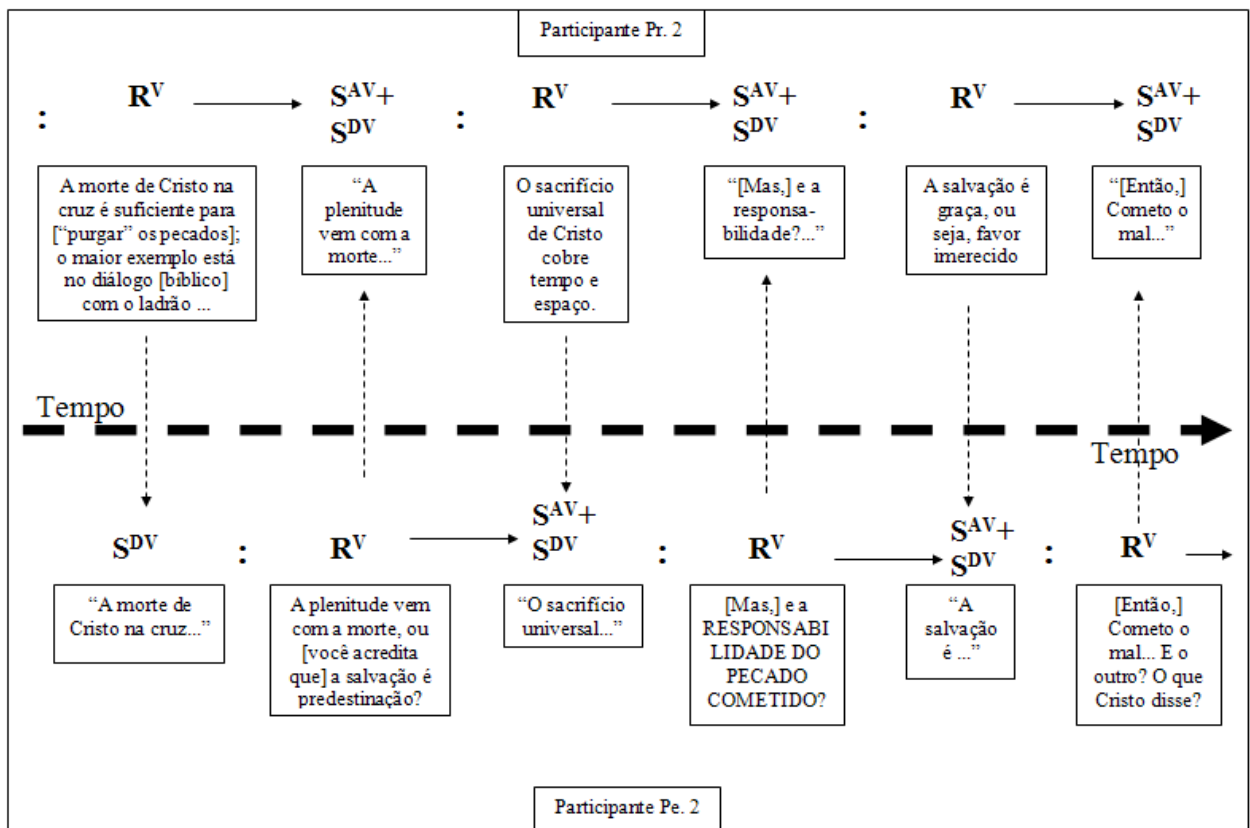


Figura 04 – Excerto do episódio verbal na condição divergente Pr2 x Pe2.

A figura 04 sintetiza o clímax do episódio verbal sob controle do tópico *purgatório*, constituído pela condição experimental divergente. Como dito, o clímax é quando houve maior divergência sobre o tópico e o comportamento verbal dos participantes ficou sob controle dos argumentos centrais e adicionais divergentes e sob controle da auto-audiência. O clímax foi demarcado pela forma como o discurso é emitido na presença do ouvinte (há um confronto mais direto, com a emissão de intraverbais parecendo tatos e mandos-questão) e pelos autoclíticos emitidos (especialmente manipulativos, qualificadores e relacionais, sendo estes últimos combinados ou não na predicação).

Tanto a propriedade de maior divergência quanto o controle do comportamento verbal dos participantes pelos argumentos apresentados foram discriminados no repertório verbal do pesquisador para a escolha deste momento como o clímax e esta discriminação foi compartilhado pelo orientador como ouvinte. A transcrição foi feita corrigindo-se os erros gramaticais e acrescentando os elementos omissos, incluindo as funções autoclíticas inferidas de uma entonação discriminada de várias leituras dos dados, conforme instrui o método da ACD (Borloti et al., 2008). Note que há uma relação de controle mútuo quando uma resposta verbal (Rv) de um participante é estímulo discriminativo verbal (Sdv) para outra resposta do outro, e isso demarca a riqueza de informações que uma ACD engloba, tendo como foco o processo dinâmico das inter-relações verbais. De fato, a incidência prioritária de mandos, intraverbais emitidos como tatos e autoclíticos manipulativos, qualificadores e predicativos neste episódio verbal demonstra os artifícios de controle presentes na elaboração do discurso na condição divergente.

Quando um participante respondia sob controle da emissão verbal do outro (rechaçando e/ou discordando ou ignorando), sua resposta atuava também como um estímulo aversivo verbal (Sav). Michael (2000), afirma que nas situações em que o sujeito está em contato com um estímulo aversivo, a própria presença deste estímulo atua como operação

motivacional, ou seja, a retirada desta estimulação já tem em si o valor reforçador estabelecido. Desta forma, quando um participante rechaçava uma posição ou emitia mandos-questão para o outro, estas respostas verbais atuavam como conseqüências aversivas (porque quem ouvia parecia não se dispor a reforçar o mando com a ação verbal especificada nele) e, ao mesmo tempo, como operação estabelecidora para respostas subseqüentes do falante. Neste sentido, Skinner (1957) definiu o operante verbal do tipo mando como um comportamento verbal evocado por operações estabelecedoras específicas, desta forma, a alta incidência de operantes do tipo mando na interação se mostra coerente com a proposta de análise funcional dos operantes verbais que Skinner demarcou.

Outro ponto interessante demarcado pelos dados é que a aversividade instituída nestas interações aumenta o controle por respostas específicas que venham a diminuir o contato com o aversivo por parte do falante. Desta forma, o discurso não se mostrou relaxado, pois cada participante do episódio verbal tinha de selecionar respostas muito específicas que evitassem a probabilidade de punição da reafirmação dos argumentos próprios e da negação dos argumentos alheios.

Como mostra a figura 04, o comportamento do Pr2 parece ter ficado mais sob controle da auto-audiência ao invés de das respostas verbais do Pe2. Sinta-se da figura a emissão de cadeias intraverbais “prontas”, idiossincraticamente e formalmente condicionadas, provavelmente, durante a formação religiosa de um pastor (Vargas, 1986), apresentadas como se tivessem função da tato.

Pr2 parece ignorar os mandos de Pe2. Como resultado emocional dessa provável extinção, Pe2 parece estar enraivecido, emite autoclíticos descritivos de força parecendo querer se fazer ouvir e obter o reforço da mediação. Entretanto, Pr2 continua implacável na emissão das cadeias intraverbais constitutivas do argumento central. Então, o Pe2, tateando que seu comportamento está sob controle das relações entre a cadeia intraverbal de operantes

básicos *salvação-predestinação-responsabilidade* e as conseqüências intencionais a serem produzidas no repertório do pastor, emite um mando-questão que especifica uma resposta verbal cuja emissão poderia ser iniciado com o autoclítico descritivo “Cristo disse...”. A intenção do Pe2 parece ser a de que o Pr2 tasteie seu comportamento verbal de um modo específico e aceite o que ele (Pe2) disse, já que Cristo também disse a mesma coisa. Cristo, como um falante respeitado pelo ouvinte, supostamente evocaria mais crença no que se disse como o argumento central do Pe2.

Feita a análise funcional detalhada do tópico *purgatório* é possível dar início à análise comparativa funcional entre o repertório dos participantes nas condições divergente e convergente. A fim de estabelecer um contraste ao que fora exposto acima, vale analisar o comportamento de Pe2 na condição convergente sobre este mesmo tópico.

Condição convergente Pe2 x Pe1

Na condição convergente, o participante Pe2 teclou com o participante Pe1 pelo mesmo período que o fez na condição divergente. O argumento central compartilhado pelos padres une os operantes *purgatório* e *purificação* com a predição *é: purgatório é purificação*. A predicação relaciona e qualifica os operantes. A seguir é exposto o diálogo completo na condição convergente:

- | | |
|--|--|
| 35. Pe2: Acho <u>qu</u> que todos concordamos que não seja um lugar | 38. Pe2: sim... é o o nome já diz tudo: purificação. |
| 36. Pe1:é incr <u>ve</u> l ível a dificuldade dos nossos irmãos separados em <u>acred</u> editar | 39. Pe1: <u>caramba</u> dizia que a <u>p</u> conversáo [|
| 37. Pe2: apenas os protestantes que não estudam ficam <u>pro</u> deturpando as coisas | 40. Pe2: Ninguém pode estar em plena comunhão com Deus se <u>en</u> ão estiver <u>pur</u> transfigurado nele.] |
| | 41. Pe1:é uma purifica,cáo |
| | 42. Pe1: sim |

43. Pe1:exato
44. Pe2: passaexperimentamos isso muitas vezes durante a vida
45. Pe1:nossa v c parece ser da igreja cat[ólica
46. Pe1:rsrsrs
47. Pe2:kkkkkkkkk
48. Pe2:e depois da morte qcacredito que é a última oportuinidade dada por Deus para acolhermos as salvaçã
49. Pe2: mellembro de Santa Teresa
50. Pe2: Deus é tão misericordioso e tão bom que é até difícil de acreditar que inferno existe.
51. Pe1:gosto de pensar assim tamb[em
52. Pe2:Acoho que Ele busca todas as maneiras de nos salvar.
53. Pe1:porém diante das injustiças que vemos\
54. Pe2:É...
55. Pe1:alguma correção deve acontecer
56. Pe2: inclusive cometida por pessoas de fé que se dizem cristãs
57. Pe1:aiaiaia
58. Pe1:falo assim e imagina que correção nao devemos passar
59. Pe2:Deus em me livre
60. Pe1: a quem muito foi dado muito será pedido
61. Pe1:embora tenho vivenciado muito om dDeus misericórdia
62. Pe2:Vou prestar contas... ainda bem que minha condenação ou salvação depende apenas de uma coisa: da misericórdia de Deus
63. Pe2: se fosse apenas por meus atos,e estaria fritinho no inferno... KKKKKKKKKKKK
64. Pe1: GRasaça so bre Graça sobre Graça
65. Pe1: vou fazer um teste
66. Pe2: quando?
67. Pe1: [contentamento] não é sobre o sistema
68. Pe2: hummm
69. Pe1: ah
70. Pe1: viu apareceu a palavra contentamento
71. Pe2: não
72. Pe2: eu acho que eu não vejo seu sentimento
73. Pe1: fala sério
74. Pe1: olreiuo
75. Pe2: era pra ver?
76. Pe2: ah tá
77. Pe1: [desapontamento] viu
78. Pe2: vi
79. Pe1: do alado
80. Pe1: vrsrrsr

O episódio verbal transcrito acima ilustra claramente que não ocorreram emissões de sentenças arranjadas em ordem ascendente de força ou intensidade retóricas em toda a interação, ou seja, não houve momentos de clímax como os observados na condição

divergente. Sob controle de reforçamento positivo provido pelos ouvintes, os discursos dos falantes mostram-se relaxados, com frequência de ironia, humor e risadas em vários momentos do debate. A observação destas características do episódio verbal convergente, e das relações funcionais que foram estabelecidas no contexto interativo do diálogo, permite dizer que ambos os padres atuaram como ouvintes específicos para evocação freqüente de operantes primários do tipo audiência, tato e intraverbal; e secundários, do tipo descritivo, qualificador de asserção e quantificador.

Contrapondo este episódio com o do debate divergente analisado anteriormente, observa-se que neste não foram emitidos mandos do tipo questão, dado que indica a ausência de controle verbal por operações estabelecedoras aversivas. Há também a presença reduzida de autoclíticos com função de melhorar o objetivo de convencimento ao modificar a direção ou instruir uma direção ao comportamento verbal do outro (função primordial dos qualificadores de negação e dos manipulativos). Os autoclíticos mais emitidos nesta condição foram os do tipo qualificador de asserção e descritivo que tiveram, além das suas funções definidoras, a função de aumentar o controle reforçador generalizado do comportamento verbal de ambos os padres a partir daquilo que era exposto por cada falante como (auto)estimulação verbal.

Para exemplificar, cabe, então, destacar o comportamento do Pe2. É notória a diferença entre seu comportamento verbal na condição convergente e na divergente. Enquanto que na condição divergente ele emitiu prioritariamente operantes do tipo mando, aqui passou a emitir basicamente tatos e intraverbais.

As proposições 37 e 51 ilustram o processo de emissão do operante tato no diálogo (não observado na condição divergente). Na 37, “*apenas os protestantes que não estudam ficam deturpando as coisas*”, ele descreve a forma como acabara de discriminar a propriedade *deturpada* do comportamento do Pr2, elucidando para o colega como tal tópico (*purgatório*)

foi trabalhado na outra condição experimental. Sob controle das circunstâncias do ambiente de coleta que controlaram o tato dessa propriedade, incluindo o tato da pertença ao grupo Católico e da não pertença ao grupo Protestante, o autoclítico quantificador *apenas* é emitido para pôr o comportamento do ouvinte sob controle das mesmas variáveis que controlaram o tato dessa propriedade no comportamento verbal dele diante desses dois grupos. Dito de outro modo, o contato inicial com Pr2 na condição divergente aumentou o controle discriminativo para a resposta emitida pelo Pe2. Caso o Pr2 tivesse concordado e reforçado as verbalizações de Pe2, a resposta verbal provavelmente seria diferente para tatear uma crença e uma atitude diante do conhecimento socialmente construído sobre o tópico entre os protestantes (Guerin, 1994), fato que justifica a caracterização desta proposição como composta basicamente de tatos, além dos autoclíticos (des)qualificador e quantificador.

A proposição 51 “*Gosto de pensar assim também*” mostra que o comportamento verbal do Pe1 ficou sob controle da verbalização 51, de Pe2, sobre a misericórdia de Deus e é um tato da estimulação privada que controlou o comportamento verbal dele frente ao comportamento verbal anterior de Pe2. O operante *gosto* é um autoclítico descritivo “de tato” que está sob controle das operações de motivação e emoção que afetaram a emissão de um possível evento privado do tipo pensar e que dão a forma como ele tateia seu próprio organismo frente ao determinado estado de coisas também supostamente tateadas (ou intraverbalizadas) pelo Pe2¹⁷. *Assim* e *também* são autoclíticos que, juntos, têm a função de reforçar a comunhão entre o pensamento de um, do outro e de Santa Tereza. Eles reforçam a direção comum entre as respostas verbais compostas pelos operantes básicos no dizer de um e no pensar do outro, os qualificando e os quantificando, respectivamente.

¹⁷ É difícil discernir certos comportamentos verbais religiosos como intraverbais ou tatos. Segundo Skinner, o tato é a resposta na presença de um estímulo discriminativo não verbal ou propriedades dele; ou logo após essa presença. No caso, a sentença “Deus é tão misericordioso e tão bom” pode ser um tato, se o falante estiver discriminando “Deus” como uma propriedade da situação ou do seu próprio comportamento. Isto seria plausível já que, para o crente, Deus é onipresente.

Talvez devido a esta concordância, os qualificadores de asserção aparecem com três topografias variadas: *sim*, *exato* e *é*. Pe2 reforça o tato emitido por Pe1 com a verbalização “*É*” (frase 54); tal resposta verbal atua também como reforçador generalizado para Pe1, aumentando ainda mais o controle pela audiência que já fora discriminado desde o começo do procedimento, quando foram apresentados entre si os participantes e suas denominações cristãs. Deste modo, afirmativas freqüentemente são emitidas como reforço generalizado que visa a manutenção da resposta emitida pelo colega na interação. Nas proposições 53, 55 e 56, os padres servem-se entre si como ambiente reforçador generalizado para respostas emitidas. Os intraverbais aparecem aqui de forma mais homogênea controlados também pela condição de reforçador generalizado do colega.

Na proposição “*Se fosse apenas por meus atos, [então] estaria fritinho no inferno... KKKKKKKKKKKK*”, se os atos referidos pelo Pe2 forem, de fato, acontecimentos passados, seu comportamento verbal poderia ter estado sob controle de estímulos discriminativos privados do lembrar desses acontecimentos. Assim, ele estaria tateando propriedades do próprio comportamento verbal descritivo dos atos do passado que poderiam ser considerados sujeitos à punição posterior, caso o argumento central Batista fosse válido. Além disso, se tais atos não aconteceram ou acontecem, ele pode estar descrevendo uma regra que controla seu comportamento a partir do argumento central Católico *purgatório é purificação*. Considerando que a purificação depende da responsabilização (punição) pelos atos de pecado, ele parece estar despeitando do argumento dos pastores de que a purificação (purgatório) é desnecessária. Entretanto, sente-se um ar de deboche da não necessidade do purgatório, o que faz parecer que o Pe2 está sendo irônico.

Esta relação de controle por estímulos discriminativos verbais (regras) da religião que outorga tudo aquilo que é (ou não) pecado sujeito à punição do inferno é aparente aqui na relação intraverbal entre argumentos centrais convergentes e divergentes. O componente

autoclítico do humor que acompanhou a proposição está formalizado no *KKKKKKKKKKKK*, momento em que Pe2 informa estar rindo bastante do argumento central dos pastores e da regra derivada desse argumento e enunciada por ele mesmo. Logo, é possível inferir que as risadas aqui podem ter tido função de fuga do contato mais direto com o aversivo estabelecido pelo deboche.

Pe2 parece ser o mais brincalhão, mesmo evidenciando que seu comportamento está sob o controle de muitas cadeias intraverbais de argumentos adicionais ao argumento central compartilhado com o seu ouvinte: *purgatório é purificação*. O encadeamento intraverbal entre argumentos emitidos por ele tem um elo importante com o argumento adicional emitido por ele mesmo na proposição 48: “*Acredito que [o purgatório] é a última oportunidade dada por Deus para acolhermos a salvação*”. Nota-se a função do autoclítico descritivo *acredito* que indica a força dos operantes básicos do argumento como uma crença (Guerin, 1994) e modifica todo o encadeamento de intraverbais emitido por Pe1.

Retomando a questão sobre as risadas e humor exibidos por Pe2 na frase 63, Hubner, Miguel e Michael (2007) elucidaram como o humor muitas vezes surge com função de fuga e esquiva de contingências aversivas nas quais a pessoa, muitas vezes, não é capaz de emitir respostas mais eficazes para alterar a contingência em questão, o que remete a um conhecido dito popular: “melhor sorrir do que chorar”. Na condição convergente, risadas e confirmações sobre aquilo que era dito funcionam como reforço para respostas subseqüentes assim como discriminativos pouco precisos sobre qual deve ser a resposta mais adequada a ser emitida. Dito de outro modo, não é estabelecido aqui um controle incisivo sobre qual resposta específica deverá ser emitida, como acontece em momentos em que a resposta pode ser punida. Quando o discurso está sob controle de reforçador generalizado do outro colega, parece que respostas são menos focadas ao tópico até mesmo porque a consequência desta falta de foco no tópico não é punitiva.

Sob controle do pensamento verbal tomado de Santa Tereza, o Pe2 intraverbaliza *Deus misericordioso* e tateia a *dificuldade de acreditar no inferno* devido a essa misericórdia. Como dito antes, uma vez que Pe1 “gosta de pensar assim também”, sua resposta reforça a argumentação de Pe2, que, sob controle do manipulativo *porém*, emitido por Pe1 na proposição 53, muda a direção do seu comportamento verbal para a direção dos operantes ligados ao tópico *purgatório* e continua emitindo argumentos entrelaçados aos argumentos de Pe1 nos elos intraverbais entre *injustiça-correção-cometida-cristãs*.

O encadeamento convergente continua: Pe1, então, emite *correção que devemos passar* que controla Pe2 a emitir um mando mágico *Deus me livre*¹⁸. Pe1 continua a intraverbalizar sob controle de *correção* uma “frase feita”: “a quem muito foi dado, muito será pedido” que se conecta ao argumento seguinte (e que se conecta ao argumento central acerca do purgatório), ou seja, “Vou prestar contas... Ainda bem que minha condenação ou salvação depende apenas de uma coisa: da misericórdia de Deus”.

Possivelmente sob controle da aversividade exposta por um possível julgamento acerca dos pecados cometidos, Pe1 emite a “frase feita” “*Graça sobre Graça sobre Graça*”. Particularmente, esta proposição demonstra o controle múltiplo sobre o comportamento verbal. Ao mesmo tempo em que se pode categorizá-la como um intraverbal selecionado no contexto de vida do padre (cada parte da resposta é ambiente para a resposta subsequente), no qual emitir três vezes o operante *Graça* produziria como consequência a diminuição da probabilidade de ocorrerem “coisas ruins” é reforçado pela comunidade em que participa¹⁹, se pode categorizá-la também como mando supersticioso. Tal caracterização múltipla é justificada pelo controle antecedente estabelecido pela regra imposta pelo argumento central Católico: “Se eu prestar contas dos meus atos no purgatório, então receberei a misericórdia

¹⁸ Mágico porque o reforçamento é impossível como um evento natural, a não ser no ambiente sobrenatural acreditado pelos participantes.

¹⁹ O reforço deste comportamento é muito comum em várias religiões. Mantras, orações e pedidos de fé são selecionados nestas comunidades verbais desde o início do ensinamento dos costumes de cada vertente.

de Deus”. Uma possível aversividade da “correção” no purgatório estabelece uma resposta verbal sob controle desta operação estabelecadora (como para a ciência o futuro não existe, a aversividade é estabelecida no presente pela regra) (Baum, 1999) para produzir os mesmos reforçadores que possivelmente selecionaram tal classe de respostas em um contexto acidental anterior (falar três vezes *Graça* no intuito de afastar um mal). Skinner (1957) exemplifica este mando supersticioso em situações nas quais o falante emite uma dada verbalização e que por um fator de contigüidade a consequência “desejada” ocorre. Especialmente na religião, é estabelecido um contexto que privilegia relações acidentais entre um comportamento e sua consequência, ou seja, é comum o fiel atribuir a melhora de uma pessoa querida à quantidade de vezes que orou por ela, mesmo que não haja nenhuma relação causal mecânica entre as verbalizações e a cura da pessoa querida.

A análise dos pontos mais importantes do debate convergente faz notar que argumentos de contraposição não foram expostos como na condição divergente. O que ocorreu foram emissões de vários argumentos adicionais ao argumento central acerca do purgatório para os Católicos. As regras que controlaram as proposições dos padres interagindo entre si mostraram-se compatíveis com as regras esperadas, contidas no quadro da Tabela 01, extraídas dos materiais que informam as normas e regras de como os fiéis Católicos devem se comportar. No caso de Pe1 e 2, como houve consistência nos seus posicionamentos na argumentação sobre o purgatório nas condições divergente e convergente, é possível afirmar que suas argumentações estiveram sob controle da regra central Católica acerca do purgatório. Entretanto, mesmo sob controle dessa regra, as mudanças funcionais dos operantes emitidos no estilo verbal geral em cada condição parecem ter sido controladas pela audiência evocada pelos ouvintes do grupo religioso de pertença e de não pertença.

Esta alteração comparativa pode ser considerada um processo de auto-edição do comportamento verbal sob controle da audiência evocada pelo ouvinte. Os conjuntos de

operantes verbais arranjados e formulados nas duas condições se mostraram completamente diferentes, ou seja, o operante audiência foi diferencialmente evocado em cada condição e o mando foi muito emitido em apenas uma das condições. Na condição divergente a contra-argumentação nas proposições em geral é composta por mandos e autoclíticos que parecem reduzir a aversividade dos posicionamentos; na condição convergente não houve contra-argumentação; houve argumentação complementar com respostas emitidas diretamente e, conseqüentemente, com menos edição por serem menos elaboradas.

Com a falta de controle aversivo e, conseqüentemente, com uma menor exigência contingencial por respostas mais elaboradas, parece que os comportamentos dos padres ficaram sob controle do tópico somente para confirmar uma convergência nos argumentos de ambos, dado que reafirma a pressuposição Skinneriana de que o ouvinte seleciona não apenas a forma como o sujeito fala, mas também a função destas formas no episódio verbal a partir do controle pela audiência. Ou seja, o ouvinte é selecionador da função unificada dos operantes no episódio verbal em torno do argumento selecionado por controle intraverbal (tanto da *forma* quanto da *função* do argumentar).

Os dados quantitativos compilados pelo programa referentes à produção verbal de Pe1 e Pe2 em toda a coleta sugerem alguns pontos de coerência com os dados qualitativos. Na tabela a seguir, estão expostos todos os números registrados sobre o comportamento verbal de Pe2 em ambas as condições. O relatório compilado pelo programa traz dados do tempo médio de escrita, do número de caracteres produzidos e editados e do número de sentenças emitidas nas duas condições:

Participante → Pe2	Condição →		Divergente	Convergente	Diferença Percentual
	Variável ↓	Participante →	Pe2	Pe2	
Total de caracteres digitados			5659	4755	-16%
Tempo de digitação			1222	1089	-11%
Número de caracteres p/ segundo de digitação (primeiro caractere digitado até o "enter")			4,6	4,3	-7%
Número de caracteres p/ segundo			3,1	2,6	-49%
Número de emissão de sentenças			88	94	7%
Número de caracteres editados			496	310	-38%
Média de caracteres editados por sentença			5,6	3,2	-43%

Tabela 02 – Interação Total de Pe2

Na Tabela 02, é possível verificar que Pe2 edita mais na condição divergente, o que pode indicar maior elaboração verbal no nível privado da auto-edição. O restante dos dados não é significativo à análise da auto-edição e apresenta pouca ligação com os dados qualitativos.

O programa também compilou um relatório sobre os dados quantitativos do desempenho de Pe1. A diferença entre o total de caracteres digitados e o tempo de digitação de Pe1 entre as duas condições também sugere uma maior elaboração verbal na condição divergente, dado que se soma aos dados qualitativos, como mostrado na Tabela 03.

Participante → Pe1	Condição →		Divergente	Convergente	Diferença Percentual
	Variável ↓	Sujeito →	Pe1	Pe1	
Total de caracteres digitados			2938	2593	-12%
Tempo de digitação			985	818	-17%
Número de caracteres p/ segundo de digitação (primeiro caractere digitado até o "enter")			3	3,1	3%
Número de caracteres p/ segundo			1,6	1,4	-12%
Número de emissão de sentenças			71	92	30%
Número de caracteres editados			259	186	-28%
Média de caracteres editados por sentença			3,6	2	-44%

Tabela 03 – Interação Total de Pe1

Outro ponto em comum de Pe1 com Pe2 situa-se no maior número de caracteres digitados na condição divergente. Pe1 também edita mais caracteres na condição divergente. O número de emissão de sentenças é relativamente maior na condição convergente e o tempo de digitação menor, dados que sugerem que na condição convergente o discurso é mais direto, menos sujeito ao processo autoclítico de “mando”. Em outras palavras, é um discurso menos editado. Da mesma forma como demonstrado acima sobre Pe2, os demais dados de Pe1 também não são significativos, fazendo-se necessário o retorno aos dados qualitativos do episódio verbal convergente entre os padres.

Retomando a análise qualitativa, então, o excerto do debate na figura 05 abaixo, mostra um momento do episódio verbal convergente no qual algumas das formas e funções verbais diretas e sem muita elaboração foram emitidas no reforçamento da argumentação. É ilustrado o processo de interação entre operantes verbais do Pe1 evocando respostas subseqüentes no repertório do Pe2 por função discriminativa e reforçadora generalizada.

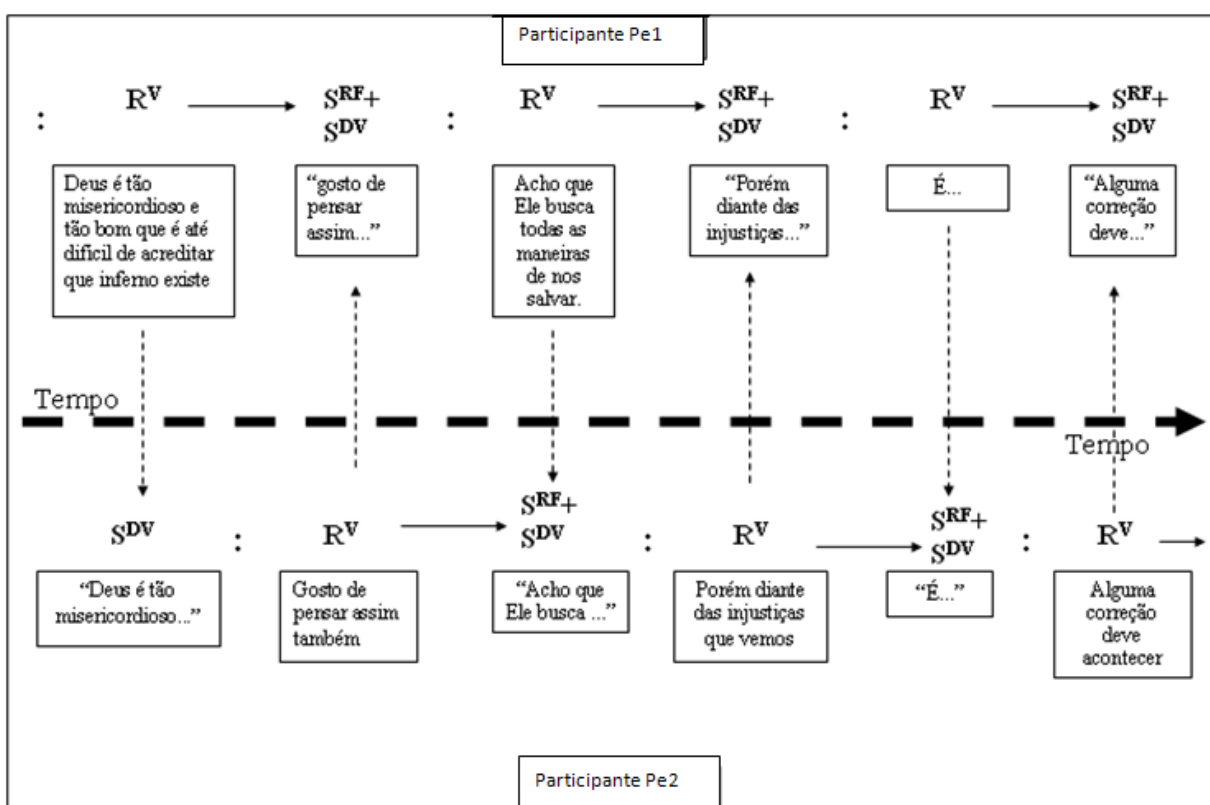


Figura 05 – Excerto do episódio verbal na condição convergente Pe1 x Pe2.

O papel do reforço sobre respostas pelo controle pela audiência tem seu papel fundamental para a seleção de classes de respostas elaboradas frente a um contexto. Com isso, vale ressaltar que o presente trabalho demonstra afinidade com o estudo de Leigland (1996). Como demonstrado no estudo do autor, o reforçamento de tópicos específicos em um episódio verbal é capaz de selecionar uma classe de respostas contínuas na interação, ficando o discurso (uma cadeia intraverbal que fora reforçada) até mesmo mais provável em condições em que a audiência faz a manutenção da verbalização. Na condição divergente, a aversividade encontrada no controle pela audiência não disponibiliza reforçadores contingentes à verbalização entre os participantes, sendo assim, é de se esperar que audiências diferentes evoquem, então, operantes diferentes.

Ao final da interação, a partir da sentença 66, ambos os padres esgotam a discussão sobre o tópico *purgatório* e passam a teclar sobre o programa “Self-editing”, fazendo testes sobre a utilização da comunicação de sentimentos e esperando o novo tópico a ser abordado. Emitiram tatos acerca do que visualizaram na tela do computador sob controle também do reforço generalizado disponibilizado pelo ouvinte.

De forma geral, quando situados na condição convergente, o controle maior das contingências em operação era o controle por reforçadores generalizados. Dentre os efeitos que tal contingência convergente exercia sobre o comportamento verbal dos participantes, um foi o maior número de sentenças emitidas. Entretanto, na condição divergente, a publicação da resposta ao teclar o “enter” mostrou-se relacionada à elaboração mais detalhada de cada sentença, com isso, as sentenças na condição divergente apresentavam-se com maior extensão, enquanto que na condição convergente, pelo fato de os participantes estarem sob menor controle aversivo, o discurso era mais direto (e as sentenças menos extensas). A figura 06, a seguir, demonstra isso em termos quantitativos:

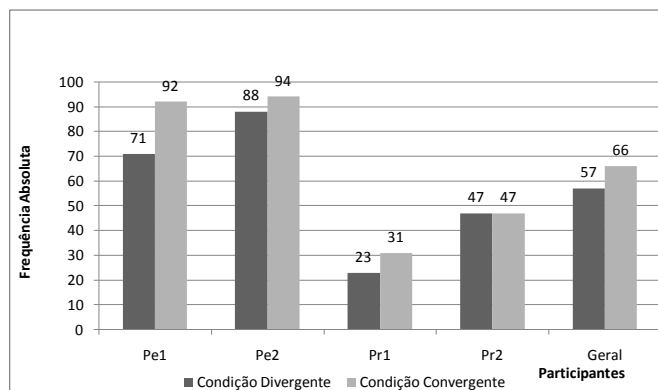


Figura 06 – Frequência de emissões de sentenças por condição experimental

A figura acima permitir afirmar que os participantes, em geral, emitiram mais sentenças na condição convergente devido aos controles já apontados. Contudo, os outros dados quantitativos obtidos não demonstraram consistência com a análise funcional do processo de interação verbal. Houve muita variância entre os dados fornecidos pelos participantes e isto pode indicar a necessidade de aprimorar a forma de coleta para se verificar algumas premissas sobre efeitos *quantificáveis* do controle verbal.

Por exemplo, no capítulo sobre auto-edição, Skinner (1957) especula que, sob controle de contingências coercitivas, o falante demoraria maior tempo para emitir um operante verbal, e isto seria válido tanto para operantes vocais (fala) quanto para motores (escrita). A coleta do produto do comportamento verbal motor (escrita) via computador não permitiu verificar isto empiricamente. Apesar de se garantir que os participantes tivessem destreza no manuseio do teclado, alguns erros de digitação podem ter se devido a uma falta de destreza, interferindo no tempo de digitação. A figura 07 mostra inconsistência quanto ao número de caracteres digitados por segundo em cada condição experimental. Enquanto os desempenhos de Pe2 e

Pr2 mostram aumento da velocidade de escrita na condição convergente, os de Pe1 e Pr1 mostram diminuição.

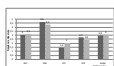


Figura 07 – Freqüência de caracteres digitados por segundo

Condição convergente Pr1 x Pr2

Na outra condição convergente selecionada para comparação, os dois pastores teclaram também sobre o tópico *purgatório*. Segue a interação:

81. **Pr2-** a Bíblia diz existir 2 lugares, o céu e o inferno

82. **Pr1-** como vc avaliou as como eu te conheço e sei sua opinião fica fácil de conversar pois é só confirmar, mas

83. **Pr2-** nada diz sobre um lugar intermediário

84. **Pr2-** mas estamos nessa discussão sobre análise de elaboração de discurso então precisamos falar

85. **Pr1-** o *PE1* falou que o *purgatório* é uma purificação e portanto a converção é o um *purgatório*, o que vc acha?

86. **Pr2-** [alegria] elabore seu pensamento aí

87. **Pr2-** [alegria] a conversão um *purgatório*: em que somente se for pela definição da palavra
88. **Pr2-** masa nem assim assim seria
89. **Pr1-** entendo, mas ele colocou como no nosso papo e lel queria dizer como o processo de isantificação purificação algo semelhante a purificação santificação
90. **Pr2-** mas cremos que após a o tempo para se fazer isso é enquanto vivos
91. **Pr1-** início do processo de santificação e não o *purgatório* como ato final após a morte
92. **Pr2 -** após a morte o corpo volta ao p[ro] e o espírito volta à Deus que o Deu deu e depois da compreensão persa do inferno os que não estão com Deus voltam ao ão pra lá

Algumas das características operantes observadas no comportamento dos padres na condição convergente mantiveram-se no contexto convergente entre os pastores. Primeiro, há a discriminação do ouvinte como parte do grupo de pertença do falante. Pr1²⁰, na frase 82, emite um tato sob o controle da presença do outro pastor e, em função disto, prevê seu próprio comportamento verbal na tarefa experimental. A proposição “*como te conheço e sei sua opinião fica fácil de conversar, pois é só confirmar*” é aqui o indicativo do controle da audiência sobre o comportamento verbal dele, o que altera a probabilidade de se evocar conteúdos específicos ao contexto do ouvinte com quem interage. O fato de os pastores terem interagido com familiaridade reforça o controle por estímulos discriminativo que evoca classes de respostas verbais específicas como o grupo de operantes denominado audiência. Fica aqui evidente a maneira como o comportamento verbal é funcionalmente intrincado com as conseqüências que o seguem: quando um participante de um episódio verbal explora argumentos, ele fica amplamente sob controle do que o ouvinte disponibilizará como conseqüência. Assim o Pr1 indica ao Pr2 que, por comungarem dos mesmos preceitos religiosos, o diálogo “fica fácil”, sendo apenas necessário confirmar o que quer que seja dito

²⁰ Apesar de no questionário prévio (no recrutamento de participantes) ter respondido que dominava habilidades referentes a utilização de programas de troca de mensagens on-line, Pr1 apresentou pouca habilidade de digitação das mesmas, o que reduziu significativamente (ao menos em volume) sua participação nas interações.

pelo colega, reforçando a noção de que o ouvinte pastor provê um controle reforçador generalizado. A verbalização 82 indica o controle da audiência que a presença de outro pastor evoca nele, assim como o baixo controle específico de respostas sob controle aversivo (diferente do que houve na condição divergente). Deste modo, os dados corroboram a premissa de Skinner (1957) sobre a influência do controle aversivo sobre o comportamento verbal: quando não há um controle por reforço negativo ou por operações estabelecidas, a verbalização tende a ficar realmente menos específica.

O controle de operantes é múltiplo, pois além dos controles para tatos e intraverbais, o comportamento verbal de cada um exerce controle sobre o comportamento do outro na evocação do operante audiência desde o momento em que foram apresentados entre si. Deste modo, quando o pesquisador explicitou para o participante a instrução: “agora você teclará com o Pastor (ou padre) X (estando o pastor na frente dele), ele estará conectado a você no computador situado na outra sala”, ele introduziu um estímulo ambiental que selecionou um conjunto de operantes evocados pelas conseqüências que algumas respostas verbais específicas experimentaram. Se no passado, frente a pastores, defender abertamente a não existência do *purgatório* era uma resposta reforçada, então, por uma noção de treino discriminativo, a presença de pastores evoca, com alta probabilidade, respostas semelhantes, especialmente na forma como essas respostas serão expressas em argumentos.

No início da discussão, Pr2 expõe seu argumento central, “*A bíblia diz existir [apenas] dois lugares: o céu e o inferno*” em que estabelece claramente a origem bíblica da sua compreensão sobre o tópico. Argumento semelhante fora exposto na condição divergente (frases 1, 4 e 7), contudo, esta mesma formulação verbal parece ter sofrido um processo de auto-edição e elaboração mais requintado na condição divergente.

Como ocorreu com o participante Pe2, os argumentos expostos na condição convergente foram emitidos de forma mais direta e objetiva, enquanto que na condição

divergente foram emitidos com recursos de edição e de autoclíticos para reduzir efeitos aversivos e aumentar o controle sobre o ouvinte. Na condição convergente, entre os pastores, assim como entre os padres, a audiência também não evocou tantos autoclíticos de “mando”, o que indica que, mesmo sob controle da regra (eles mantiveram a elaboração de argumentos coerente nas duas condições), na condição convergente, eles, em geral, mudaram *o que* havia sido falado e a *forma como* havia sido falado na condição divergente.

O estudo de Lodhi e Greer (1989) que analisou a verbalização de crianças brincando com brinquedos antropomórficos e não-antropomórficos demonstrou a linha de raciocínio semelhante aos resultados da análise aqui exposta. Guardando as devidas especificidades de cada tipo de contingência verbal, no estudo deles as crianças ficaram sob controle de discriminativos específicos para a emissão de mandos, tatos e intraverbais, de acordo com o tipo de brinquedo com o qual interagem. Deste modo, a audiência selecionava também *o que* as crianças abordavam assim como a *forma* como se colocavam verbalmente na interação com tipo de brinquedo.

Retomando a análise dos dados, como se pode notar, os comportamentos verbais de um dos pastores ficaram mais sob controle da regra elaborada pelo pesquisador para a coleta de dados (“teclar sobre os tópicos apresentados pelo programa”) e da cadeia intraverbal evocada pelo estímulo *purgatório*. E ele instruiu isto ao outro pastor. Na frase 84 “*mas estamos nessa discussão sobre análise de elaboração de discurso então precisamos falar*”, Pr2 elucida claramente para o ouvinte qual tarefa eles têm de realizar. Há também tato da operação estabelecadora na situação experimental e da na regra sob a forma de mando a si mesmo e ao outro: “Se estamos em uma discussão sobre a elaboração do discurso, então devemos falar”. O autoclítico manipulativo *mas* estabelece a condição pela qual ele emite seu operante verbal e indica para o ouvinte qual será o controle sobre o comportamento dele e, portanto, em qual direção ele deverá falar.

Após Pr2 levantar a necessidade de uma discussão sobre o tópico a partir do argumento adicional ao argumento Batista “Não há um lugar intermediário entre o céu e o inferno”, os comportamentos verbais de ambos curiosamente passaram a ficar sob controle intraverbal do argumento do Pe1. A partir do autoclítico de manipulação *mas*, tanto um quanto o outro reforçaram mutuamente seus operantes verbais de modo a ambos desconsiderarem os argumentos do Pe1 e a reafirmarem os argumentos Batistas, que julgam mais adequados. A proposição 90 torna evidente a função autoclítica manipulativa com a descritiva (no *cremos*, sob controle da intensidade da crença Batista): “*Mas [nós, os Batistas] cremos que o tempo para se fazer isso [purificação] é enquanto vivos*”. A função de “mando” do manipulativo *mas* mostra que, mesmo que seus repertórios pareceram estar sob controle da regra de estar participando de uma pesquisa, o controle do comportamento verbal deles na discussão ainda estava sob controle das operações estabelecidas da interação prévia na condição divergente. Da sentença 85 até a 91 os pastores refutaram o argumento que Pe1 levantou na interação com Pr1. Deste modo, quando há respostas mais elaboradas neste episódio verbal da condição convergente, elas parecem estar sob controle da aversividade das respostas verbais do padre 1 na condição divergente e da consequência reforçadora generalizada provida pelo ouvinte convergente.

Em síntese, o controle aversivo estipulado pela argumentação de Padre 1 e retomado por Pastor 1 é ilustrado pelos operantes verbais evocados nesta condição. Após Pastor 1 dizer “*O [padre 1] falou que o purgatório é uma purificação e portanto a conversão é um purgatório, o que você acha?*”, Pastor 2 emite a proposição “*a conversão um purgatório [?]: somente se for pela definição da palavra*²¹” e a complementa em um outro envio: “*mas nem assim seria*”. Ele emite autoclíticos importantes na tentativa de mudança na direção do

²¹ Mesmo tendo a opção de expor para o ouvinte o sentimento que estava tateando, em poucos momentos os participantes selecionaram os sentimentos atrelados às verbalizações como Pr2 o fez na verbalização 87.

comportamento do ouvinte (no caso, possivelmente, o experimentador, dado o controle de seu comportamento pela regra indicada na tarefa experimental): *somente* é quantificador da fraca relação entre os operantes *conversão* e *purgatório*; *se* é manipulativo e indica uma direção para uma relação a partir de uma definição formal do operante *purgatório*. Entretanto, discriminando que esta relação é inadequada, ele impele o ouvinte a desconsiderá-la. Assim, o autoclítico manipulativo *mas* combinado ao qualificador *nem* indica que o ouvinte deverá desconsiderar o processo de controle incisivo que o comportamento do Pe1, reproduzido pelo Pastor 1, expõe. Em seguida, aparentemente sob controle da regra elaborada por Pr2 na frase 84, Pr1 continua a reproduzir a argumentação formulada anteriormente pelo Pe1, o que evoca mais uma vez autoclíticos manipulativos e respostas mais específicas por parte de Pr2. A partir da evocação destes operantes, pode-se dizer que Pr2 agiu diante de Pr1 como se estivesse sob controle de Pe1. A resposta “*mas cremos que o tempo para se fazer isso é enquanto vivos*” é também expressa pelo autoclítico *mas* que aumenta a força da forma como o falante rechaça o argumento dos católicos. Os pastores então finalizam, reafirmando os argumentos contrários àquilo que foi dito por Pe1. O processo de controle no episódio verbal convergente entre os pastores está esquematizado na figura 08.

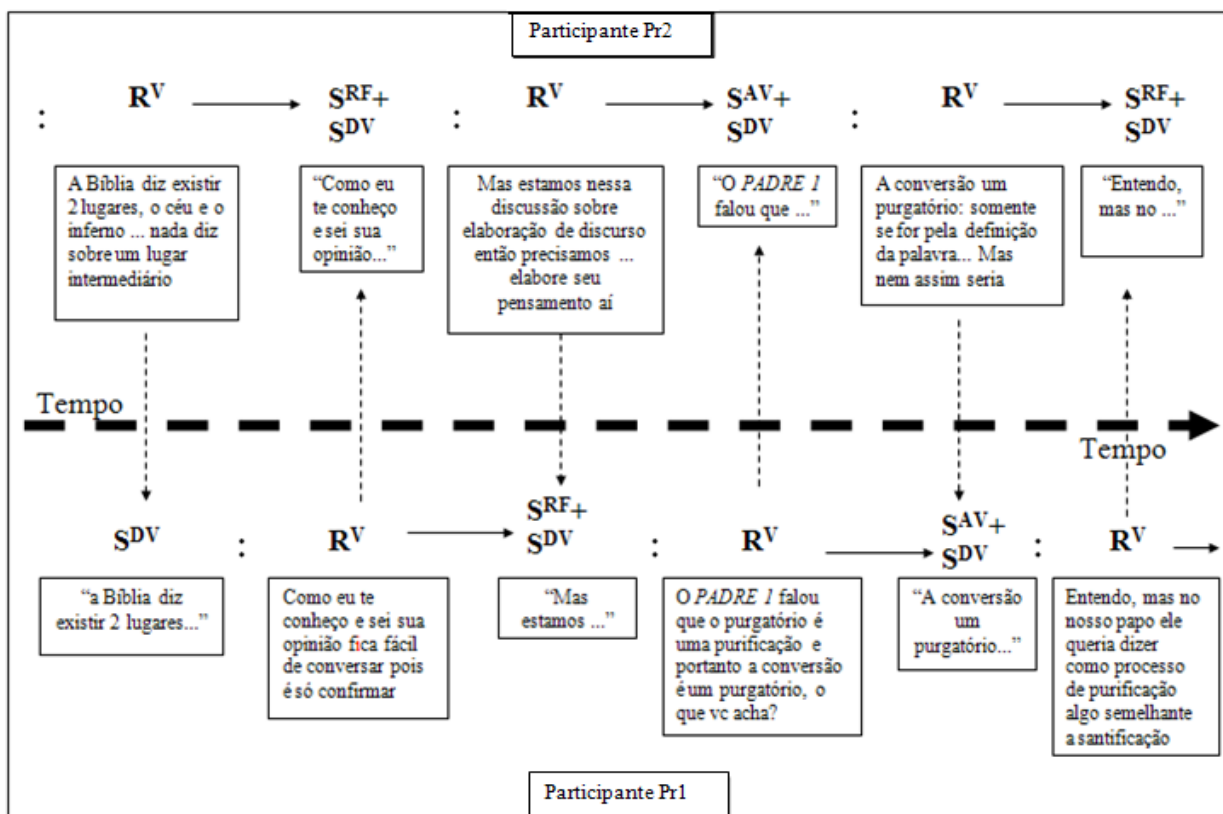


Figura 08 – Excerto do episódio verbal na condição convergente Pr2 x Pr1.

Uma comparação entre a figura 08 e a figura 05 (referente a outra condição convergente discutida na página 110) mostra uma pequena diferença na interação: há, neste caso, um momento em que a resposta verbal de um participante atuou como estímulo aversivo para a do outro. Ou seja, o discurso que vinha sendo conseqüenciado por reforçador generalizado para as respostas de Pr2, passa a ficar sob controle de outras propriedades do ambiente verbal. A reprodução da proposição de Pe1 sobre o argumento a favor do purgatório se mostrou aversiva.

Condição divergente Pe1 x Pr1

Como feito em todas as condições anteriores, para aumentar a compreensão do leitor, segue a interação verbal divergente entre Pe1 e Pr1 acerca do tópico *purgatório*:

94. **Pe 1 - Pe 1** - sobre o capurgatório é uma
purificaçã~cao que todos precisamos
95. **Pe 1** - diante de Deus ninguém é puro
totalmente
96. **Pe 1** - a vida é um *purgatório*
97. **Pe 1** - a conversão é~e ué uma forma de
purificaç~ca~çcao
98. **Pr 1** - a mais a bíBíblia não cita o
purgatório, Ela diz que depois da morte
segue-se o juízo de Deus, Ceus ou
Ininferno?
99. **Pe 1** - sim, é verdade
100. **Pe 1** - mas eu fal há de oconvir comigo
que o céu é uma graça de Deus
101. **Pe 1** - e para estar diante de Deus não é
possível a mácula
102. **Pe 1** - portanto, de uma forma dou de
outra, pela Graça do SALvador somos
purificados
103. **Pr 1** - vc citou que a dco conf ver ver ção é
uma forma de *purgatório*, concordo, mas o
o *purgatório* é colocado como algo depois
da morte.
104. **Pe 1** - nem sim
105. **Pe 1** - após a ninguém morre to atalmente
puro
106. **Pe 1** - para estar junto a deus Deus , pela
sua misericórdia, acontece uma
purificaçcao
107. **Pe 1** - não sei como será, mas ser omos
purificados
108. **Pe 1** - tirados lavada lavados de todo pecado,
109. **Pe 1** - assim vejo *opurgatórios*
110. **Pe 1** - não tanto como um lugar
111. **Pe 1** - até porque não ex ite tempo e
espá c cc coo
112. **Pe 1** - mas como uma atitude de
miseri cc orid córdia de deus
113. **Pr 1** - nesse caso todos acabam indo para
junto de Deus, e onde e qual seria a
necessidade do inferno além da morada do
Diabo e seus demônio s, pois a bíblia diz q
114. **Pe 1** - eu acredito que a misericórdia é
infinita
115. **Pe 1** - os mortos não estão mortos estão
vivos
116. **Pe 1** - se n cnós rezamos pelos outros]
117. **Pr 1** - os que não o aceitarem a Cristo ao
seu destino é no inferno.
118. **Pe 1** - qual a dificul Cristo morreu por
todos
119. **Pe 1** - id n dependente de termos acitado ou
nao

Nesta interação, evidencia-se que as características que foram visualizadas na condição divergente Pe2 x Pr2 se assemelham às encontradas aqui. Novamente foram

emitidas proposições mais elaboradas e dissidentes no diálogo. Os discursos voltaram a ficar mais densos e contrapostos, ou seja, o aumento de recurso para convencimento do ouvinte, seja pela emissão de elos intraverbais muito fortalecidos em argumentos adicionais ao central de cada religião, seja na esquivia verbal dos aversivos da contra-argumentação, passa ao leitor a impressão de tensão na interação.

A interação foi iniciada pelo Pe1 que, diretamente, emitiu o argumento central seguido de adicionais. Na emissão do central *“purgatório é uma purificação de que todos precisamos”* (proposição 94), ele emitiu o autoclítico predicativo *é* e o quantificador *todos* para aumentar o controle de seu argumento sobre o ouvinte, na tentativa de levá-lo a ficar sob controle da mesma cadeia intraverbal. Nos argumentos adicionais (95, 96 e 97), essas funções reapareceram, aumentando ainda mais a probabilidade do controle verbal intencionado pelo Pe1 a partir da emissão do argumento central. Possivelmente, a alta incidência de sentenças por Pe1 nesta interação pode ser também explicada pela demora na emissão de sentenças do participante Pr1, tanto que durante os 6 minutos da interação sobre o *purgatório*, ele emitiu apenas 4 verbalizações diferentes. Mesmo com o pequeno volume de informações levantados pelo Pr1, sua presença, ainda assim, evocou no Pe1 um repertório contundente ao argumento central Batista, o que é um indicativo do forte controle pela audiência neste episódio verbal. Estes dados também indicam para a mesma direção do artigo de Fonai e Sérgio (2007) em que os autores defendem a premissa de que a audiência atua como controle suplementar sobre a classe de respostas no episódio verbal (operantes utilizados em cada contexto).

Em resposta à cadeia intraverbal elaborada por Pe1, Pr1 rechaça as argumentações com a frase *“mas a Bíblia não cita o purgatório, Ela diz que depois da morte segue-se o juízo de Deus: Céu ou Inferno?”*. Neste ponto, mais uma vez, a emissão do operante é iniciada pelo autoclítico manipulativo *mas* que, sob controle de propriedades aversivas que controlaram o comportamento verbal do falante, tem a função de induzir o ouvinte (Pe1) a abandonar toda a

argumentação central e adicional. Ao mesmo tempo, tal argumento foi composto pelo autoclítico *a bíblia diz* que tem a função de aumentar o controle do intraverbal fazendo-o parecer controle por tato, pois foi emitido supostamente sob controle intraverbal de conhecimentos socialmente construídos sob a homologação da comunidade verbal que se diz cristã (e quem segue a Bíblia deveria concordar com ela) (Guerin, 1992). O recurso de fazer com que o ouvinte componha sozinho uma resposta-chave é um artifício de força (Skinner, 1957) comum quando se tem uma forte base intraverbal que sustenta tal verbalização, como é o caso da emissão de intraverbais advindos da Bíblia. Tal artifício é ainda mais eficaz quando a audiência presente é um líder religioso de quem se espera um conhecimento social bem apurado daquele contexto intraverbal. Somando a este artifício sob controle de operações estabelecedoras um mando do tipo questão, o Pr1 finda a proposição, o que confirma a função de levar o ouvinte a compor o mesmo caminho da elaboração do argumento pela mesma via do falante. Deste modo, os elos intraverbais *bíblia-lugares-céu-inferno* são centrais para a elaboração do argumento do pastor, assim como são rechaçadores da resposta de Pe1 que, na avaliação do Pr1, tem um repertório verbal sob fraco controle do conhecimento advindo deste contexto bíblico.

Sob controle agora da contra-argumentação exposta pelo Pr1, Pe1, nas proposições 100 a 102, emite outros argumentos adicionais ao central, com operantes sob controle da necessidade de purificação para que seja obtida a Graça. Antes, na proposição 99, ele emite um qualificador de asserção para indicar concordância com o argumento do Pr1. Entretanto, ele, sob controle da aversidade da interação verbal, emite o manipulativo *mas* que instrui o Pr1 a repensar o próprio argumento do qual ambos supostamente concordam. Um artifício de força para a composição verbal é inferido da função do autoclítico *você há de convir comigo* com o qual a instrução do *mas* é complementada partindo-se da concordância indicada pela asserção. Toda esta dinâmica operante sob controle da direção pretendida da argumentação

continua na proposição 102 com o autoclítico de composição *Portanto* que instrui o Pr1 a compor um arranjo de operantes básicos com os intraverbais emitidos anteriormente de modo a concluir que há a necessidade de uma purificação.

Todo o movimento argumentativo aqui observado serve para dar sutileza na tarefa de convencimento do outro. Esta sutileza na elaboração não esteve presente nas argumentações emitidas na condição experimental convergente, pois estava ausente a contingência que controlava a necessidade de convencimento. A emissão de autoclíticos qualificadores neste ponto da interação também se situa na *desqualificação* dos operantes básicos que o outro participante do episódio verbal emite. Em toda a interação, os autoclíticos aparecem freqüentemente para diminuir ou alterar propriedades desses operantes. Para ilustrar, na frase 111 “até porque não existe tempo nem espaço” o participante Pe1 desqualifica os operantes que ficaram subentendidos nas proposições do Pr1, sobre o *purgatório* como um local.

A figura 09 ilustra todo este processo.

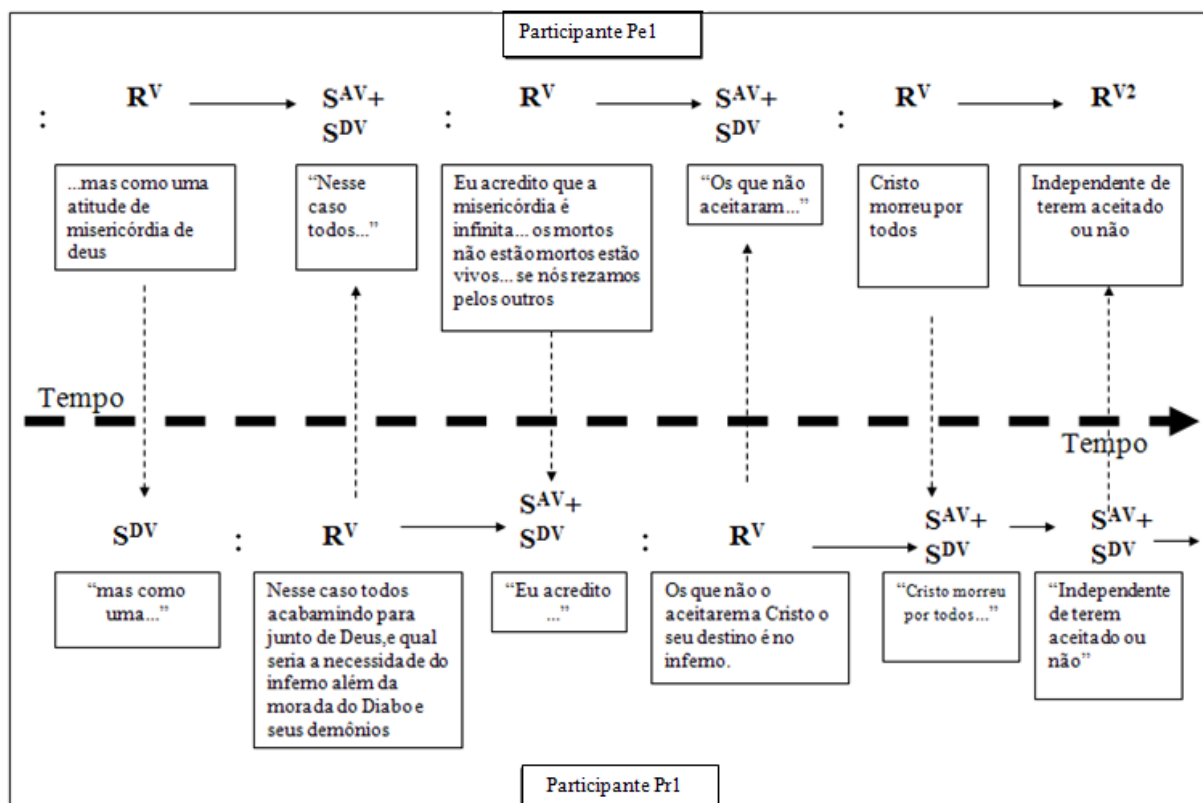


Figura 09 – Excerto do episódio verbal na condição divergente Pe1 x Pr1.

Da mesma forma que foi feito na condição convergente dos padres, cabe aqui expor os relatórios individuais dos pastores em toda a coleta de dados. No caso de Pr2, os números individuais da produção verbal foram os mostrados na Tabela 4:

Participante → Pr2	Condição →		Divergente	Convergente	Diferença Percentual
	Variável ↓	Sujeito →	Pr2	Pr2	
Total de caracteres digitados			3825	2780	-27%
Tempo de digitação			1369	1151	-16%
Número de caracteres p/ segundo de digitação (primeiro caractere digitado até o "enter")			2,7	2,4	-11%
Número de caracteres p/ segundo			2,1	0,9	-57%
Número de emissão de sentenças			47	47	0%
Número de caracteres editados			445	197	-56%
Média de caracteres editados por sentença			9,27	4,1	-56%

Tabela 04 – Interação Total de Pr2

Como todos os participantes, Pr2 apresentou redução no número de caracteres editados na condição convergente. Houve também redução nos caracteres digitados em toda a interação na condição convergente. Outro ponto interessante é que, apesar do número de sentenças emitidas por Pr2 ser o mesmo em ambas as condições (47), o índice de caracteres editados na condição divergente é consideravelmente maior que na convergente.

Por outro lado, o desempenho verbal de Pr1 na interação foi contrastante no grupo dos participantes. Os dados quantitativos obtidos do desempenho dele indicam a pequena produção de textos em termos de volume, além da demora na digitação nas interações, como se pode ver na Tabela 5 a seguir:

Participante → Pr1	Condição →		Divergente	Convergente	
	Variável ↓	Sujeito →	Pr1	Pr1	Diferença Percentual
Total de caracteres digitados			1691	1894	12%
Tempo de digitação			1184	908	-23%
Número de caracteres p/ segundo de digitação (primeiro caractere digitado até o "enter")			1,4	2	43%
Número de caracteres p/ segundo			0,3	0,6	100%
Número de emissão de sentenças			23	31	35%
Número de caracteres editados			183	235	28%
Média de caracteres editados por sentença			7,9	7,5	-5%

Tabela 05 – Interação Total de Pr1

Vê-se que o desempenho de Pr1 se apresentou diferente do dos outros participantes. Nota-se que, mesmo com número maior de caracteres editados na condição convergente, o índice de caracteres editados por ele, por sentença, é menor. Além disso, Pr1 também emitiu número consideravelmente maior de sentenças na condição convergente, diferente dos dois padres e do Pr2, que reduziram a emissão de caracteres na condição convergente.

6.2. Análise comportamental sintetizada dos discursos nos demais tópicos

Como foi explicitado, após a análise funcional detalhada do comportamento verbal dos participantes sob controle do tópico *purgatório*, neste momento é apresentada a análise funcional geral do discurso dos padres e pastores nos outros tópicos. Tal análise, focada no contexto geral da emissão das sentenças-argumento e de seus operantes, visou ampliar a compreensão das variáveis controladoras do comportamento dos participantes nos episódios verbais gerados pelo procedimento experimental. Importante antecipar que os outros tópicos ampliaram a compreensão da importância do controle das regras e das cadeias intraverbais a elas relacionadas na auto-edição do comportamento verbal do falante.

Para iniciar, é apresentado o diálogo divergente e convergente no tópico *celibato*, seguindo a ordem de como foi exposto. Então, são apresentados os dados frente aos tópicos *intercessão dos santos*, *Virgem Maria* e *ofertas*.

6.2.1. Celibato

Condição divergente Pe2 x Pr2.

120.**Pe2** - Vocação e resposta livre de alguém que deseja viver nessa modalidade de vida sua religiosidade.

121.**Pr2** - sempre tive sobre *celibato*, entendo ser um dos dons da manifestação do Espírito Santo

122.**Pe2** - Independente de religião... até porque que não existe apenas no cristianismo.

123.**Pr2** - o que às vezes me deixa uma

124.**Pr2** - em especial como vocação você quer dizer para o exercício de função sacerdotal, clériga ou como um dom?

125.**Pe2** - Já associá-lo ao ministério ordenado tem todo um contexto histórico e necessidade de disciplina interna da Igreja Católica... ela sabe das vantagens e desvantagens disso, mas ainda acredita que seja importante - como testemunho diante da nossa sociedade hedonista - ter

ministros celebatários. Mas isso é algo que pode ser mudado, não por vontade de alguns, mas por um discernimento profundo da vontade de Deus para sua Igreja.

126.**Pe2** - Não... vocação é para todo batizado

127.**Pe2** - quem não exerce nenhum ministério eclesástico pode ser chamado à vida celibatária... conheço muitos casos.

128.**Pe2** - É um modo radical de viver mais radical de viver a configuração se configurar a Cristo, em sua castidade.

129.**Pr2** - não quis dizer que quando você fala que o *celibato* é vocação, ele o é atrelado ao exercício do sacerdócio? Ou seja, a vocação da chamada ao ministério prescinde também do *celibato*?

130.**Pr2** - ah sim, entendi...

131. **Pe2** - Claro... não tenho dúvida que há
pessoas chamadas para o ministério

ordenado e não para o *celibato*.

À primeira vista, o tópico *celibato* parece ter evocado pouca divergência no comportamento verbal dos participantes. No início do debate (frase 120), Pe2 emite o predicativo *é* que relaciona *vocação* com *resposta* e qualifica esta relação. O adjetivo *livre* especifica uma propriedade do operante *resposta* e descreve para o ouvinte a maneira a qual o operante está situado em uma condição em que a própria Igreja não poderia ser responsabilizada por impor tal resposta. Na frase 122, “*Até porque independente de religião*”, o autoclítico *até porque* serve como recurso que interliga o operante anterior (frase 121) ao operante estabelecido na frase seguinte, ou seja, permite um acréscimo da força do argumento estabelecido na frase anterior. Neste contexto, a presença do ouvinte Pr2 evocou no falante Pe2 uma série de operantes com função de esquiva de possíveis questionamentos sobre a obrigatoriedade do celibato.

A contextualização fornecida pelo Pe2 atua reduzindo a possibilidade de uma possível desqualificação por parte do Pr2. Na frase 125 “*...necessidade de disciplina interna da Igreja Católica... ela sabe das vantagens e desvantagens disso, mas ainda acredita que seja importante*”, o controle pela audiência evoca no Pe2 uma antecipação das possibilidades de contra-argumentação do Pr2 que, então, desenvolve respostas de esquiva bem elaboradas que comuniquem para o ouvinte diferentes formas de argumentação. Deste modo, a consequência reforçadora negativa da audiência divergente é estabelecida quando Pr2 fica sob controle discriminativo das respostas verbais de esquiva de Pe2, o que aumentou a probabilidade de respostas como estas na interação.

Pr2 emitiu alguns mandos do tipo questão após a emissão das respostas de Pe2. Diferente daqueles visualizados na condição divergente do tópico *purgatório*, os mandos neste episódio verbal atuam de forma menos aversiva para o ouvinte, pois não rechaçam o que

foi dito por Pe2; apenas especificam a necessidade de maiores informações, ou seja, de reforçadores específicos. O espectro de argumentação neste contexto por Pe2 é visto quando seu comportamento verbal fica sob controle de reforçador generalizado no episódio verbal ao mesmo tempo em que atua na redução da probabilidade de entrar em contato com punição por parte do ouvinte. Deste modo, quanto mais claro e elaborado ele expunha um determinado posicionamento, maiores eram as chances de sucesso de que seu comportamento fosse compreendido, reforçado e não-punido. Novamente o controle pela audiência justifica as nuances da elaboração (edição) diferenciada do discurso nas condições divergente e convergente.

Condição divergente Pe1 x Pr1.

- | | |
|--|--|
| <p>132.Pr1 - qual a sua opinião a respeito do celibato?</p> <p>133.Pe1 - acredito que o celibato é uma graça a de Deus</p> <p>134.Pe1 - <u>n</u>meem todos conseguem entender</p> <p>135.Pr1 - vc segue o celibato como estilo de vida?</p> <p>136.Pe1 - como estilo: de <u>vida</u>?</p> | <p>137.Pe1 - o que quer dizer como estilo de vida?</p> <p>138.Pe1 - <u>h</u>vivo como uma forma de <u>estaa</u>r r todo disponível para Deus e os irmãos</p> <p>139.Pe1 - é verdade que é uma Graç<u>ç</u>la de Deus</p> <p>140.Pe1 - sozinho não <u>conseg</u>uigo</p> <p>141.Pr1 - se vc pretende não se casar? para dedicar-se exclusivamente <u>à</u>a Deus</p> |
|--|--|

Mais uma vez, o contexto intraverbal disparado pelo estímulo verbal *celibato* fomentou respostas de contra-argumentação mais sutis acerca daquilo que era abordado por ambos os participantes. Como na interação divergente anterior, aqui também padre e pastor emitiram operantes com menor intensidade de estimulação aversiva, possivelmente por uma menor diversidade de interpretação das suas Igrejas no conhecimento acerca do *celibato*. O controle intraverbal que subjaz as respostas dos participantes aqui parece coerente. Vale

lembrar a função de reforçador generalizado evocada no contexto de estar participando de uma pesquisa em que é estabelecida uma tarefa a ser realizada (teclar sobre os tópicos apresentados pelo programa). Na frase 132 “*Qual a sua opinião a respeito do celibato?*”, Pr1 situa a possibilidade de inúmeras respostas privadas de Pe1, entretanto, essas respostas não seriam emitidas ao acaso. Levando em conta a perspectiva comportamental, um dado conjunto de operantes (a audiência) é evocado de acordo com o controle múltiplo incidente sobre o comportamento verbal no episódio verbal, principalmente o controle por generalização e equivalência de estímulos estabelecidos no momento em que os participantes foram apresentados entre si como padres e pastores.

Embora haja um discurso mais ameno, ainda assim todo o discurso é dado de maneira diretiva e argumentativa na topografia de questionamentos. Não há por parte de Pr1 outra forma de operantes diferente de mandos do tipo questão que indicam a aversão da polêmica do tópico que Pe2 sinaliza ao dizer que “*nem todos conseguem entender o estar disponível para Deus e os irmãos [o celibato]*”. *Nem todos* pode se referir ao Pr1, pois Pe1 parece querer antecipar as respostas do seu ouvinte que evocaram a audiência argumentativa acerca das intenções do ouvinte: “*O que quer dizer com estilo de vida?*”

Condição convergente Pe1 x Pe2.

142.Pe2 - Olá reverendíssimo Padre!

143.Pe1 - que isso

144.Pe1 - nem tanto

145.Pe1 - bom mas vamos ao tema

146.Pe2 - Como vamos debater sobre algo que concordamos ?

147.Pe1 - pois é

148.Pe1 - meu nome está com grafia errada

149.Pe2 - Bem, vou dizer que penso que poderiam existir irp padres casados

150.Pe1 – XXXXXX (o padre escreveu o nome com a grafia correta)

- 151.Pe2 - eu vi.
- 152.Pe2 - MasMas não só... não sou protestante para querer eliminar com tudo
- 153.Pe2 - Não acho certo as comunidades ficarem domingo sem missa...
- 154.Pe1 - ennem cosigruenseguiremosa acabar
- 155.Pe1 - pois po coe;libato [é um dom e sempre vai existir
- 156.Pe2 - Claro... fonão é de nossa competencia decidir...
- 157.Pe2 - mas não nada impede de se debater sob re o tema, não é?
- 158.Pe1 - quanto aos padre acasados penso que seja possível\
- 159.Pe1 - porém, muitos dteriam dificuldade\
- 160.Pe2 - Sim, teologicamente s a gente sabe que não tem nada a ver
- 161.Pe1 - como já está tanto em nossa cultura, iria demorar adaptacao
- 162.Pe2 - é... o pdpadre casado não poderia ter exercer todas a s ss funções como hoje um celibatário faz
- 163.Pe2 - cvc acha que causaria muito impacto no povo?
- 164.Pe1 - as pessoas comeáiriam ;ççariam a comparar
- 165.Pe1 - com certeza
- 166.Pe2 - confesso que embora sseja a favor, tb me sinto desconfortável com os diáconos casados
- 167.Pe2 - acho juto sto tê-los, mas é diereferente, não é?
- 168.Pe1 - poderia at[e meé mesmo surgir uma divisáo
- 169.Pe2 - Ah ... acnho qu ene nem tanto.
- 170.Pe1 -como e esse padre eu vou a missa com o outro não
- 171.Pe2 - ser[áá?
- 172.Pe1 - creio que cdemoraria um bom tempo

De modo geral, na condição convergente aqui apresentada, a interação é demarcada por argumentação central e adicional coerente entre os padres, ou seja, existe afinidade entre o contexto intraverbal que controla o comportamento de ambos. Desta forma, a resposta verbal de um evoca argumentos de concordância no outro, ao mesmo tempo em que este outro estabelece o controle pela audiência na edição e elaboração de questionamentos abrangentes acerca da temática sob controle deste eixo intraverbal. Como ocorreu na condição convergente sobre o *purgatório*, na condição convergente entre padres no tópico *celibato* eles

emitiram cadeias intraverbais sob controle recíproco das verbalizações de cada um. Até mesmo nos momentos (frases 169 e 171) de maior questionamento por Pe2, a forma como a sentença é elaborada se manteve claramente sutil na exposição de um possível contra-argumento. A frase 169 é praticamente composta por autoclíticos descritivos, todos com função de amenizar a possibilidade da compreensão de uma contingência aversiva.

Condição convergente Pr1 x Pr2.

173.Pr2 - Celibato é dom de Deus algumas pessoas tem, outras n"não. O espíritoEspírito ~e quem d[eé quem dá os dons conforme sua vontade	176.Pr2 - eu não casei porque ainda não encontrei uma a pessoa que acredito ser a esposa que Deus esolhcolheu para minha vida e ministério
174.Pr1 - <u>sei que</u> vc ainda não casou por adotar o celibato como estilo de vida ou <u>por</u> não?	177.Pr1 - [alegria] mas vc sente o celibato como algo aceitavel ou não vê atualmente como sendo algo para vc
175.Pr2 - vinculá-lo ao exercício da função sacerdotal ou religiosa [e limitar os vocacionados por Deus e dizer que quem não tem tal dom não pode ser sacerdote é é complicado	178.Pr2 - celibato não é para mim 179.Pr2 - não tenho tal dom 180.Pr1 - ok, eu tb não tinha esse dom 181.Pr2 - [alívio] graçascas à Deus

Há um contexto claro do controle verbal na interação acima. O argumento central respalda-se no celibato como um dom divino, entretanto, completa-se com uma crítica à Igreja Católica em dizer quem pode ou não pode ser sacerdote a partir deste dom. A concordância entre os pastores nesta condição é estabelecidas em três argumentos: *celibato é dom de Deus, é algo aceitável e não é para mim*. Ambos tateiam sentimentos ao selecionar o nome do sentimento na tela do layout do programa, atrelado ao momento da emissão do operante

verbal. É aceitável por ambos o dom do *celibato*, mas ambos se sentem aliviados por não terem este dom.

Vale ressaltar que Pr2 elaborou de forma indireta (frase 175) uma contra-argumentação frente à obrigatoriedade do *celibato* na Igreja Católica (“*vinculá-lo [a Igreja Católica vincular o dom] ao exercício da função sacerdotal ou religiosa é limitar os vocacionados por Deus...*”), possivelmente sob controle aversivo do contato com opiniões contrastantes de Pe2 na condição divergente anterior. Entretanto, a resposta foi emitida com a omissão de componentes objetivos na frase, ou seja, o falante não expõe diretamente a quem está criticando. Editar a proposição com a omissão de alguns operantes se mostra então como um recurso autoclítico importante.

6.2.2. Intercessão dos Santos

Condição divergente Pe2 x Pr2

182.**Pe2** - Intercessobre os Santos...

183.**Pr 2** - Intercessão dos santos

184.**Pe2** - Ah... só pra finalizar... a salvação
não se realiza sem o acolha resposta livre
do ser humano em acolher ou não.

185.**Pe2** - santos...

186.**Pe2** -a Igreja não se limite na realidade
visível

187.**Pe2** - ela é um tTODO visível e invisível,
história e espiritual

188.**Pr2** - da mesma forma

189.

Pe2 - afinal, lCristo e´ sua cabeça...

190.**Pe2** - e em sua dimensão epspiritual,
participa aqueles que como o ladrão foram
introduzidos por Cristo no paraíso

191.**Pr 2** - sobre os santos, santo é separado,
nesse sentido, todo crente em Jesus, salvo
remido, lavado pelo sangue é um santo

192.**Pe2** - o BBatismo nos faz definitivamente
membros desse Corpo, da assembleia dos
chamados

- 193.**Pr 2** - santificação é processo de quem deve ser buscado afinal "sede santos com Eu sou santo" diz
- 194.**Pe2** - Por formamos uma só realidade, é possível eclesial, paos que particjá estão na glória são solidários aos que militam na história, como bem como qualquer cristão pode interceder por nós pelos outros
- 195.**Pr 2** - mas não há no meu modo no meu pensamento a intercessão de um santo, um homem ou mulher, já morto por nós
- 196.**Pe2** - justo... acho que o problema não é sobre quem são os santos, mas sobre a eficácia de e sua intercessão
- 197.**Pr 2** - a única intercessão possível é a do próprio filho e do espírito santo
- 198.**Pe2** - ele Cristo não é um santo... ele é o o santo
- 199.**Pe2** - a fonte de santidade
- 200.**Pe2** - para ele convergem os santos
- 201.**Pe2** - espero poder estar lá, com ele...
- 202.**Pr 2** - aliás romanos novamente vai dizer que nós não sabemos orar como convém, mas o espírito intercede por nós até com gemidos inexprimíveis
- 203.**Pe2** - e poder pedir pelos meus irmãos que lutam tanto para realizar a vontade do Pai
- 204.**Pr 2** - isso é algo que acontece no relacionamto da própria trindade
- 205.**Pr 2** - sim, crisot é o Santo
- 206.**Pr 2** - por isso ele é nosso exemplo, por isso nosso ideal é sermos feitos como ele é
- 207.**Pe2** - Sim... o destino do ser humano é repousar no Coração da Trindade, na comunhão do Pai, do Filho e do ES
- 208.**Pe2** - Cristo não é só exemplo, mas é FUNDAMENTO da vida proporpropriamente humana
- 209.**Pr 2** - Amém que um dia os salvos estejam lá lá

Na interação acima se encontram características já evidenciadas anteriormente em condições divergentes. Neste contexto em especial, o recurso de autoclíticos predicativos do tipo *é* foi estabelecido nas estratégias de argumentação. Entretanto, operantes do tipo *mando* não foram expostos de forma mais evidente como nas demais condições divergentes. Como em momentos das outras condições divergentes, parece que os participantes não ficaram muito sob controle das verbalizações entre si, o que dá aos seus discursos uma conotação mais desconexa. Entretanto cada discurso tem uma conexão em si mesmo a partir de cada

argumento central sobre o tópico: qualquer cristão pode interceder por nós uns pelos outros (Católico) e não há intercessão de um santo, um homem ou mulher, já morto (Batista).

Em um dado momento (frase 191), Pr2 emite um mando que interrompe uma seqüência verbal que vinha sendo formulada por Pe2, e introduz sua argumentação sobre os Santos (“*sobre os santos, santo é separado, nesse sentido, todo crente em Jesus, salvo remido, lavado pelo sangue, é um santo*”) e, ao mesmo tempo, discorda do Pe2 ao dizer que todo mundo é Santo e não somente alguns escolhidos e que já estão mortos. Este fato é evidenciado na sentença “*mas não há no meu modo no meu pensamento a intercessão de um santo, um homem ou mulher, já morto por nós*”, o que reforça seu ponto de vista e atua como aversivo para o Pe2. Como resposta de fuga, o padre emite os autoclíticos qualificador e manipulativo “*justo..mas*” com o qual indica que partirá sua contra-argumentação de um ponto que o próprio pastor elaborou (o que aumentaria a probabilidade de concordância): “*acho que o problema não é sobre quem são os santos, mas sobre a eficácia de sua intercessão*”. O *Acho que* (um descritivo de força) contribui para a função manipulativa do *mas*, entretanto ameniza o peso (a aversividade) da contra-argumentação.

Pr2 ainda mantém seu argumento adicional ao dizer que o único intercessor possível junto a Deus é Jesus. Para tornar mais precisa a função da emissão dos operantes *Cristo* e *santo*, Pe2 lança mão da emissão de dois autoclíticos quantificadores (*UM* e *O*) em topografia de letras maiúsculas, recurso utilizado para dar ênfase em uma parte do argumento e para desqualificar a argumentação do pastor e reforçar a sua. Além disso, ele desvia a argumentação de Pr2 e evoca no ouvinte o intraverbal que compõe a frase *O santo é cristo*, como se Pr2 tivesse falado algo diferente. Provavelmente sob controle da necessidade de deixar clara sua opinião sobre Cristo, Pr2, então, reafirma a sentença exposta por Pe2 “*Sim, cristo é o santo... por isso é nosso exemplo, por isso nosso ideal é sermos como ele*”.

Condição divergente Pe1 x Pr1

- | | |
|---|--|
| 210. Pe1 - sobre a intercessão acredito da seguinte forma | 216. Pe1 - pelos exemplos deles que a minha <u>perre</u> ce seja atendida |
| 211. Pe1 -uma pessoa foi tão boa, <u>taão</u> próxima de <u>Jeussus</u> | 217. Pr1 - <u>após a morte de mudanEuo véu do tempo</u> lo[<u>creio que taque Cristo áo morrer</u> |
| 212. Pe1 -que <u>spedidmos</u> a Deus pelo testemunho daquela pessoa | <u>lo se reasgou não havendo mais</u> <u>necessidade</u> ade criando assim um |
| 213. Pe1 -por ela ter sido tão fiel, <u>pelos</u> seus <u>sacrif</u> ci <u>o</u> ícios | 218. Pr1 - livre contato do homem com Deus. através de Jesus Cristo. |
| 214. Pe1 - pelo seu testemunho de vida | 219. Pe1 - sim |
| 215. Pe1 - <u>que edpeço</u> a Deus por esses que foram bem <u>próxim</u> os ddele | 220. Pe1 - não duvido e vivo essa proximidadeae |
| | 221. Pe1 - Deus está dentro de nós |

A interação divergente aqui, principalmente elaborada por Pe1, ilustra todo o trabalho argumentativo no discurso cerceado de operantes com função de convencimento do ouvinte por meio da antecipação daquilo que possivelmente ele apresentará como resposta ao que o falante expôs (Skinner 1957). Este recurso é evocado pela presença do pastor e também da palavra *pastor* na tela do computador que controla então a emissão do grupo de operantes audiência. Este fato é ilustrado também se for levado em conta o número reduzido de interações propiciadas por Pr1. Desta forma, mesmo sem a emissão de respostas de Pr1, que poderiam atuar como audiência negativa para os operantes verbais de Pe1, este se mantém emitindo os operantes sob o controle global da audiência. Pr1 fica insensível à argumentação do Pe1 e mantém fidelidade ao argumento Batista: *Jesus é o intercessor*.

Condição convergente Pe1 x Pe2

- 222.**Pe2** - agora é sobre os santos
- 223.**Pe1** - sim
- 224.**Pe2** - Só escolheram temas que os protestantes adoram
- 225.**Pe1** - lembro -me da aula de teologia
- 226.**Pe2** - esses pemestrandos são evangélicos?
- 227.**Pe1** - [e vero
- 228.**Pe1** - já comentei com o meu comparça
- 229.**Pe1** - falar de religião é muito mais do que isso
- 230.**Pe2** - Sinceramente, n⁹ninguém me ensinou nada sobre intercessão dos santos
- 231.**Pe1** - religi[']sa^o áo também fala de outros assuntos
- 232.**Pe2** - e com ç ou ss?
- 233.**Pe1** - está certo
- 234.**Pe1** - bom
- 235.**Pe2** - eu tive que buscar lendo mco catecismo e outros livros
- 236.**Pe1** - eu acredito assim a intercessão
- 237.**Pe2** - a compreensão que tenho]
- 238.**Pe1** - assim que ese escreve
- 239.**Pe2** - é que...
- 240.**Pe2** - a Igreja não é uma relalidade apenas visível...
- 241.**Pe1** - peçço a Deus alguma coisa tendo em vista todo o testemunho daquela pessoa, do satonto ou santa,. Por seu esforáorço
- 242.**Pe2** - se o batismo nos insere nela, não é a morte que irá anular aessa pertença... então depois da morte continuo fazendo parta da Igreja,eja, mnasa ss en ide um outro modo.
- 243.**Pe1** - seria muito chato
- 244.**Pe2** - rrsrsrs
- 245.**Pe1** - mas por tudo o que eles viveram nesta terra
- 246.**Pe2** - Portanto, se os santos fazem parte a da Igreja ceesleste(celestes) louvam a Deus e junto consosco elevam súplicas e preces
- 247.**Pe1** - dá para se notar
- 248.**Pe1** - acabou de sair da saula de aula
- 249.**Pe1** - rrsrsrsr
- 250.**Pe2** - Sim,... a questão do e serem modelo no discipulado é indiscutível... o que se questiona 'qé o MODO que se acontece a efetivamente a interecessão
- 251.**Pe2** - mas se é uma relalidade invisível e espriiritual, que m sabe, escatológica, pode uco se pode falar... nosso discurso será sempre provisório... o que nos sustenta a tradição da igreja e a prática de ttantos séculos
- 252.**Pe2** - E pra mim é suficiente
- 253.**Pe1** - não é porque não temos a certeza é que não acreditadrremos
- 254.**Pe2** - Exato.
- 255.**Pe1** -nem tudo pode ser provado

Primeiramente, é curioso observar como o eixo organizador dos tópicos abordados no programa evocou uma discriminação específica nos participantes. No início desta condição, ao entrar em contato com o estímulo verbal *intercessão dos Santos*, os padres questionaram se o pesquisador e o seu assistente de coleta pertencem à alguma Igreja Evangélica logo após emitir uma frase crítica “*só escolheram temas que os protestantes adoram*”. Tal posicionamento confirma a premissa de que os tópicos previamente escolhidos se contrastam nas duas denominações cristãs por um controle de regras específicas²².

Sob controle do tópico *intercessão dos Santos*, os padres parecem estabelecer um para o outro ambiente para análise do que a própria palavra os remete. Eles mantiveram os argumentos expostos na conversa com os pastores, porém, dessa vez, a elaboração requintada indica o controle pela audiência num contexto discriminativo que evoca palavras mais específicas provavelmente discutidas nos seminários católicos. Desta forma, mesmo com um recurso visivelmente estruturado, o modo como ele é emitido nesta condição convergente se diferencia do modo na condição divergente. De maneira genérica, pode-se dizer que na condição divergente os argumentos eram expressos como embates e predições daquilo que o ouvinte poderia trazer como contra-argumento, ao passo que no episódio verbal acima, a cadeia intraverbal evocada apresenta função de acordo com reforçadores generalizados, o que também foi ambiente para emissão de risos e brincadeiras.

Condição convergente Pr1 x Pr2

²² Cabe ressaltar que na ocasião do teste piloto, o procedimento foi avaliado (e aprovado) por membros das duas religiões para evitar qualquer tipo de preconceito ou constrangimento.

256.**Pr2** - o que você entende sobre intercessão dos santos:C:

257.**Pr2** - quem são os santos: santificação [e p rocesso é um processo que devemos buscar

258.**Pr2** - sede santos porque eu sou santo assim diz o Senhor

259.**Pr1** - ok, santo é separado eu vejo de duas formas o que após

260.**Pr2** - Paulo em efésios fala que Deus concedeu um parans para pastores e mestres tendo em vista o aperfeiçoamento dos santos para a obra do ministério

261.**Pr1** - e como separtados por Deius temos livre acesso a Jeatravés de Jesus

262.**Pr2** - ele estava se referindo aos pessoas que estavam na igreja de éfeso, pessoas vivas

263.**Pr1** - a oração é o meo de intercessão que temos para com Deus

264.**Pr2** - viva a Reforma Protestante

265.**Pr1** - amém,

266.**Pr2** - Sola Fide, Sola Gracia, Sola Scripturae

267.**Pr1** - a igreja católica prega a intercessão como algo exclusivo dos sacerdotes o que eliminao ao sacrifício de cr Cristo

A cadeia intraverbal estabelecida indica novamente a presença de estímulos discriminativos verbais em um contexto de reforçadores generalizados para a resposta de cada um da díade. Pr2 lança mão de maiores recursos autoclíticos (por exemplo, a entonação em *quem são os santos* e em *Viva a reforma Protestante* e a descrição da origem bíblica do argumento em *Paulo, em Efésios, fala...*) na tentativa de controlar o ouvinte, que interage com concordância ao argumento Batista: *a oração das pessoas vivas é o meio de intercessão junto a Deus*. Neste caso de concordância, as sentenças de Pr2 servem como reforçadores para Pr1, tornando a conversa relaxada, sem aversivos.

Na frase 262 “*ele estava se referindo as pessoas que estavam na igreja de éfeso, pessoas vivas*” Pr2 lembra está sob controle de sua própria verbalização emprestada do livro bíblico de Efésios, demonstrando a cadeia intraverbal. A última parte da proposição indica para o Pr1 que Santos são pessoas vivas, e este, sob controle das mesmas regras, completa o argumento dizendo “*a oração é o meio de intercessão que temos com Deus*”. Reforçando a

resposta de Pr1, Pr2 emite a sentença “*Viva a reforma protestante*” com a qual tateia componentes privados do seu comportamento sob controle da afirmativa do colega.

6.2.3. Virgem Maria

Condição divergente Pe 2 x Pr 2.

268.**Pr 2** - Virgem Maria

269.**Pe 2** - Penso que Maria foi a discipula número um de Cristo

270.**Pr 2** - maria, é uma mulher escolhida por Deus, para dar à luz a Jesus

271.**Pe 2** - Ela não foi um simples instrumento, mas participou ativamente ndo ministério de Jesus...

272.**Pe 2** - Foi preparada para isso...

273.**Pr 2** - em relação ao virgdiscípula que ela mesmo entendeu seu papel e necessitada de salvação como qualquer outra pessoa

274.**Pe 2** - Claro...

275.**Pr 2** - no Magnificat o cântico de Lucaslucano maria expressa isso bem claramente

276.**Pe 2** - foi portadora da salvação da humanidade... e como conheceu ?CCristo primeiro, talvez a primeira ãã acolher a obboa-nova do Pai

277.**Pr 2** - nesse sentido, a idéia comum de ela ser uma intercessora ou realizar prodígios, perde eficácia e validade

278.**Pe 2** - PELe/eEle olho u para a humildade de sua serva, doravante dtodas as gterações me cahmhamaram de bem-aventurada, pois grandes coisas fez o Altíssimo

279.**Pr 2** - quanto a essa primazia dela, é especulativo

280.**Pe 2** - A participBom... bata sta olhar o que os Padres da Igreja e as Ecscrituras dizem sobre ela...

281.**Pr 2** - em ennum lugar dizq que ela foi primeira discípula, ou primeira a aceita a boa nova do ev

282.**Pe 2** - não é algo de agora... vem de uma tradição solidificada.

283.**Pe 2** - E PRECISA?

284.**Pe 2** - NÃO SERIA UMA LIEEITURA FUNDAMENTALISTA?

285.**Pr 2** - sim, as escrituras dizem que ela reconheceu sua necessidade de

salvação fundamentalista em que sentido?

286.**Pe 2** - Essa depreciação a Maria e aos Santos vc sabe, tem razões históricas

287.**Pe 2** - As missões norte-amieericadnas no ?BBrasil

288.**Pr 2** - em não reconhecê-la como 4a pessoa da trindade ou em atribuir sinais e prodígios a ela? isso não é fundamentalismo

289.**Pe 2** - desejos Dizer que ela é quarta pessoa da trindade é heresia grave

290.**Pe 2** - e para mim que sou crístãatatóú cristão uma ofensa

291.**Pe 2** - tapq desvirtua quem é Maria e mutito mais quem é Deus

292.**Pr 2** - aliás é o pr claro, que é heresia, mas é o local que ela passa a ocupar no senso comum

293.**Pe 2** - no senso comuncoração das pessoas comuns está o desejo de Deus...

Neste episódio verbal, Pr2 e Pe2 emitiram argumentos dissidentes a respeito dos controles para os elos intraverbais que constituem seu comportamento em relação à consideração e lugar que Maria teria no Evangelho, na Igreja e na Santíssima Trindade. Deste modo, o tópico *Virgem Maria* evocou cadeias intraverbais incompatíveis, assim como audiências negativas entre si, que foram tateadas como ofensivas e, provavelmente, eliciaram emoções de raiva, constituindo momentos de clímax, parecidos com aqueles presentes no episódio verbal divergente acerca do tópico *purgatório*. Desta forma, a junção do controle intraverbal do tópico à presença de um ouvinte que discordava dos argumentos expostos evocou um discurso arraigado de autoclíticos de manipulação e desqualificação.

Ao discriminar os controles dos comportamentos verbais do padre e do pastor neste contexto, é possível extrair um ponto pertinente: o grupo de operantes da audiência parece necessitar de controle antecedente múltiplo, tanto verbal e como não verbal. Ou seja, o tópico *Virgem Maria* sozinho não evocaria edição de operantes de segunda ordem como foram evocados (alterando o discurso como um todo) e não evocaria a auto-edição de inúmeras topografias e funções dos operantes verbais como ilustrado no episódio verbal acima se não

estivesse acompanhado: 1) de um ouvinte que exercesse um amplo controle discriminativo aversivo específico que sinalizasse a alta probabilidade de a resposta do falante ser seguida de punição (ou, no mínimo, de extinção) e 2) de um contexto intraverbal para a audiência, também específico, advindo do ouvinte. Caso o tópico proposto fosse, por exemplo, teclar sobre a *violência familiar*, é possível que a incidência do controle discriminativo (pela presença de um participante de outra Igreja) deixasse de ser preponderante no estabelecimento de uma audiência negativa.

Por fim, neste episódio foi possível observar novamente a emissão de recursos de força no discurso sob controle da estimulação aversiva da divergência, como a utilização de letras maiúsculas e de mandos do tipo questão observados no clímax da condição divergente acerca do *purgatório*. A função destes recursos é de fuga-esquiva ao levar o ouvinte a mudar a direção do comportamento verbal que constitui estimulação aversiva ao falante. No episódio analisado, esta função se deu pela discordância, porém em outras situações do cotidiano ela pode se dar por via da concordância com aquilo que é dito ou por via da omissão de respostas que entrem em embate direto com aquilo que é dito ou acreditado pelo falante.

Condição divergente Pe1 x Pr1

294. Pe 1 - sobre a Virgem Maria	300. Pr 1 - <u>só não</u> assim como nós também
295. Pe 1 - <u>acredito</u> que nunca houve, nem haverá <u>m</u> ulher como essa	somos escolhidos por Deus para algum <u>p</u> lano Seus
296. Pe 1 - Pela graça de Deus <u>f</u> izoi escolhida para ser mãe do salvador	301. Pe 1 - <u>a m</u> Maria trouxe a nós a Salva'cao
297. Pr 1 - também concordo,	302. Pe 1 - sim
298. Pe 1 - <u>n</u> os ós homens <u>nunca</u> ssaaberemos <u>o</u> que seré ser uma mãe	303. Pe 1 - embora nossa missão nunca será como a de AMria
299. Pe 1 - <u>u</u> mtrazer dentro de si uma nova vida	304. Pe 1 - Maria
	305. Pe 1 - é vero que somos diferentes

- 306.**Pr 1** - Creio que a salvação vem de Jeus
sus e não de Maria
- 307.**Pe 1** - mas quando a nos encontramos com
Deus nós mudamos nosso comporatamento
- 308.**Pe 1** - ase Maria não tivesse acolhido
- 309.**Pe 1** - eEEle não teria vindo
- 310.**Pe 1** - Se José não tivesse acolhido Maria
ela seria apedrejada
- 311.**Pe 1** - aJesus que nos salvou
- 312.**Pe 1** - mas tudo come'cou popelo sim dela
- 313.**Pe 1** - a salva'cao da sua família passa
por vc
- 314.**Pe 1** - se vc não se abrir talvez eles não
sejam salvos
- 315.**Pe 1** - ms se vc se abrir a alegria entara na
sua casa
- 316.**Pe 1** - não será vc uque vai salva-los
- 317.**Pe 1** - mas através de vc
- 318.**Pr 1** - Deu [Se não fosse maria Maria Deus
teria escolhido outra mulher, Maria foi um
instrumento abençoado por Deus
- 319.**Pe 1** - vc é importante na obra
- 320.**Pe 1** - acredito que teria escolhdido sim
- 321.**Pe 1** - Mas cheia da Graça antes mesmo de
EJesus nascer
- 322.**Pe 1** - ncação é fácil de encontreaara
- 323.**Pr 1** -ok, por isso não adoro ou venero
Maria e sim Deus

Como no debate divergente anterior, a interação aqui contém bastante argumentação dissidente acerca do papel de Maria. Diferente do tópico *celibato*, que não evocou uma nuance de argumentos mais incisivos, no tópico *Virgem Maria* as respostas verbais contrastantes de cada um ficaram significativamente sob controle da cadeia intraverbal evocada, levando a um conjunto de argumentações divergentes. Esta contraposição está demonstrada nas frases 306, 308, 309, 318, 321 e 323, onde houve incidência significativa de autoclíticos manipulativos e qualificadores.

Condição Convergente Pe1 x Pe2

- 324.**Pe 1** - Virgem Maria
- 325.**Pe 2** - Nossa senhora de Guadalupe, rogai
por óns!
- 326.**Pe 2** - trrsrsrsrs
- 327.**Pe 1** - estava dando aula rrsr
- 328.**Pe 1** - o dia delafinal [é dia dela hj
- 329.**Pe 2** - Olha... depois que estudei o
Evangelho de João... fiquei mais devoto

- 330.**Pe 1** - quantoa coisa bonita esses
hoemsmens falaram de MAria
- 331.**Pe 2** - É incrível aque em nenhum
moemento o texto fala que o discipulo
amado é "joão"
- 332.**Pe 1** -
até não entendi
- 333.**Pe 2** - e lá na cruz ele entrega a Mãe ao
discipulo amado
- 334.**Pe 2** - que é todo seguidor fiel de Cristo
- 335.**Pe 2** - Isso é fantástico
- 336.**Pe 1** - ah sim
- 337.**Pe 2** - Sairam uma s reportagemns sobre o
tema virgindade de maria
- 338.**Pe 1** - bom saber que o concílio de Efeso
traçou os rumos da nossa yfé sobre AMria
- 339.**Pe 1** - Maria
- 340.**Pe 1** - isso no s[cu[eculoédulo V
- 341.**Pe 2** - há possibilidade - isso vimos na o
estudo da teologia tb - de que de fato ela
possa ter hagerado outros filhos...
- 342.**Pe 1** - não acredito
- 343.**Pe 2** - se é que Mas a questão é complexa
- 344.**Pe 1** - acredito na virgindade dela sim
- 345.**Pe 1** - ela foi toda de Deus
- 346.**Pe 1** - a experiêcia que essasasa mulher
passou
- 347.**Pe 1** - fez como que tudo o mais não fosse
necessário
- 348.**Pe 2** - pq oo texto de mateus está em
grego,mas quem escreveu fala hebraico e
searamaico e se diz ainda que pode ser que
existiu um original e m aramaico... isso
quer dizer que nssessaslin linguas
semíticas a mesma palavra usada para
dizer irmasos tb se usava para parentes
próximos
- 349.**Pe 2** - não encontrando correspondencia
com o grego
- 350.**Pe 1** - mas falo da experiêcia humana
- 351.**Pe 2** - mas enfim...
- 352.**Pe 2** - talvez fosse importante pesnsar hj
qua seria a importancia de o significado de
se rproclamar Maria como Virgem!
- 353.**Pe 1** - toda a realizaçao de sum ser
humano estava ali dentro dela
- 354.**Pe 2** - Acho que tem muita reiaqueza que
precisa ser desdobrada, mas superar o
reducionismo sexual da sua virgindade.
- 355.**Pe 1** - sem desmerecer as experiêcia s
sexuais
- 356.**Pe 2** - Pensar em virgindade apenas pelo
imem.emnn...
- 357.**Pe 2** - ela teve parto normal... se o
problema todo era o imemn...
- 358.**Pe 1** - assimvejo Maria como nossos as
queridas irmás enclausuradas

Na interação convergente dos padres, o tópico foi contexto para intraverbais e tatos dos efeitos que estes intraverbais provocam e dos autoclíticos que acompanham estas respostas (*não entendi, isso é fantástico, não acredito*) em concordâncias e discordâncias. O contexto funcional foi de concordância até o momento em que Pe2 explicita para Pe1 a possibilidade de Maria ter tido outros filhos e, por isto, não poder ser considerada virgem. Apesar da discordância, as afirmações de Pe1 não são contra-argumentações e repetem os intraverbais do discurso Católico de defesa da virgindade de Maria como significando uma experiência humana de “entrega” a Deus e não presença ou ausência de hímem. Pe2 insiste em apresentar seus argumentos à audiência convergente, porém discordante, no aspecto do tópico referente à virgindade. Notam-se os recursos autoclíticos emitidos para esta tarefa: *Talvez fosse importante pensar qual seria a importância do significado de se proclamar Maria como Virgem!* e *Acho que tem muita riqueza que precisa ser desdobrada, mas superar o reducionismo sexual da sua virgindade. Talvez e acho* funcionam para deixar os argumentos menos incisivos, já que a descrença neles fora sinalizada pelo ouvinte com *não acredito*.

Condição convergente Pr1 x Pr2

359.**Pr 2** -quem foi Maria, mulher virtuosa,
escolhida por Deus para ser a mulher que
geraria Jesus

360.**Pr 1** -para mim ela foi escolhida como
nós também somos, para algum
propósito de Deus

361.**Pr 2** -foi pecadora como qualquer um pois
todos pecaram e destituídos estão da glória
de Deus

362.**Pr 1** -ok, concordo plenamente,

363.**Pr 2** -era tão consciente disso que no canto
de Lucas ela afirma que estava gerando
aquele que iria salvá-la

364.**Pr 2** -reconheceu precisar de salvação
tanto como qualquer outra pessoa

365.**Pr 1** -ela serve de exemplo para nós como
aueles homnomes citados em Hebreus na
Galeria da Fé.

366.**Pr 2** -sim, concordo

367.**Pr 2** -interessante que só existem temas
"católicos" e não teológicos propriamente

368.**Pr 1** -infelizmente as pessoas usam

ma Maria como mão de Deus é vero,

369.**Pr 1** -Mariaria é usada Talvez por não

terem base teológica, eu entendo

370.**Pr 2** -ou mesmo temas gerais como aborto,

violência homossexualismo, cia, política

e o papel da Igreja perante tais assuntos

371.**Pr 2** - [alegria] mas enfim, não é a opinião
que conta mas a forma de elas enfim,

aqui estamos

372.**Pr 2** -[satisfação] até que é interessante

373.**Pr 1** -seria interessante tais temas , quem

sab_e . segue uma suje[st]ão para eles,

Nesta condição convergente, pelo controle de regras compatíveis, os pastores emitiram operantes tatos e intraverbais. Eles diferenciam-se do grupo Católico e um deles tateia que no procedimento usado neste estudo *é interessante que só existem temas "católicos" e não teológicos propriamente*. Mesmo assim, eles reforçam os comportamentos mutuamente na direção do argumento Batista sobre o papel de Maria. Em alguns momentos, para aumento do valor reforçador das respostas de cada participante sobre o comportamento do outro, eram emitidos autoclíticos descritivos e qualificadores que aumentavam a eficácia do tato da regra Batista acerca do tópico. Na frase 362 "*concordo plenamente*" Pr1, além de descrever que partilha dos argumentos levantados por Pr2, aumenta tal controle com o autoclítico *plenamente*, ampliando também o valor reforçador que tal resposta tem sobre a verbalização de Pr2. Deste modo, quando está reforçando sistematicamente tal conjunto de operantes, está também passando a ser ambiente para emissão de respostas funcionalmente semelhantes no futuro, fazendo-se, então, controle discriminativo que tende a evocar audiência favorável à emissão de tatos e intraverbais.

Neste contexto, vale lembrar do estudo empírico de Spradlin e Rosenberg (1964). Nele, os autores reafirmaram os resultados do estudo de anos antes (Rosenberg, Spradlin e Mabel, 1961) ao demonstrar a importância de similaridades de características entre repertórios

de falante e ouvinte numa interação. No seu estudo, jovens do ensino médio entrevistavam adolescentes portadores de doença mental (e portadores de doença mental entrevistavam jovens do ensino médio). Foi possível observar que o desenvolvimento verbal na interação dependia de uma equiparação de habilidades do ouvinte e falante, ou seja, um ouvinte que permeasse controle discriminativo favorável à interação (ouvinte com habilidades equiparadas às do falante) evocava a audiência em um controle de conjunto de operantes muito mais desenvolvido do que se comparados ao controle pela audiência quando falante e ouvinte tinham habilidades diferentes. A variabilidade e manutenção de respostas no episódio verbal quando os participantes se encontravam em pares era notável.

3.2.4. Ofertas

Condição divergente Pe2 x Pr2

- | | |
|--|--|
| 374. Pe2 - Ofertas | numa cultura rural, o hábito se conservou |
| 375. Pe2 - o que será que querem dizer com
isso? | em espé <u>es</u> pécie. monetária |
| 376. Pe2 - bom... vamos supimagnar que seja
aquela quantia recolhida durante o culto ou
<u>s</u> ccelebrações na igreja | 379. Pr2 - destinação de |
| 377. Pr2 - provavelmente querem saber sobre a
destinação delas ofertas como dinheiro, ou
bens, ou seja algo patrimonial | 380. Pe2 - Não existe nenhuma ob <u>ir</u> grigação...
apenas se oportuniza a possibilidade da
partilha... <u>a</u> tpois já existe o dízimo. |
| 378. Pe2 - Na minha Igreja existe, desde as
primeiras comunidades <u>c</u> ristãs, o
costume de levar os <u>f</u> rutos do trabalho
para <u>s</u> re <u>p</u> arer partilhado entre os
neces <u>s</u> iditados... como hoje não vivemos | 381. Pr2 - pelo que Deus tem feito na vida do
seu povo |
| | 382. Pe2 - Mas quem está desempregado, pode
participar <u>d</u> esse <u>m</u> od <u>o</u> nessa modalidade |
| | 383. Pr2 - claro, estou falando da intenção,
lembre- se da viúva pobre |
| | 384. Pe2 - O ruim é que muitos grupos
religiosos tem se aproveitado da <u>o</u> ab <u>a</u> o fé |

- do povo e não só em ofertas, mas em
cartões de créditos e venda de bênção
exps exs exploram nosso povo poos pobres
- 385.**Pr2** - não em relação ao dinheiro, mas em
relação a estar grato pelo que Deus tem
feito
- 386.**Pe2** - a gratidão não se epxrexpressa
apenas em oferta de dinheiro
- 387.**Pe2** - deve ser principalmente com a vida
doada
- 388.**Pe2** - há um ridsco nisso
- 389.**Pe2** - dou uma quantia e me sinto
completamente descomprometido com a
vida do outro, com o serviço de
evangelização da igreja
- 390.**Pe2** - pago para os outros fazreerem...
- 391.**Pe2** - terciirizo o apostolado
- 401.**Pe2** - MAS HJ TEM DEMAIS
- 402.**Pe2** - rsr
- 392.**Pe2** - e eu fico então com minha
consciência religiosa tranquila...
- 393.**Pe2** - rs"tô pagando..."
- 394.**Pr2** - verdadeiras picaretagens tem sido
feitas, esquecendo- se da real necessidade
das ofertas
- 395.**Pe2** - rs
- 396.**Pe2** - hunrum
- 397.**Pr2** - infelizmente sempre haverá
inescrupulosos e aproveitadores da fé
ingênua das pessoas
- 398.**Pe2** - mas como esse tempa, dinheiro e
bens , ... PROSPERIDADE estão em pauta
noas pregações hj
- 399.**Pe2** - terrível
- 400.**Pr2** - prazer teclar contigo, até a próxima
- 403.**Pe2** - também
- 404.**Pe2** - rs

Condição divergente Pe1 x Pr1

- 405.**Pr1** - Sou ofertante e Dizimista pos is
acreditado ser uma ordenança bíblica e faço
com muito amor, como vc pensa?
- 406.**Pe1** - concordo
- 407.**Pe1** - mas a ofreerata não aditanta
ofertar as espécies se o coração não for
intambém ofertado
- 408.**Pr1** - ok, JEsus não vê a quantidade e sim
a qualidade.
- 409.**Pe1** - o dinheiro talvez seja algo bé vero
- 410.**Pr1** - como exemplo temos o da viuva
pobre que ofertou apenas as duas única
moedas que tinha
- 411.**Pe1** - eu nao concordo é em ver pessoas
que em nome Dede Cristo sugam do povo
- 412.**Pr1** - e para Jesus ela deus mair oferta.

413.**Pe1** - fazem dao dízimo um mercado

414.**Pr1** - correto,

415.**Pe 1**- muitos hoje fazem do dízimo um
desencargo de consciência

416.**Pr1** - e sempre en falo que tais pessoas

417.**Pe1** - dão o dinheoreiro para amenizar sa
consciência

418.**Pr1** - vão prestar conta diante de Deus, e
tenho até pena delas

419.**Pe1** - ou para conseguir alguma coisa

420.**Pe1** - acredito que se não for mpor amor
de nada adiantea

421.**Pe1** - não porque quero ganhar, mas como
ato de adoraação

422.**Pr1** - além de dedicar com amor temos
que dar com o coração puro em relação
aos nossos irmão

Condição convergente Pe1 x Pe2

423.**Pe2** - oofertas

424.**Pe2** - sobre o que O que eles imaginaram
quanto poropuseram "ofertas"?

425.**Pe2** - dízimoss , dinheiro?

426.**Pe1** - não tenha d[u]vida

427.**Pe2** - Dinheiro... valor monetário para se
fazer transações comerciais... meio.

428.**Pe2** - Um instrumento social

429.**Pe2** - não tem nada de sagrado nem de
profano

430.**Pe1** - somos n'so caós católicos e nóossos
irmãos batista somos históricos

431.**Pe1** - eles estão como uma imagem de
cristãos pentecostalistas

432.**Pe2** - ah sim

433.**Pe2** - a Igreja universal do reino de Deus
que cultua esse Ddeus, o dinheiro

434.**Pe2** - associaç êxio to prosperidade

financeira com o crescimento espeiritual

435.**Pe2** - Slao ãoFrancisco de ASsssis deve
ser o diabo em pessoa pra eles.

436.**Pe1** - at[e por que nquanto de s
procernntos das ofetrtas vá apra opara o
social

437.**Pe2** - A IURD existe te apenas pra lavar
dinheiro sujo e ssuustentar a rede de
comunicação do Crivela

438.**Pe2** - Cricvivela não,do Macedo

439.**Pe2** - Deturpam as escrituraEscrituras e
iludem pessoas.

440.**Pe2** - Se bem que há estudos que mostram
que eles têm até um papel social.

441.**Pe1** - não faça vc não me respondeu

442.**Pe1** - vc é dizimista

443.**Pe2** - Iluçdindo as pessoas, dimiunui o
risco de suicídio, etc...

444.**Pe1** - se é que já começou receber sua
congrua

445.**Pe2** - Não recebi nenhuma cõngrua ainda

446.**Pe1** - rrsrsrs

447.**Pe2** - vou participar do fundo de
solidariedade sacerdotal,po pode deixar

448.**Pe1** - se eu não me angano só dois

449.**Pe2** - dObrigado,d de nada

450.**Pe1** - de nada

451.**Pe1** - estou com fome

452.**Pe2** - só mesmo

453.**Pe1** - não occomo i nada

454.**Pe1** - ainda

455.**Pe2** - já vão dar onze ohoras

456.**Pe1** - rrsrs

Condição convergente Pr1 x Pr2

457.**Pr2** - ofertas

458.**Pr2** - ofertas é sobre ofertas

459.**Pr1** - ok,

460.**Pr2** - o que você acha as ofertas são
importanteso que acha sobre os dízimos

461.**Pr1** - Sou dizimista e ofertante fiel, graças
a Deus,

462.**Pr2** - continnuam no novo testamento ou
eram apenas pro velho

463.**Pr1** - não como chavão, mas por
convicção e alegria

464.**Pr1** - poiuis a bíblia ensina que "Deus ama
ao que dá com Alegria"

465.**Pr2** - alguns tem dito contra o dízimo pois
sís afirmam ter apenas ofertas no novo
testamento e n

466.**Pr2** - eu também dizimista e ofertante

467.**Pr1** - interessante,

468.**Pr2** - oferta é aquilo que damos a DEUS

EM en m gratidão ou

469.**Pr1** - eu creio que o dízimo era algo
comum e paraticado,

470.**Pr1** - Jesus queria mostrar a necessidade
de ir além do dízimo,

471.**Pr2** - dízimo não é apenas a décima parte,
mas de um valor mas a intenção do
coração

472.**Pr1** - e a oferta é isso, gratidão a Deus

473.**Pr2** - reconhecer que tudo vemde de Deus
é ele quem dá

474.**Pr2** - a fixação do valor é que tlavez possa
ser irrelevante

475.**Pr2** - como do Colgate que dava 10% e
depois passou a dar 90% e ficar com 10%

476.**Pr2** - lembra defixar um valor torna mais
fácil entender que as pessoas possam
 manter fidelidade

477.**Pr1** - certoisso é fé, crer que Deus é dono
 de tudo, a bíblia diz: fazei prova de mim,

478.**Pr2** - Amém

479.**Pr2** - FINISH

480.**Pr1** - quando somos dizimistas e

ofertantes , deus Deus derrama bênçãos
 sem medida

Diferente dos tópicos analisados até o momento, na análise do tópico *ofertas* não foi separada a discussão de acordo com as condições divergente e convergente. O pressuposto especulado e descrito na seção do método sobre a probabilidade do controle verbal por um tópico sem um conjunto de regras mais claro e contrastante dentro do episódio verbal se mostrou coerente. No tópico *ofertas*, aparentemente, a divergência entre estas duas denominações cristãs foi reduzida. Os argumentos centrais mostraram-se compatíveis, tanto na condição divergente como na convergente.

Pela primeira vez em uma situação de condição divergente, houve a incidência de risadas no meio da interação. Outro ponto importante é a topografia das verbalizações que foi alterada pela audiência. Parece que a ausência de regras claras dissidentes acerca do tópico *ofertas* atuou no fraco controle antecedente discriminativo (se comparado às condições divergentes anteriores), ou seja, esta ausência não evocou uma audiência negativa como o fizeram os outros tópicos.

Esta edição de um conjunto de respostas de topografia e funcionalidade diferenciada é um dado que indica influência do controle por regras também no controle do operante audiência, além, também, da própria presença do ouvinte e de suas características. Tais influências indicam o controle dos discriminativos verbais e não verbais atuando como uma determinada classe de estímulos. A audiência, então, parece ser controlada, especialmente, por fatores múltiplos de interação entre os discriminativos verbais (regras) e os não verbais (características não verbais do ouvinte: pastor, padre, cristão, homem, idade, etc.).

Na frase 430, Pe1 tateia a condição das duas Igrejas participantes “*nós católicos e nossos irmãos batistas somos históricos*”, indicando o controle sobre o comportamento intraverbal de afinidade entre as Igrejas Católica e Batista em relação ao tópico e sobre a lida com a questão financeira em ambas as instituições. Sob este controle discriminativo, não houve, então, tanta emissão de autoclíticos com função de convencimento de argumentos ou redução de aversividade. O contexto, em geral, evocou operantes do tipo tato e intraverbal, além de autoclíticos que apenas aumentaram os efeitos discriminativos dos operantes primários. Desta forma, a presença de ouvintes da comunidade verbal de pertença e de não pertença não evocou discursos com funções diferenciadas como ocorreu nos outros tópicos.

Com o controle intraverbal semelhante entre as duas condições e argumentações também não divergentes, o controle antecedente para as respostas, tanto nas condições divergentes como nas convergentes, evocou pequena incidência de operantes do tipo mando. Como o controle antecedente não foi estabelecido através de operações estabelecedoras e reforçadores específicos (como, por exemplo, a retirada de uma argumentação contrária), é possível afirmar que o tópico controlou maior emissão de tatos e intraverbais, todos sob controle do aspecto de reforçador generalizado do discurso.

CONCLUSÃO

A partir da análise e discussão dos resultados obtidos, é possível concluir que o método delineado na pesquisa alcançou os objetivos previamente propostos. Pôde-se observar e analisar empiricamente, em episódios verbais possivelmente análogos aos que ocorreriam no cotidiano, a principal variável de controle que incide sobre o resultado observável do processo de auto-edição do comportamento verbal: o ouvinte.

A função do ouvinte, como variável relacionada ao processo de auto-edição do comportamento verbal, foi descrita, bem como o controle da audiência evocado pelo ouvinte a partir das regras específicas de cada religião. Esta função aparece na frequência e na forma das respostas nos episódios verbais nos quais o religioso se envolve e mostra coerência com as regras postuladas por sua denominação cristã. Este estudo mostrou esta função na emissão de operantes primários e secundários em argumentos centrais e adicionais essenciais ao discurso religioso, evocado por tópicos específicos. Esses argumentos são unidades verbais que têm múltiplas funções nos discursos religiosos, diferenciando-se nos debates convergentes e divergentes às regras que constituem cada religião.

Como esperado, os participantes usaram mais autoclíticos com função de convencimento na condição divergente, ao passo que na convergente o discurso era conseqüenciado primordialmente pela utilização de reforçadores generalizados. Deste modo, a alta incidência de operantes do tipo mando e autoclíticos manipulativos na condição divergente reafirma o controle múltiplo sobre o comportamento verbal dos participantes, especificamente pela utilização do contraste de regras como variável de controle entre as duas condições. As regras religiosas se mostraram presentes e coerentes em todas as condições. Os participantes ficavam sob controle verbal das regras para a elaboração de seus argumentos,

entretanto, era a presença de um ouvinte convergente ou divergente que evocava a alteração na elaboração do discurso verbal global dos participantes, desde a topografia das respostas até mesmo na função, ou seja, o ouvinte mostrou-se determinante no processo de auto-edição do comportamento verbal.

As premissas de Skinner (1957) sobre o processo de auto-edição do comportamento verbal se confirmaram de maneira empírica na análise qualitativa e, em parte, na análise quantitativa (nos pontos em que ela auxiliou as conclusões da análise qualitativa). Os dados quantitativos não mostraram a dinâmica dos episódios verbais, porém alguns deles reafirmaram as conclusões destacadas no parágrafo anterior.

A Análise Comportamental do Discurso (Borloti et. al., 2008) mostrou-se ferramenta qualitativa rica na pesquisa do comportamento verbal ao permitir uma análise da interação verbal em termos do controle que o comportamento de uma pessoa exerce sobre o de outra. O estudo mostrou-se capaz de chamar a atenção da importância da realização de uma análise funcional dinâmica de dados verbais mais próximos dos que seriam coletados no ambiente natural, ao invés da análise estática de falas isoladas da interação. Sem esta análise discriminada em trechos, argumentos centrais e operantes verbais, dificilmente chegar-se-ia a expressão de resultados tão claros sobre o controle do comportamento verbal.

Para se analisar comportamento verbal, partindo de um conceito funcional-interacionista-contextualista, é importante criar estratégias de coleta de dados que deixem os próprios falantes e ouvintes serem o principal ambiente controlador para seus repertórios, mesmo que o pesquisador inevitavelmente evoque o controle pela audiência nos dados. Assim, o método apontou parte do processo básico na manutenção de conhecimentos sociais circunscritos à religião, mostrando *como* este conhecimento é intraverbalizado ou “mandado” para o convencimento do outro *na* interação. Análises de entrevistas que focalizam *o que* é falado *para* o entrevistador na interação *com* ele provavelmente perdem dados importantes

pelo próprio controle da audiência evocado pelo entrevistador (incluindo características não verbais como idade, sexo, etc.) no contexto verbal em que o entrevistado fala. Por outro lado, uma limitação do presente método deve ser levada em conta: a interação on-line não apresenta a mesma riqueza de detalhes como uma interação *ao vivo*, perde-se uma série de estímulos presentes na interação *ao vivo* (olhar, expressões faciais, tom de voz, etc).

O presente método de coleta pode também ser utilizado por outras áreas de pesquisa que utilizam dados verbais de interação entre participantes como objeto de estudo. Além disso, mostrou-se eficaz ao indicar reais possibilidades de estudo empírico do comportamento verbal, especialmente no que tange a análise do processo de elaboração do comportamento verbal sob controle múltiplo da interação recíproca entre sujeitos.

Referências Bibliográficas

- A Bíblia Sagrada* (1989). São Paulo: Editora Ave Maria.
- Almeida, R. (1999). Religião e comportamento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(40), 175-178.
- Anderson, C. M; Hawkins, R. P; Scotti, J. R. (1997). Private events in behavior analysis: Conceptual basis and clinical relevance. *Behavior Therapy*, 28, 157-179.
- Banaco, R. A. O. (1996) Manejo de aspectos religiosos na prática clínica comportamental. *Psicologia Revista*, 3, 103-109.
- Barros, R.S. (2003). Uma introdução ao comportamento verbal. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(1), 73-82.
- Basics of APA Style Tutorial* (2009). Recuperado em 10 de julho, 2009: <http://www.apastyle.org/learn/tutorials/basics-tutorial.aspx>
- Baum, W. (1995). Rules, Culture, and Fitness. *The behavior analyst*, 18 (21), 1-21.
- _____. (1999). *Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1994).
- Bentall, R.P; Lowe, C.F; & Beasty, A. (1985). The role of verbal behavior in human learning: II. Developmental differences. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 43, 165-181.
- Borloti, E. (2003). *O discurso de Skinner: uma análise funcional do citar no Verbal Behavior*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Borloti, E. (2004). As relações verbais elementares e o processo autoclítico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(2), 221-236.

- Borloti, E.; Iglesias, A; Dalvi, M. C; & Silva, R.D.M. (2008). Análise comportamental do discurso: Fundamentos e método. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 24 (1), p. 101-109.
- Borloti, E.; Hübner, M. M. (2009). *Uma análise experimental da função da audiência no preconceito*. Relatório final de Pós-Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo (não publicado).
- Braga, M. V. N; Albuquerque, L. C; & Paracampo, C. C. P. (2005). Análise dos efeitos de perguntas e de instruções sobre o comportamento não-verbal. *Interação em Psicologia*, 9, 77-89.
- Britto, I.A.G.S; Rodrigues, M.C.A; Santos, D.C.O; & Ribeiro, M.A. (2006). Reforçamento diferencial de comportamentos verbais alternativos de um esquizofrênico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(1), 073-084.
- Burton, M.; Kagan, C. (1994) The verbal community and the societal construction of consciousness. *Behavior and Social Issues*, 4, 87-96.
- Catania, A. C. (1980). Autoclitic processes and the structure of behavior. *Behaviorism*, 8, 175-186.
- Catania, A. C., Matthews, A. & Shimoff, E. (1982). Instructed versus shaped human verbal behavior: interactions with nonverbal responding. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 38, 233-248.
- Catania, A. C., Matthews, A. & Shimoff, E. (1990). Properties of rule-governed behaviour and their implications. In: Blackman, D. E; & Lejeune, H. (Org.) *Behaviour analysis in theory and practice: Contributions and controversies* (pp. 215-230). Brighton: Lawrence Erlbaum.

- Catania, A.C. (1998). The Taxonomy of verbal behavior. In: Latal, K.A; & Perone, M. (Org.). *Handbook of researches methods in human operant behavior*. (pp. 405-433). New York: Plenum Press.
- _____. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artmed.
- Cohen, B. B; Kalish, H.I; Thurston, J.R; & Cohen, E. (1954). Experimental Manipulation of Verbal Behavior. *Journal of Experimental Psychology*, 47(2), 106-110.
- Critchfield, T.; Burskist, W; & Saville, B. (2000). Whinther the muse: what influences empirical research on verbal behavior. *The analysis of verbal behavior*, 17, 179-190.
- Cunha, L.S; & Borloti, E. (2005). Skinner, o sentimento e o sentido. In: Borloti, E; Enumo, S.R.F; & Ribeiro, M.L.P. (orgs.). *Análise do comportamento: teorias e práticas*. (pp. 47-57). Santo André: Esetec
- Dahás, L.J. S.; Goulart P.R. K.; & Souza, C. B. A (2008). Pode o comportamento do ouvinte ser considerado verbal? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10(2), 281-291.
- Dell, G.S.; & Repka, R.J. (1992). Errors in inner speech. In: Baars, B.J. (Org.). *Experimental slips and humam error: Exploring the architecture of volition* (pp. 237-262). Nova Iorque: Plenum.
- Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*. (1980) Rio de Janeiro: Editora Juerp.
- Dougher, M. J. (1993). Interpretive and Hermeneutic Research Methods in the contextualistic analysis of verbal behavior. In: Hyes, S. H; Hayes, L. J; Reese, H.W; & Sarbin, T. R. (Orgs.). *Varieties of Scientific Contextualism*. Reno, NV: Context Press.
- Dymond, S., O'Hora, D., Whelan, R., & O'Donovan, A. (2006). Citation analysis of Skinner's Verbal Behavior: 1984-2004. *The Behavior Analyst*, 29, 75-88.

- Epting, L. K.; & Critchfield, T. S. (2006). Self-editing: on the relation between behavioral and psycholinguistic approaches. *The Behavior Analyst*, 29(2), 211-234.
- Fernandes, R. C.; Sanchis, P.; Velho, O. G.; Piquet, L.; & Mariz, C. (1998). *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Ferreira, A. B. de H. (1986). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2ed) Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Fonai, A.C.V & Sério, T.M.A.P (2007). O conceito de audiência e os múltiplos controles do comportamento verbal. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(2), 349-360
- Galízio, M. (1979). Contingency-shaped and rule-governed behavior: Instructional control of human loss avoidance. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 31, 53-70.
- Glenn, S. S. (1989). *Verbal behavior and cultural practices*. *Behavior Analysis and Social Action*, 7, 10-15.
- Greenspoon, J. (1955). The reinforcing effect of two spoken sounds on the frequency of two responses. *American Journal of Psychology*, 68, 409-416.
- Guerin, B. (1992). Behavior analysis and the social construction of knowledge. *American Psychologist*, 47(11), 1423-1432.
- _____. (1994). Attitudes and beliefs as verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 17(1), 155-163.
- _____. (1998). Religious behaviors as strategies for organizing groups of people: A social contingency analysis. *The Behavior Analyst*, 21(1), 53-72.
- Harris, M. (1977, november). Why Men Dominate Women. *The New York Times Magazine*, 13, p. 46.
- Harris, M. (1982). Mother Cow. *Anthropology* 81/82, Annual Editions.

- Hayes, S.C. & Hayes, L.H. (1989). The verbal action of the listener as a basis for rule-governance. In: Hayes, S.C. *Rule-governed behavior, cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 154-190). New York: Plenum Press.
- Hayes, S. C., Niccolls, R., Masuda, A., & Rye, A. K. (2002). Prejudice, terrorism, and behavior therapy. *Cognitive and Behavioral Practice*, 9, 296-301.
- Horne, P. & Lowe, F. (1996). On the origins of naming and other symbolic behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 65, 185-241.
- Horne, P., Lowe, F., & Randle, R.L. (2004). Naming and categorization in young children: II. Listener behavior training. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 81, 267-288.
- Horne, P., Lowe, F., & Hughes, J.C. (2005). Naming and categorization in young children: III. Vocal tact training and transfer of function. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 83, 47-65.
- Horne, P., Lowe, F., & Hughes, J.C. (2006). Naming and categorization in young children: IV. Listener behavior training and transfer of function. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 85, 247-273.
- Hübner, M.M.C; Miguel, C.F; & Michael, J. (2005). Controle múltiplo no comportamento verbal: humor brasileiro e operantes relacionados. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 1 (1), 7-14.
- Hyten, C. M. (1986). Self-editing as a function of listener approval and disapproval. *Dissertation*. West Virginia University.
- Hyten, C. M. & Chase, P. N. (1991). An analysis of self-editing: method and preliminary findings. In L. J. Hays, P. N. Chase (Orgs.). *Dialogues on Verbal Behavior* (pp. 67-81). Reno, NV: Context Press.

- Kritch, K. M. & Bostow, D. E. (1993). Verbal responses to past events: intraverbal relations, or tacts to private events? *The Analysis of Verbal Behavior*, 11, 1-7.
- Leigland, S. (1996). An experimental analysis of ongoing verbal conditioning. *The Analysis Of Verbal Behavior*, 13, 79-104.
- Lodhi, S. Greer, R.D. (1989). The Speaker as Listener. *Journal Of The Experimental Analysis Of Behavior*, 51, 353-359.
- Malerbi, F. E. K & Matos, M. A. (1992). A análise do comportamento verbal e a aquisição de repertórios autodescritivos de eventos privados. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8, 407-421.
- Matos, M. A. (1995) Behaviorismo metodológico e behaviorismo radical. In: Rangé, B. (Org.). *Psicoterapia Comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas*. Campinas: Editorial Psy
- Matos, M.A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira de terapia comportamental e cognitiva*, 3 (2), 51-66.
- Meltzoff, J. (2001) *Critical thinking about research: Psychology and related fields*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Michaelis (1998) *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- Michael, J. (1984). Verbal Behavior. *Journal of the experimental analyllis of behavior*, 42, 363-376.
- _____. (2000). Implications and refinements of the establishing operation concept. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 33, 401-410.
- Moroz, M. & Rubano, D.R. (2001) Comportamento Verbal – Análise de Produção Científica Nacional Publicada no Quinquênio 1994 – 1998. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3 (1), 69-82.

- O Catecismo da Igreja Católica*. (2006) São Paulo: Editora Canção Nova.
- Oah, S. & Dickinson, A.M. (1989). A review of empirical studies of verbal behavior. *The analysis of verbal behavior*, 7, 53-68.
- Palmer, D.C. (1998). Achieving parity: the role of automatic reinforcement. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 15, 49-55.
- Parrot, L. J. (1984) Listening and Understanding. *The behavior Analyst*. 7, 29-39.
- Passos, M. L. R. F. (2003). A análise funcional do comportamento verbal em Verbal Behavior (1957) de B. F. Skinner. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5 (2), 195-213.
- _____. (2004). *Bloomfield e Skinner: língua e comportamento verbal*. Rio de Janeiro: Nau editora.
- Pellecchia, M & Hinline, P.N. (2007). Generalization of Mands in Children with Autism from Adults to Peers. *The Behavior Analyst Today*, 8 (4), 483- 491.
- Place, U. T. (1981). Skinner's Verbal behavior I - Why we need it. *Behaviorism*, 9, 1-24.
- Place, U. T. (1998). Sentence and sentence structure in the analysis of verbal behavior. *The Analysis of Verbal Behavior*, 15, 131-133.
- Pouthas, V., Droit, S., Jacquet, Y. & Wearden, J. H. (1990). Temporal differentiation of response duration in children of different ages: developmental changes in relations between verbal and nonverbal behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 53, 21-31.
- Ribeiro, A.F.(2004). O que é comportamento verbal. In: Costa, C.E; Luzia, J.C; Sant'Ana, H.H.N (Org.). *Primeiros passos em análise do comportamento e cognição – Volume II*. (pp. 67-77). Santo André: Esetec.
- Rodrigues, T.S.P & Dittrich, A. (2007) Um diálogo entre um cristão ortodoxo e um behaviorista radical. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(3), 522-537.

- Rose, J.C. (1994). O livro *Verbal Behavior* de Skinner e a pesquisa empírica sobre o comportamento verbal. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 10 (3), 495-510.
- Rosenberg, S.; Spradlin, J. E. & Mabel, S. (1961). Interaction among retarded children as a function of their relative language skills. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63, 402-410.
- Rosenfeld, H. M.; & Baer, D. M. (1970). Unbiased and unnoticed verbal conditioning: the double agent robot procedure. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 14(1), 99–105.
- Sidman, M. (1989). *Coerção e suas implicações*. Tradução de M.A. Andery e T.M. Sério. Campinas: Livro Pleno.
- Simonassi, L. E & Cameschi, C.E. (2003) O episódio verbal e a análise de comportamentos verbais privados. *Rev. bras. ter. comport. cogn.*, 5 (2), 105-119.
- Simonassi, L.E; Tourinho, E.Z.& Silva, A.V. (2001). Comportamento Privado: Acessibilidade e Relação com Comportamento Público. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (1), 133-142.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Macmillan.
- _____. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- _____. (1975) *Contingências de reforço. Os pensadores*. (1ed). São Paulo: Abril. (Trabalho Original publicado em 1969).
- _____. (2003). *Questões recentes na Análise Comportamental* (4ed). Campinas: Papirus. (Trabalho original publicado em 1989).
- Smith, E.E. (1970). Associative and editing processes in schizophrenic communication. *Journal of abnormal psychology*. 75(2), 182-186.
- Spradlin, J.E & Rosenberg, S. (1964). Complexity of adult verbal behavior in a dyadic situation with retarded children. *Journal of abnormal and social psychology*. 68, 694-698.

- Spradlin, J.E. (1985). Studying the effects of the audience on verbal behavior. *The analysis of verbal behavior*, 3, 5-10.
- Spielberguer, C.D; & DeNike, L.D. (1966). Descriptive behaviorism versus cognitive theory in verbal operant conditioning. *Psychological Review*, 73 (4), 306-326.
- Stemmer, N. (2000). The role of action names, action frames, and modifiers in listener. *The Behavior Analyst Today*, 1, 23-28.
- Terrel, J.D & Johnston, J.M. (1989). Logic, reasoning and verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 12, 35-44.
- Tomanari, G.Y; Carvalho, A.A; Góes,Z.S; Lira, S.B & Vianna, A.C.V. (2007). Pesquisando ao ensinar: prática no laboratório didático analisa o comportamento verbal sob contingências de reforçamento positivo e negativo. *Estudos de Psicologia*, 24(2), 205-214.
- Vargas, E. A. (1991). Verbal behavior: a four-term contingency relation. In W. Ishaq (Org.). *Human Behavior in Today's World* (pp. 99-108). New York: Praeger.
- Vargas, E. A. (1986). Intraverbal behavior. In Chase, P. N. Chase and L. J. Parrot. *Psychological Aspects of Language* (pp. 128-151). Springfield: ILL.
- Verplanck, W. S. (1955). The control of the content of conversation: reinforcement of statements of opinion. *Journal of Abnormal Psychology*, 51(3), 668-676.
- Vieira, A. T. (2002). *Movimentos argumentativos em uma entrevista televisiva: uma abordagem discursivo-interacional*. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Federal de Juiz de Fora/Instituto de Ciências Humanas e Letras. Recuperado em: 15 de maio, 2009: [www.clionet.ufjf.br/cliedel/index.htm/nº de registro CODO3004](http://www.clionet.ufjf.br/cliedel/index.htm/nº_de_registro_CODO3004)
- Wallace, M.D. (2007). A Comprehensive Analysis of Mand Training. *Behavior Analysis Review* 2007, 2 (3), 1-103.

Anexos

1. TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: A INTERAÇÃO SOCIAL ON-LINE

Pesquisador: Felipe de Carvalho Pimentel – Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Professor orientador responsável: Dr. Elizeu Batista Borloti.

Contato: Programa de Pós Graduação em Psicologia – UFES – 3335-2501

Identificação do Participante: _____

- Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa cujo objetivo é investigar como a sua interação com outras pessoas pode afetar seu comportamento.
- Não será registrado o seu nome em nenhum momento da pesquisa, e a sua identificação será apenas numérica.
- Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as explicações abaixo que informam sobre o procedimento.
- Você poderá se recusar a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento em qualquer momento sem penalização e sem prejuízo algum.

Sobre a pesquisa:

- Esta pesquisa compõe o trabalho de dissertação de mestrado de Felipe de Carvalho Pimentel, aluno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, sendo orientada pelo professor Dr. Elizeu Batista Borloti.
- Para a realização da pesquisa, foi desenvolvido um programa de computador e a sua participação consistirá em interagir com esse programa que intermediará uma conversa sua com outro participante, o programa registra todo e qualquer dado que for exposto na interação.
- A sua participação não envolve risco à sua saúde física ou psicológica;
- O procedimento tem duração média de 60 minutos.
- Serão garantidos o sigilo e a privacidade, sendo reservado o direito aos participantes da omissão de sua identificação ou de dados que possam comprometê-lo.
- Na apresentação dos resultados não será citado seu nome nem suas iniciais, cada participante será identificado somente por um número e pela área de conhecimento religioso.
- Antes do início do procedimento você deverá preencher uma pequena ficha de identificação no computador contendo um número de identificação, sexo, idade, profissão e naturalidade.
- Como se trata de uma pesquisa, o dado obtido pelas respostas dadas durante o procedimento poderá ser utilizado para compor material escrito para divulgação do trabalho no meio científico e à comunidade em geral.

Agradeço desde já a sua participação!

Confirmo ter revisado o conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que eu concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu consentimento.

Vitória, _____ de _____ de 2008.

Assinatura do participante

Elizeu Batista Borloti

Professor responsável

Felipe de Carvalho Pimentel

Pesquisador

2. Questionário para levantamento de informações gerais sobre os participantes

QUESTIONÁRIO DE INFORMAÇÕES GERAIS - PARTICIPANTES DA PESQUISA
Nome / Idade:
Ocupação:
Tempo de exercício do cargo:
Jornada de atividades diárias:
Utiliza programas de mensagens virtuais (MSN Messenger, Google Talk, ICQ, Salas de Chat, etc.) com frequência?Qual?
Qual o seu nível de formação acadêmica?